



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

Vanessa Sousa de Oliveira

**DILEMAS DO LAZER EM ÁREAS PROTEGIDAS: O
CASO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB.**

Brasília – DF

2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

VANESSA SOUSA DE OLIVEIRA

**DILEMAS DO LAZER EM ÁREAS PROTEGIDAS: O
CASO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador:

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos

Brasília – DF

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Vanessa Sousa de.

00L48d Dilemas do lazer em áreas protegidas: o caso do Jardim Botânico de Brasília – JBB. / Vanessa Sousa de Oliveira; orientador Neio Lúcio de Oliveira Campos. - - Brasília, 2018. 184 p.

Dissertação (Mestrado – Mestrado Profissional em Turismo)
- - Universidade de Brasília, 2018.

1. Jardim Botânico. 2. Lazer. 3. Visitação. 4. Representação Social 5. Jardim Botânico de Brasília - JBB. I. Campos, Neio Lúcio de Oliveira, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**DILEMAS DO LAZER EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de
Brasília da aluna

Vanessa Sousa de Oliveira

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos

Professor-Orientador

Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho

Professor-Examinador Interno

Profª Drª Yoko Nitahara Souza

Professora-Examinadora Externa

Brasília, 1º de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Dizem que nossa trajetória na pós-graduação é solitária. Ledo engano! São muitos os que nos acompanham. Cada qual com sua contribuição: um ombro amigo, palavras motivadoras, um livrinho de presente quando você já não dá conta de ler nem o básico, conversas despreziosas, um café, um chocolate, muita cerveja e diversas outras formas de demonstrar afeto e empatia.

Nessa jornada, há muitos agradecimentos a fazer. Sou muito grata a meus pais por terem me incentivado a ser uma curiosa incorrigível. Essa vontade de entender porque as coisas são como são ou aparentam ser, ou o que se vê para além das aparências é o que me move na vida.

Agradeço aos muitos amigos - aos quais não citarei para não cometer a gafe de esquecer alguém - sempre tão presentes, tão solícitos e grandes incentivadores das conquistas que obtive nos últimos anos. Não alimentassem cotidianamente as minhas maluquices, não teria chegado aqui.

Agradeço à equipe de professores e ao quadro técnico administrativo do Centro de Excelência em Turismo – CET pela receptividade no trato cotidiano. Em especial, agradeço ao Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos pela confiança depositada em meu trabalho.

Agradeço aos meus quatro amores peludos por sua presença carinhosa, barulhenta, dedicada, esbaforida e afogada em lambidas. Foram essenciais na recuperação de minha saúde mental durante o mestrado.

Por fim, agradeço à vida pelas perdas e ganhos emocionais durante a jornada: a quem foi embora e a quem chegou recentemente, pois ambos colaboraram – e ainda colaboram - para que esta jardineira aprimore o cultivo de seu jardim.

(...) Era uma rua comprida, com muros altos, amarelos. Seu coração batia de medo, ela procurava inutilmente reconhecer os arredores, enquanto a vida que descobrira continuava a pulsar e um vento mais morno e mais misterioso rodeava-lhe o rosto. Ficou parada olhando o muro. Enfim pôde localizar-se. Andando um pouco mais ao longo de uma sebe, atravessou os portões do Jardim Botânico.

Andava pesadamente pela alameda central, entre os coqueiros. Não havia ninguém no Jardim. Depositou os embrulhos na terra, sentou-se no banco de um atalho e ali ficou muito tempo.

A vastidão parecia acalmá-la, o silêncio regulava sua respiração. Ela adormecia dentro de si.

De longe via a aléia onde a tarde era clara e redonda. Mas a penumbra dos ramos cobria o atalho.

Ao seu redor havia ruído serenos, cheiro de árvores, pequenas surpresas entre os cipós. Todo o Jardim triturado pelos instantes já mais apressados da tarde. De onde vinha o meio sonho pelo qual estava rodeada? Como por um zunido de abelhas e aves. Tudo era estranho, suave demais, grande demais.

Um movimento leve e íntimo a sobressaltou – voltou-se rápida. Nada parecia se ter movido. Mas na aléia central estava imóvel um poderoso gato. Seus pelos eram macios. Em novo andar silencioso, desapareceu.

Inquieta, olhou em torno. Os ramos se balançavam, as sombras vacilavam no chão. Um pardal ciscava na terra. E de repente, com mal-estar, pareceu-lhe ter caído numa emboscada. Fazia-se no Jardim um trabalho secreto do qual ela começava a se aperceber.

Nas árvores as frutas eram pretas, doces como mel. Havia no chão caroços secos cheios de circunvoluções, como pequenos cérebros apodrecidos. O banco estava manchado de sucos roxos. Com suavidade intensa rumorejavam as águas. No tronco da árvore pregavam-se as luxuosas patas de uma aranha. A crueza do mundo era tranqüila. O assassinato era profundo. E a morte não era o que pensávamos.

Ao mesmo tempo que imaginário – era um mundo de volumosas dalias e tulipas. Os troncos eram percorridos por parasitas folhudos, o abraço era macio, colado. Como a repulsa que precedesse uma entrega – era fascinante, a mulher tinha nojo, e era fascinante.

As árvores estavam carregadas, o mundo era tão rico que apodrecia. Quando Ana pensou que havia crianças e homens grandes com fome, a náusea subiu-lhe a garganta. Como se ela estivesse grávida e abandonada. A moral do Jardim era outra. Agora que o cego a guiara até ele, estremecia nos primeiros passos de um mundo fascinante, sombrio, onde vitórias-régias boiavam monstruosas. As pequenas flores espalhadas na relva não lhe pareciam amarelas ou rosadas, mas de cor mau ouro e escarlates. A decomposição era profunda, perfumada... Mas todas as pesadas coisas, ela via com a cabeça rodeada por um enxame de insetos, enviados pela vida mais fina do mundo. A brisa se insinuava entre as flores. Ana mais adivinhava que sentia o seu cheiro adocicado... O Jardim era tão bonito que ela teve medo do Inferno.

(Clarice Lispector, Amor, 1960)

RESUMO

A pesquisa em questão consiste no estudo da visitação a jardins botânicos. A finalidade é responder a duas questões: quais são as representações do lazer elaboradas por visitantes de jardins botânicos? como essas representações dialogam com as funções institucionais de jardins botânicos? Para tanto, propomos como estudo de caso a visitação espontânea ao Jardim Botânico de Brasília – JBB, com base em três objetivos específicos: contextualizar o processo histórico de desenvolvimento das funções institucionais dos jardins botânicos no Ocidente e do Jardim Botânico de Brasília - JBB em específico; identificar as representações do lazer atribuídas à experiência de visitação ao JBB; analisar como essas representações dialogam com as funções institucionais do JBB. Como áreas protegidas direcionadas à manutenção de coleções botânicas, à fruição do lazer e à educação ambiental, localizadas em centros urbanos, assumem papel fundamental no processo de sensibilização da sociedade para a conservação da biodiversidade. Essas instituições possuem uma longa trajetória de pesquisa e educação. Hoje atuam no desenvolvimento e disseminação de conhecimento sobre a biodiversidade do planeta, interligadas a redes internacionais, em uma gama variada de atividades, unidas pelo tripé de finalidades comuns: conservação da biodiversidade, educação ambiental e visitação pública. O estudo de caso foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário aos visitantes espontâneos. Utilizamos a técnica da análise de conteúdo para identificar as representações dos visitantes sobre lazer e colocá-las em perspectiva com as funções institucionais de jardins botânicos. Como resultado, encontramos uma rica experiência de lazer pautada nas relações de sociabilidade, mas desconectada do papel social e histórico assumido pelos jardins botânicos contemporâneos.

Palavras-chave: Jardim Botânico, Lazer, Visitação, Representação Social, Jardim Botânico de Brasília - JBB.

RESUMEN

La investigación en cuestión consiste en el estudio de la visita a jardines botánicos. La finalidad es responder a dos cuestiones: ¿qué representaciones del ocio son elaboradas por visitantes de jardines botánicos? ¿cómo esas representaciones dialogan con las funciones institucionales de jardines botánicos? Para ello, proponemos como estudio de caso la visita espontánea al Jardín Botánico de Brasilia - JBB, con base en tres objetivos específicos: contextualizar el proceso histórico de desarrollo de las funciones institucionales de los jardines botánicos en el Occidente y el Jardín Botánico de Brasilia - JBB en específico ; identificar las representaciones del ocio atribuidas a la experiencia de visita al JBB; analizar cómo esas representaciones dialogan con las funciones institucionales del JBB. Como áreas protegidas dirigidas al mantenimiento de colecciones botánicas, al disfrute del ocio ya la educación ambiental, ubicadas en centros urbanos, asumen un papel fundamental en el proceso de sensibilización de la sociedad para la conservación de la biodiversidad. Estas instituciones poseen una larga trayectoria de investigación y educación. Hoy actúan en el desarrollo y diseminación de conocimiento sobre la biodiversidad del planeta, interconectadas a redes internacionales, en una gama variada de actividades, unidas por el trípode de finalidades comunes: conservación de la biodiversidad, educación ambiental y visita pública. El estudio de caso fue desarrollado con base en investigación bibliográfica, análisis documental y aplicación de cuestionario a los visitantes espontáneos. Utilizamos la técnica del análisis de contenido para identificar las representaciones de los visitantes sobre el ocio y ponerlas en perspectiva con las funciones institucionales de jardines botánicos. Como resultado, encontramos una rica experiencia de ocio guiada en las relaciones de sociabilidad, pero desconectada del papel social e histórico asumido por los jardines botánicos contemporáneos.

Palabras clave: Jardín Botánico, Ocio, Visita, Representación Social, Jardim Botânico de Brasília - JBB.

ABSTRACT

The following research consists on the studies of visitation in botanic gardens. The purpose is to answer two questions: what are the representations of leisure elaborated by botanic garden visitors? how do these representations dialogue with the institutional functions of botanic gardens? To do so, we propose as a case study the spontaneous visitation to the Botanic Garden of Brasília - JBB, based on three specific objectives: to contextualize the historical development process on the institutional functions of the botanical gardens in the West and of the Botanical Garden of Brasilia - JBB in specific; identify the leisure representations attributed to the JBB visitation experience; analyze how these representations dialogue with the institutional functions of JBB. As protected areas aimed at the maintenance of botanical collections, the enjoyment of leisure and environmental education, located in urban centers, assume a fundamental role in the process of sensitizing society for the conservation of biodiversity. These institutions have a long history of research and education. Today they work on the development and dissemination of knowledge about the biodiversity of the planet, interconnected to international networks, in a varied range of activities, united by the tripod of common purposes: biodiversity conservation, environmental education and public visitation. The study case was developed based on bibliographic research, documentary analysis and questionnaire application to spontaneous visitors. We use the technique of content analysis to identify the representations of visitors on leisure and put them in perspective with the institutional functions of botanic gardens. As a result, we find a rich leisure experience based on sociability relationships, but disconnected from the social and historical role assumed by contemporary botanical gardens.

Key words: Botanic Garden, Leisure, Visitation, Social Representation, Jardim Botânico de Brasília - JBB.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, il est question d'étudier la visitation des jardins botaniques. De même, son but est de répondre à deux questions : quelles sont les représentations de loisir que se procurent les visiteurs des jardins botaniques ? Comment ces représentations dialoguent-elles avec les fonctions institutionnelles des jardins botaniques ? Pour mener à bien cette recherche, nous proposons comme étude de cas la visitation spontanée du Jardin botanique de Brasilia (JBB), se basant sur trois objectifs spécifiques : mettre en contexte le processus historique du développement des fonctions institutionnelles des jardins botaniques à l'Occident en général, voire celles qu'affecte le JBB en particulier ; identifier les représentations de loisir attribuées par les visiteurs lors de leur expérience dans le cadre du JBB ; analyser comment ces représentations dialoguent avec les fonctions institutionnelles du JBB. Ce genre d'institution, autre qu'estimé une aire protégée située dans des zones urbaines, se destine à la conservation des collections botaniques, à l'épanouissement des loisirs et à l'éducation liée à la nature ; aussi, elle joue un rôle important au processus de sensibilisation de la société à la conservation de la biodiversité. De plus, ces institutions possèdent une longue trajectoire dans le cadre de la recherche et de l'éducation. En effet, à l'heure actuelle, elles sont très actives dans le développement et la dissémination des connaissances sur la biodiversité de la planète. Associées en raison de la formation des réseaux internationaux, avec une gamme variée d'activités, elles s'unissent par le trépied de ces finalités communes : conservation de la biodiversité, éducation liée à la nature et visitation publique. L'étude de cas, quant à elle, a été développée se basant sur les recherches bibliographiques, l'analyse de documents et les réponses spontanées à un questionnaire ayant été fait auprès des visiteurs. Nous avons utilisé la technique d'analyse du contenu afin d'identifier les représentations des visiteurs sur ce type de loisir, mettant celles-ci en perspective sur les fonctions institutionnelles des jardins botaniques. Comme résultat, nous avons retrouvé une expérience de loisir des plus riches, s'appuyant sur les relations de sociabilité, quoique déconnectées du rôle social et historique à la charge des jardins botaniques contemporains.

Mots-clefs: jardin botanique, loisir, visitation, représentation sociale, Jardim Botânico de Brasília - JBB.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Folder institucional JBB – parte externa.....	95
Figura 1: Folder institucional JBB – parte interna.....	96
Figura 2: Área de Visitação JBB.....	114
Gráfico 1 – Total de visitantes entre 2011 e 2014.....	127
Gráfico 2 – Relação Escolaridade X Renda.....	130
Gráfico3 – Relação entre idade e gênero dos visitantes.....	131
Gráfico 4 – Relação entre gênero e visitação.....	132
Gráfico 5 – Frequência de visita X Local de residência.....	133
Imagem 1 – Alameda dos Estados e das Nações (Jardim Bíblico).....	115
Imagem 2 - Anfiteatro JBB.....	116
Imagem 3 – CEEEX.....	116
Imagem 4 – Jardim de Cheiros.....	117
Imagem 5 – Jardim Japonês.....	118
Imagem 6 – Modelo filogenético de Stebbins utilizado no JBB.....	119
Imagem 7- Jardim Evolutivo organizado de acordo com o modelo filogenético de Stebbins.....	119
Imagem 8 – Biblioteca da Natureza e Casa de Permacultura.....	120
Imagem 9 – Centro de Visitantes JBB e área de piquenique do restaurante..	121
Imagem 10 – Área de piquenique JBB (Espaço Oribá).....	121
Imagem 11 – Herbário JBB.....	122
Mapa 1 – Zoneamento JBB.....	111

Organograma 1 – Estrutura administrativa JBB.....	88
Organograma 2 – Superintendência Técnico-Científica do JBB.....	90
Organograma 3 – Estrutura de visitação JBB.....	108
Organograma 4 – Serviços oferecidos pelo JBB, distribuídos por superintendência.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Construção das categorias de análise.....	30
Tabela 2 – Modalidades de jardins classificados historicamente como botânicos.....	49
Tabela 3 – Jardins botânicos reconhecidos pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos – CNJB.....	55
Tabela 4 – Distribuição de jardins botânicos por região no Brasil.....	55
Tabela 5 – Dados sobre visitação a jardins europeus e da Oceania.....	79
Tabela 6 - Arrecadação de bilheteria entre os anos de 2012 e 2016.....	86
Tabela 7 - Quadro de pessoal JBB 2016.....	86
Tabela 8 - Previsão orçamentária JBB/EEJBB de 2012 a 2019.....	87
Tabela 9 – Registro de visitantes com base na arrecadação de bilheteria entre 2012 e 2016.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Área de Proteção Ambiental – APA

Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE

Botanical Garden Conservation International – BGCI

Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília – CSJBB

Centro de Excelência do Cerrado – CEEEX

Centro Internacional de Referência e Transdisciplinariedade - CIRAT

Comissão Nacional de Jardins Botânicos – CNJB

Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP

Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA

Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD

Convenção da Diversidade Biológica – CDB

Distrito Federal - DF

Estação Ecológica - EE

Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília – EEJBB

Estação Florestal Cabeça de Veado – EFCV

Floresta Nacional – Flona

Fundação Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF

Governo do Distrito Federal – GDF

Herbário Ezechias Paulo Heringer – HEPH

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT

International Union for Conservation of Nature – IUCN

Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Jardim Botânico de Brasília – JBB

Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ

Jardim Zoológico de Brasília – JZB

Lei de Acesso à Informação – LAI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Monumento Natural – MN

Ordem de Serviço - OS

Organização das Nações Unidas – ONU

Parque Nacional – PARNA

Plano de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial – PDOT

Programa de Educação Ambiental – PEA/JBB

Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII

Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI

Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV

Rede Brasileira de Jardins Botânicos – RBJB

Reserva Biológica – Rebio

Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS

Reserva Extrativista – Resex

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal SAP-DF

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF

Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude –
SECRIANÇA

Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC

Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos – SNRJB

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC

Superintendência Técnico-Científica – SUTEC

Unidade de Conservação – UC

World Commission on Protected Areas - WPCA

World Wildlife Fund for Nature – WWF

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
METODOLOGIA.....	26
CAPÍTULO 1 – PARQUES DE PLANTAS.	
1.1 Sobre parques e jardins.....	31
1.2 As funções institucionais dos jardins botânicos ocidentais.....	36
1.2.1 Jardins botânicos contemporâneos.....	42
1.3 Jardins botânicos brasileiros.....	50
CAPÍTULO 2 – AS MUITAS FACES DO LAZER.	
2.1 O lugar do lazer na vida moderna.....	57
2.2 Representação social: para compreender os significados partilhados pelos sujeitos.....	65
2.3 Representações do lazer nas sociedades ocidentais.....	69
2.4 Jardins botânicos como espaços de lazer.....	76
CAPÍTULO 3 – JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB: O JARDIM DO CERRADO.	
3.1 <i>Lócus</i> de investigação.....	85
3.2 O JBB no cenário ambiental do Distrito Federal.....	97
3.3 Histórico.....	103
3.4 A visitação pública.....	107
3.4.1 Bases normativas.....	109
3.4.2 Espaços de visitação.....	114
3.4.2.1 Espaços históricos.....	115
3.4.2.2 Trilhas.....	116
3.4.2.3 Jardins temáticos.....	117
3.4.2.4 Centro de Visitantes.....	120
3.4.2.5 Outros espaços.....	121
3.4.3 Canais de comunicação.....	123
3.4.4 Serviço de visitação.....	124

4. A VISITAÇÃO AO JBB: ANÁLISE DOS DADOS.

4.1 Representações do lazer entre os visitantes do JBB.....	129
4.1.1 Eu, Visitante.....	129
4.1.1.1 Perfil socioeconômico.....	129
4.1.1.2 Relação entre sociabilidade e gênero.....	130
4.1.1.3 Dinâmica da visitação.....	132
4.1.2 Categoria <i>JBB como espaço de lazer</i>	135
4.1.3 Categoria <i>Comunicação com o JBB</i>	137
4.2 O não diálogo entre o JBB e seus visitantes espontâneos.....	138
CONSIDERAÇÕES.....	147
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICES	
Apêndice A – Questionário.....	169
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	173
Apêndice C – Banco de dados.....	174
ANEXOS	
Anexo A – Solicitação para realização de pesquisa científica no JBB.....	181
Anexo B – Autorização para pesquisa científica no JBB.....	183

INTRODUÇÃO

As vivências lúdicas na natureza vêm de tempos imemoriais. As formas assumidas nas interações, a manipulação humana dos ambientes para contemplação, cultivo de alimentos, flores e fármacos é tão antiga quanto a própria humanidade. Os modos de expressar essa relação assumem diferentes sentidos, registrados nas transformações da paisagem.

A relação com a natureza que conhecemos é fruto do pensamento social produzido na modernidade. O amor à natureza se expressa nas sociedades ocidentais pelo controle sobre o ambiente nas formas de produção do artifício urbano - parques e jardins - na segregação para proteção – as áreas legalmente protegidas - e na produção de conhecimento sobre os fenômenos naturais e sociais - a ciência. Amar é controlar.

Nesse contexto, os jardins botânicos apresentam-se como instituições modernas que manifestam essas formas de interação com a natureza. São áreas protegidas destinadas à conservação, produção e proteção do conhecimento sobre a biodiversidade, são espaços de aplicação da arte dos jardins - a composição paisagística, *lócus* de produção das sociabilidades urbanas e dos valores históricos e culturais em relação à natureza.

Jardins botânicos são instituições que apresentam coleções de plantas vivas cientificamente organizadas, abertas à visitação pública com finalidades de educação, conservação, pesquisa, educação ambiental e lazer. Estão localizados em centros urbanos, assumindo funções estéticas, ambientais e sociais (IUCN/BGCI/WWF, 1989).

Correspondem a um tipo específico de interação social com a natureza – a domesticação pela observação, experimentação, controle, manipulação para fins utilitários, estéticos e de educação e pesquisa. Sua morfologia – como se organizam, o que os definem como instituição, suas funções públicas – em nível internacional e nacional os caracterizam como um híbrido histórico da relação entre lazer e conservação.

Ao longo de sua existência, assumiram diferentes funções institucionais: foram criados na Europa para estudar plantas medicinais, fazer experimentos agrícolas e aclimatar espécies exóticas, como laboratório para a formação de

médicos e boticários. Na América, atendiam à finalidade econômica de aclimatar ervas e especiarias do Oriente, além de promover pesquisas sobre plantas nativas com potencial para inserção no comércio internacional (Bediaga *et al*, 2008).

Se no passado foram estratégicos para o comércio mercantil internacional e para o desenvolvimento da ciência, no presente assumem a função de interlocutores para a conservação da biodiversidade do planeta. Essa função é exercida por meio da visitação pública, que se utiliza dos princípios e práticas da Educação Ambiental como elemento mediador entre instituição e público.

Historicamente, o amor aos jardins¹ foi um signo social de distinção. E ainda o é. Popularizados a partir das reformas urbanas do século XIX, jardins particulares serviram de inspiração para a constituição de áreas verdes em diversos formatos: parques, passeios, bosques, praças, jardins botânicos e zoológicos.

Em novas apropriações, o amor aos jardins se renova e se reinventa na vida urbana. Residências com quintais possuem alto valor de mercado, projetos paisagísticos são cartões de visita para empreendimentos públicos e privados, hortas saem das áreas rurais e ocupam os canteiros da cidade, morar ao lado de um parque valoriza a vida – e o imóvel. A busca por áreas verdes se intensifica.

Como a maioria dos jardins botânicos está fixada nas cidades, assumem também funções ecológicas, socioculturais e influenciam no ordenamento territorial, provocando grande impacto na proteção dos recursos naturais, na qualidade de vida dos centros urbanos e no imaginário sobre a cidade.

Diante do complexo contexto que os envolve, há de se questionar o papel da visitação na proteção e conservação de jardins botânicos. Questões como o levantamento do perfil de visitantes, uso público dos jardins botânicos, visibilidade nos roteiros turísticos das cidades e seu papel na dinâmica urbana local são aspectos em investigação.

¹ Expressão cunhada pelo arquiteto Hugo Segawa (1996) para designar o afeto dos cidadãos pelas áreas verdes.

A fruição do lazer em jardins botânicos traz para o centro da discussão a necessidade de conhecer seus frequentadores e compreender suas representações. Ao entrelaçar as funções institucionais com as representações dos visitantes sobre lazer, é possível apreender o tipo de diálogo que vem sendo estabelecido entre a instituição e seu público.

A pesquisa em jardins botânicos está tradicionalmente ligada à Biologia da Conservação e áreas afins. Quando desenvolvida pelas Ciências Sociais, foca nos estudos de formação de professores e Educação Ambiental, com ênfase no público guiado. Existem poucas pesquisas que tem como foco os visitantes espontâneos.

A escolha do caso deve-se à pouca ocorrência de pesquisas no Jardim Botânico de Brasília - JBB com foco na visitação. Entre os anos de 2012 e 2016, houve a criação de novos espaços paisagísticos, ampliação da oferta de serviços e o crescimento exponencial do número de visitantes.

Entre janeiro de 2015 e fevereiro de 2016 trabalhei no Jardim Botânico de Brasília – JBB na condição de servidora cedida. Durante esse período, acompanhei de perto os processos internos da instituição e pude observar o gargalo de estrutura, organização e percepção acerca da visitação espontânea. Aos visitantes cabia o lugar de adereço na paisagem.

Assim, diversas questões vieram à tona e foram o motor desta pesquisa: quem são esses visitantes? Porque estão aqui? De onde vem? Como veem a instituição? O que sabem o JBB? Como compreendem o lazer em jardins botânicos? Como se comunicam com a instituição? Como fruem do que o JBB oferece?

A pesquisa justifica-se por dar voz a esses visitantes, contribuindo assim para a comunicação entre a instituição e seu público. A produção de informações sobre a visitação espontânea contribui para o diálogo entre os objetivos institucionais e as expectativas da sociedade em torno de sua fruição.

Desenvolvemos um estudo de caso sobre a visitação ao Jardim Botânico de Brasília – JBB com a finalidade de responder a duas indagações: quais são as representações do lazer elaboradas por visitantes de jardins botânicos?

Como essas representações dialogam com as funções institucionais de jardins botânicos?

O objetivo geral desta pesquisa é investigar os significados atribuídos ao lazer em jardins botânicos, a fim de compreender em que medida essas representações dialogam com suas funções institucionais. Para chegar a este fim, foram definidos três objetivos específicos:

1. Contextualizar as funções institucionais dos jardins botânicos no Ocidente e do JBB em específico;
2. Identificar as representações do lazer elaboradas pelos visitantes do JBB;
3. Analisar as representações do lazer dos visitantes em perspectiva com as funções institucionais do JBB.

O JBB é uma área protegida que tem por finalidade a constituição e a manutenção de coleções botânicas, o desenvolvimento de pesquisa científica, educação ambiental e lazer, orientados para a conservação da biodiversidade (JBB, 2016). Sua presença é observada nos roteiros de divulgação do turismo no Distrito Federal e no site do Ministério do Turismo como roteiro ecológico.

Para dar fundamentação teórica, percorremos a discussão sobre lazer como fenômeno de longa duração. As práticas lúdicas, experienciadas por diferentes grupos em diversas épocas e sociedades, apontam para a existência de uma experiência emocional comum, motivada pela busca de prazer e satisfação (Elias e Dunning, 1992).

Assim, alinhamo-nos à concepção de lazer elaborada por Gomes (2014) no qual o fenômeno é uma dimensão da cultura humana, que se revela pela ludicidade das manifestações culturais, localizadas em um tempo e um espaço conquistado para sua fruição. Gomes (2008) aponta que o fenômeno possui valores e significados herdados historicamente, que se encontram contidos nas concepções de lazer que compartilhamos hoje.

Essa dinâmica de permanências e rupturas acumulada histórica e socialmente nos dão indícios de como as representações sobre um fenômeno são produzidas e do lugar que ocupam na vida moderna. Utilizamos do conceito de representação social de Serge Moscovici (2001) para apreender

essas crenças, ideias e saberes práticos do senso comum sobre lazer, compartilhados nas experiências sociais.

Essa mesma perspectiva apoiou nosso mergulho no jardim botânico como instituição histórica, com as diferentes funções que assumiu ao longo do tempo e como as atuais características que os definem foram modeladas em um contexto de ressignificação da relação com a natureza e do papel assumido pelo lazer na vida moderna.

Apropriamo-nos também dos conceitos de museu e de público espontâneo oriundos dos estudos de Museologia, os quais possuem experiência na pesquisa sobre perfil de visitantes. São as instituições que mais se assemelham a jardins botânicos no que tange à relação entre educação, pesquisa e lazer.

Os visitantes espontâneos, nosso foco, são aqueles que frequentam o local sem qualquer tipo de mediação entre a instituição e o público (Martins, 2006). Esse visitante se caracteriza pela ausência de roteiros delineados previamente. *Com isso, a relação dialógica é aberta e o conteúdo ou trajeto que o visitante fará nas dependências do museu não é pré-estabelecido* (Albuquerque e Moura, 2012, p.80).

A pesquisa focaliza sujeitos que compartilham de um espaço social comum e uma dada vivência de lazer: a visita a um jardim botânico. Esses sujeitos partilham de sistemas de signos e significados historicamente localizados, uma experiência pessoal e uma memória social da relação com o lazer e com as áreas verdes, que se manifesta em suas representações.

A discussão sobre lazer nos jardins botânicos ocidentais é opção desta pesquisadora. Não ignoramos a existência e a importância das diversas modalidades de jardins no Oriente Médio e no Extremo Oriente – inclusive os botânicos, mas para fins desta pesquisa, a contextualização ficará restrita ao Ocidente.

A dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, a saber:

O **Capítulo 1** apresenta a discussão sobre a importância de parques e jardins como espaços de lazer urbano; contextualiza as funções institucionais

dos jardins botânicos ocidentais, seu papel nos dias atuais e a trajetória dos jardins botânicos brasileiros.

O Capítulo 2 apresenta um panorama dos estudos do lazer a partir da discussão sobre seu papel na vida moderna, o uso do conceito de representação social para a pesquisa em questão, as representações sobre lazer no pensamento ocidental e discorreremos sobre jardins botânicos como espaços de lazer.

O Capítulo 3 apresenta o Jardim Botânico de Brasília – JBB a partir de sua estrutura administrativa, história de criação, estrutura e tipologia de visitação, contextualizando-o no cenário ambiental do Distrito Federal.

O Capítulo 4 apresenta o banco de dados utilizado na pesquisa, a análise e interpretação dos dados, no intuito de atender aos objetivos específicos de identificar as representações do lazer elaboradas pelos visitantes do JBB e relacioná-las com suas funções institucionais.

Por fim, temos as considerações, críticas e sugestões para o aprimoramento da relação entre o Jardim Botânico de Brasília - JBB e seus visitantes espontâneos.

METODOLOGIA

O estudo do lazer em jardins botânicos se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de tipo exploratória. Sua finalidade é ampliar a produção de conhecimento acerca de um fenômeno pouco conhecido. É uma tentativa de adquirir maior familiaridade com o objeto investigado e possibilita aumentar o conhecimento produzido sobre visitação a jardins botânicos.

A opção pelo estudo de caso deu-se por conta de suas características como método de pesquisa. Os fenômenos são investigados no seu *lócus* de existência, nas condições e circunstâncias em que ocorrem e se refere à análise detalhada de um caso específico, propondo que   possível conhecer um fenômeno a partir do estudo minucioso de um único caso ou de múltiplos casos em perspectiva (Yin, 2015).

A principal característica do estudo de caso   jogar luz sobre as especificidades de um fenômeno. Ao optar pelo método, busca-se um entendimento abrangente do evento estudado. O caso   uma unidade representativa do todo (Yin, 2015). Ao dissecar a parte,   possível vislumbrar características t picas do fenômeno.

Para dar suporte à pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico acerca do tema, selecionamos e analisamos documentos, além da realização de observação direta. Para a identificação das representações, entrevistamos os visitantes, selecionados por levantamento de amostragem não probabilística. Utilizamos a técnica da análise de conteúdo para a identificação das representações.

A pesquisa bibliográfica e a análise documental permitiram o mapeamento das funções institucionais de jardins botânicos. Permitiram também tornar visível a relação entre o ideal e o real, quando se trata de atender às diretrizes institucionais de jardins botânicos. A observação direta possibilitou observar a dinâmica dos visitantes na área de uso público, contribuindo para a elaboração e aplicação do questionário.

A análise de conteúdo foi a técnica escolhida para o tratamento dos dados. Ela se configura em um conjunto de técnicas de comunicação, a fim de conhecer os sentidos conferidos aos textos, aos processos comunicacionais. A

análise de conteúdo tem por finalidade construir inferências. *Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo* (Campos, 2004, p. 611). Os pesquisadores fazem seus dados dialogarem com bases teóricas, a partir de situações concretas, do contexto histórico e social de produção e recepção dos discursos estudados.

Bardin (1977) compreende que a análise de conteúdo configura-se em um conjunto de técnicas de análise das comunicações e conteúdos das mensagens manifestas, que possibilitam a construção de inferências, a fim de acessar seu conteúdo latente - não dito, mas presente.

A análise de conteúdo é constituída por fases de construção do conhecimento. *A primeira fase é a de exploração do material a ser estudado, de leituras flutuantes do corpus dos documentos* (Campos, 2004, p. 613). A segunda fase é a de seleção das unidades de análise ou de significados, que são escolhidas de acordo com os objetivos da pesquisa, opções teóricas e percepção dos pesquisadores.

A terceira fase é a de construção das categorias de análise. Minayo (2004) observa que os conceitos mais importantes dentro de uma teoria são as categorias, distinguindo-as em analíticas e empíricas. *As categorias analíticas são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balisadoras para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais* (p. 93 - 94).

As categorias empíricas são aquelas construídas com finalidade de uso, para o trabalho de campo ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a qualidade de dar visibilidade às particularidades que se revelam quando nos deparamos com o fato empírico (Minayo, 2004).

A opção para esta investigação foi a de construir as categorias de análise a partir da realidade empírica, utilizando as observações produzidas durante o campo, o questionário respondido pelos visitantes, documentos selecionados e a bibliografia pesquisada.

Para a identificação das representações, entrevistamos os visitantes espontâneos, com base nos objetivos da pesquisa, na literatura sobre o tema e na comparação com instrumentos semelhantes para a obtenção de

informações sobre crenças, sentimentos e expectativas dos entrevistados. Alguns esclarecimentos precisam ser realizados.

Existem dois tipos de visitante no JBB: visitante agendado/guiado e visitante espontâneo/autoguiado. São visitantes agendados aqueles que fazem sua visita mediados pela equipe de Educação Ambiental. São visitantes espontâneos aqueles que frequentam o JBB sem fazer agendamento. O público estudado nesta pesquisa é o visitante espontâneo.

A visitação espontânea pode acontecer em qualquer dia de funcionamento do JBB. A visitação agendada/guiada ocorre somente de terça a sexta. Aos finais de semana não existe visita agendada/guiada. Optamos por realizar a abordagem dos visitantes somente aos finais de semana por conta de encontrarmos somente visitantes espontâneos nesses dias.

Nem todo pagante é visitante espontâneo. Turistas, por exemplo, podem agendar visita junto à Gerência de Educação Ambiental e pagar a entrada. Grupos de faculdade podem agendar a visita e pagar a entrada. Entretanto, existem modalidades de visitantes espontâneos que não são cobrados. São eles: alunos de rede pública de ensino, crianças menores de 12 anos, idosos a partir dos 60 anos e portadores de deficiência.

O Relatório de Prestação de Contas do Governador (Distrito Federal, 2016) informa sobre a entrada anual de 108.927 visitantes pagantes. Como os dados do Relatório são brutos, não havendo distinção entre visitante pagante espontâneo e visitante pagante agendado, os dados da bilheteria não podem ser tratados como população de visitantes espontâneos. Na prática, não sabemos qual é o tamanho da população de visitantes espontâneos do JBB.

Por conta do problema relatado, tornou-se inviável adotar critérios estatísticos para a construção da amostra de visitantes espontâneos. Para definir uma amostra simples, é preciso ter uma população bem definida, o que não é o caso. Optamos pela amostragem não probabilística, na qual a escolha dos entrevistados consiste na construção de uma amostra aleatória de frequentadores disponíveis no ambiente de pesquisa, nesse caso, na área de visitação do JBB aos finais de semana.

Os visitantes foram abordados, apresentados à pesquisa, convidados a participar e, aqueles que se dispuseram, forneceram e-mail para contato. O questionário foi enviado a 223 visitantes, dos quais 84 responderam e 78 foram validados para a identificação das representações. O critério de validação foi a resposta a no mínimo 30 das 37 questões. Usamos a plataforma de formulários do Google.

A opção para que os entrevistados respondessem o questionário após a visita e fora do espaço do JBB deu-se por dois motivos: maior disponibilidade de tempo e de reflexão para responder a pesquisa; não atrapalhar o público durante sua visita, a fim de evitar resistência à participação na pesquisa.

O questionário possui 37 questões. Cada questão elaborada refere-se a uma unidade de significado. Para construir as categorias, as unidades foram agrupadas por semelhança, a fim de fornecer elementos que informassem sobre as questões pertinentes à pesquisa. As questões 14, 21, 35, 36 e 37 não apresentaram quantitativo de respostas significativo que justificasse sua sistematização.

O questionário e a base de dados encontram-se nos Apêndices A e C desta dissertação.

Tabela 1 – Construção das categorias de análise.

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE SIGNIFICADO
EU, VISITANTE	Perfil dos visitantes do Jardim Botânico de Brasília – JBB.	1. Perfil socioeconômico 2. Relação entre sociabilidade e gênero 3. Dinâmica da visita	1. Idade - 2. Gênero - 3. Escolaridade - 4. Local de residência – 5. Se você mora fora do DF, informe local de residência; 6. Ocupação/profissão - 7. Renda com base no salário mínimo de 2017; 8. Com que frequência vai ao JBB? - 9. Costuma ir - 10. Meio de transporte que utiliza para ir ao JBB - 11. Com quem costuma ir ao JBB?; 12. Como soube da existência do JBB?
JBB COMO ESPAÇO DE LAZER	Identificar as representações dos visitantes acerca do JBB como espaço de lazer.		26. Por que você vai ao JBB? 27. Quais são os espaços de visita do JBB que você conhece? 28. Para você, o que é um jardim botânico? 29. Qual a finalidade da existência de jardins botânicos? 30. O que você sabe sobre o JBB? 31. O que é lazer para você? 32. O que você faz nos seus momentos de lazer? 33. O que você faz durante sua visita ao JBB? 34. Quais são seus espaços preferidos do JBB?
COMUNICAÇÃO COM O JBB	Identificar como os visitantes se comunicam com o JBB.		13. Você procurou informação prévia sobre o JBB antes de fazer a visita? 14. Caso precisasse de informação, onde procuraria? 15. Você conhece o site do JBB? 16. Você conhece a comunidade do JBB no Facebook? 17. Você conhece a Carta de Serviços ao Cidadão do JBB? 18. Você conhece as normas de conduta para visita ao JBB? 19. Você já utilizou a Ouvidoria do JBB? 20. Ao chegar, você recebeu algum material informativo ou recomendação para a visita? Se sim, qual? 22. Como você tem acesso às informações sobre a programação de atividades e eventos do JBB? 23. Assinale quais das atividades e serviços desenvolvidos no JBB são de seu conhecimento. 24. Você já utilizou algum desses serviços ou participou das atividades?

1. PARQUES DE PLANTAS

Os jardins são o anti-económico. Custam dinheiro a manter e não produzem nada rentável. Para almas práticas são o puro desperdício. Tanto mais que fruí-los é usar o tempo de forma improdutiva (...) E, não obstante, contrariando o *homo economicus*, gostamos de jardins. Quando podemos passear num jardim, sentimo-nos bem: é uma espécie de poesia sem palavras, esse bem estar. Associamos aos jardins uma ideia de harmonia, de beleza, de natureza ordenada pelo homem com intuito de provocar prazer.

viciodapoesia.com

1.1 Sobre parques e jardins

A busca pelo verde nas cidades revela-se nas diferentes facetas da valorização da paisagem urbana, como a procura por parques e jardins, sua reprodução na vida privada por meio de quintais e jardins residenciais, na constituição e manutenção de hortas urbanas.

Fora das cidades, a visitação a parques nacionais, unidades de conservação e outras modalidades de áreas protegidas, as atividades praticadas em espaços naturais como o trekking, canoagem, camping, escalada e corridas de aventura constituem-se em variações de um mesmo fenômeno: a valorização da natureza como lugar para as vivências de lazer.

É por meio do lazer que os sujeitos usufruem das diversas modalidades de áreas verdes como parques, passeios, jardins e uma variedade de tipos de áreas protegidas. Independente da função dos elementos vegetais, se estética, utilitária ou de conservação, o conforto e bem-estar propiciados no contato propiciam satisfação psíquica e física.

Parques e jardins contam a história das cidades e das sociedades que os constituíram, assim como participam das transformações da vida urbana do contexto no qual estão inseridos. Sua existência, permanência e patrimonialização refletem o importante papel que assumem como produtores de narrativas sobre a paisagem.

Elias e Dunning (1992) observam que não é possível falar de tempos e práticas de lazer com os mesmos formatos e percepções, mas é possível reconhecer em diferentes contextos a presença das necessidades emocionais

de busca por prazer, satisfação e a organização de ‘tempos’ e ‘espaços’ socialmente reconhecidos para vivenciar a ludicidade.

Historicamente, parques e jardins fazem parte desses ‘tempos’ e ‘espaços’ de fruição do lazer. A visitação a jardins e parques urbanos configura-se em uma das expressões modernas da busca pela natureza na cidade. As paisagens manipuladas de forma intencional fazem parte de um projeto civilizatório, que estabelece relação com a vida pública e com modos de interagir com a cidade.

Parques e jardins, como equipamentos que integram as estruturas urbanas de lazer, são espaços históricos de acolhimento dos sujeitos. O lazer em jardins está ligado à contemplação e à intimidade, ou seja, à vida privada. O lazer em parques urbanos está ligado ao espaço público e à sociabilidade nas cidades, aos encontros, ao ver e ser visto, aos esportes e às atividades físicas.

As representações sobre jardins estão ligadas a um deleite pessoal, à intimidade, ao cultivo de si (Vieira, 2007). Um jardim se apresenta como espaço encerrado, limitado, sem diálogo com o exterior. Relatos mitológicos, literários e históricos apontam para sua existência desde as antigas civilizações, apresentados em várias mitologias como o paraíso, a ponte de ligação entre o humano e o divino. Uma representação constantemente afirmada nas sociedades ocidentais.

Parques possuem diferentes formatos, tamanhos, modelos paisagísticos, funções e tipos de equipamentos, o que torna difícil sua definição (Scocuglia, 2009). Podem estar vinculados à proteção ambiental, com acesso restrito, destinado à preservação e à pesquisa, ou à função social de lazer, recreação e conservação. *Essa diversidade é reflexo das necessidades, do pensamento e do gosto de um grupo, de uma época e de uma situação geográfica* (Scalise, 2002, p. 17).

Parques urbanos são espaços livres de grandes dimensões. Aqui cabe um apontamento acerca dos conceitos de espaço livre e área verde. No campo do urbanismo, as cidades possuem espaços construídos e espaços livres de construção. Os espaços livres de construção são as áreas não construídas

dentro de uma cidade, de propriedade municipal, estadual, federal ou de particulares, independente de sua destinação.

Os espaços livres, quando orientados para a conservação, o paisagismo urbano ou o lazer público são denominados de áreas verdes, que podem apresentar-se no formato de praças, parques, jardins, passeios, arboretos, jardins botânicos (Cavalheiro & Del Picchia, 1992; Lima *et al*, 1994; Sanchotene, 2004; Toledo e Santos, 2008).

Os diferentes significados assumidos pelos parques ao longo do tempo são classificados por Silva (2003) em quatro tipos: parque como metáfora da natureza, um cenário a ser apreciado; como espaços de sociabilidade e de formação histórica do amor à natureza; como espaço de conservação de recursos naturais, de sua manutenção no meio urbano e da prevenção e redução dos danos provocados pela urbanização desenfreada; como espaço de especulação imobiliária e outros tipos de conflitos econômicos pelo uso e ocupação do solo na cidade.

Os vínculos afetivos e de valorização da população com os parques que freqüente estão diretamente ligados ao seu uso para o lazer e a recreação ao ar livre e ao contato com a natureza na cidade (Furegato, 2005). Quando dotados de equipamentos e serviços, os usos múltiplos extrapolam as vivências dos locais, tornando parques e jardins espaços significativos para o turismo urbano.

É no período de consolidação da burguesia, que constrói sua identidade de classe ao ressignificar valores aristocratas e criar seus próprios signos de distinção social, que parques e jardins se consolidam como espaços de sociabilidade urbana ocidental, pois constituíam-se em locais para os lazeres burgueses, que também podiam ser observados na busca do aprimoramento intelectual, nas viagens para tratamentos de saúde e na vilegiatura – viagens para o campo e balneários – delineando assim, um modo de ser (Boyer, 2003).

A abertura dos jardins a um público mais amplo, a partir do século XVII, com a criação dos *jardins de divertimento*² pelos ingleses, insere a dimensão

² Segundo Choay (2015), os jardins de divertimento, criados pelos ingleses, reuniam atividades tão diversas quanto caminhadas e passeios a cavalo.

da atividade física e dos esportes ao espaço de fruição dos parques que, apesar de públicos, ainda estavam restritos a grupos sociais específicos. Lazer ativos e contemplativos encontram-se nos parques e jardins urbanos.

No século XIX, a elaboração dos jardins, a arte de projetar jardins, herança do Renascimento, migra das mãos de jardineiros-artistas para as de arquitetos, paisagistas e urbanistas. O jardim em todas as suas expressões se torna elemento fundamental no ordenamento urbano (Magalhães, 2015).

Ao longo do século XIX, a vegetação nas cidades se torna o centro das discussões sobre salubridade. A defesa da arborização para melhorar a qualidade do ar é análoga ao papel dos pulmões no corpo humano e constantemente utilizada como argumento para a ocupação dos espaços públicos por jardins, praças e passeios (Segawa, 2006).

Como política de Estado na França do século XIX, no Brasil da segunda metade do século XIX e início do XX, a criação de parques e jardins compõe um conjunto de ideologias de cunho sanitaria e higienista para ocupação e uso dos espaços urbanos e de controle social de suas massas por meio do lazer e da recreação.

Experiências como a Reforma de Paris (1857 – 1870)³ terão grande impacto nas sociedades ocidentais. As ideias higienistas, que orientaram esses processos, influenciarão as reformas urbanas de Belém (1897), Rio de Janeiro (1904) e de outras cidades brasileiras que as promoverão no início do século XX (Segawa, 2006).

³ A Reforma de Paris inaugura uma fase de grandes obras no século XIX, baseadas nos princípios do urbanismo moderno. Entre 1853 e 1870, Paris passou por uma profunda reforma urbana coordenada pelo Barão Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), prefeito da cidade durante o governo de Napoleão III. A reformulação da capital francesa influenciou o traçado de diversas cidades, incluindo o Rio de Janeiro em 1904. Paris passava por um intenso período de industrialização e de urbanização e não tinha infraestrutura para receber os grandes contingentes de migrantes. As obras incluíram melhorias como o alargamento das vias, a instalação de esgotos, a extensão do sistema de distribuição de água, a promoção da iluminação pública, a implantação de sistemas de arborização e de parques. A reforma foi muito questionada, pois promoveu a destruição de construções medievais e a erradicação de cortiços, substituídos por 'conjuntos habitacionais' desviados para os subúrbios, excluindo cada vez mais a população carente.

Em um movimento paralelo ao ocorrido na Europa, na segunda metade do século XIX, a criação do modelo de parques urbanos capitaneado pelo *Parks Movement* nos Estados Unidos, valoram seus parques como um espaço democrático para o lazer e a recreação, ao possibilitar o acesso de um público muito mais amplo. Os parques passam a ser entendidos como recurso para educação e inserção dos indivíduos na sociedade urbana (Ayres, 2006).

Nascia também no século XIX a prática de proteger espaços naturais por seu potencial de recreação e apreciação de beleza cênica, fora do espaço urbano, as ditas áreas protegidas. Credita-se ao *Parks Movement* o processo de transformação do Yosemite Valley em 1864, na primeira área de conservação ambiental pública, aberta à sociedade para lazer e recreação (Ayres, 2006).

Os Estados Unidos da América foram os primeiros a estabelecer bases legais para a criação de grandes reservas como o Parque Nacional Yellowstone, em 1872. Esse modelo estabelecia ilhas de natureza intocada, para usufruto de visitantes esporádicos, sem a presença de população residente (Diegues, 1996).

O paradigma da sustentabilidade, a partir dos anos 70 do século XX, redefiniu o papel de parques e jardins, estejam ou não legalmente protegidos, trazendo para o centro do debate as questões ambientais e seus impactos na cidade, com novas concepções de ordenamento, apropriação e fruição das áreas verdes destinadas ao lazer e à conservação.

O movimento ambientalista reconfigura a função de parques e jardins urbanos. Essas áreas verdes, que possuem origens históricas distintas e papéis sociais comuns – espaços destinados ao lazer - passam a utilizar fundamentos teóricos e instrumentos de ação embasados nos princípios da sustentabilidade.

Esta pesquisa centra-se na discussão sobre lazer nas modalidades de áreas verdes legalmente protegidas; como os usos e funções historicamente herdados afetam os sentidos atribuídos a esses espaços, produzindo funções e representações sobre a fruição do lazer para seus visitantes, mais especificamente, o caso dos jardins botânicos.

1.2 As funções institucionais dos jardins botânicos ocidentais

O termo jardim botânico é utilizado por autores como Bye (1994) e Felipe e Zaidan (2008) para designar as organizações que antecederam os modernos jardins botânicos. Esse termo só será difundido a partir do século XVIII, quando essas instituições estarão voltadas ao desenvolvimento da ciência moderna.

As funções institucionais de jardins botânicos podem ser observadas pelos diferentes papéis que assumiram ao longo de sua existência. É importante ressaltar que esse tipo peculiar de área verde, legalmente protegida, sempre abrigou diferentes usos.

Jardins botânicos atenderam – e ainda atendem - a finalidades estéticas, paisagísticas, utilitárias e de conservação. O que definimos por funções institucionais devem ser compreendidas como as atividades hegemônicas desenvolvidas nos jardins botânicos em determinado período histórico.

Credita-se a existência do primeiro horto botânico ocidental ao Liceu de Atenas, por volta do Século III A.C. (Felipe e Zaidan, 2008). Como uma das mais importantes instituições de seu tempo, reunia os principais intelectuais da região, entre estes os filósofos Aristóteles, Platão e Teofrasto de Ereso, que sucedeu Aristóteles na direção do Liceu.

Teofrasto foi o mais importante botânico da Antiguidade e discípulo de Aristóteles, de quem herdou a biblioteca e trabalhos inéditos. Passou seus anos mais produtivos em Atenas, onde tinha um grande número de alunos e era responsável pelo que se supõe seja o primeiro jardim botânico (Felipe e Zaidan, 2008, p. 25).

O horto botânico do Liceu de Atenas tinha funções de pesquisa e educação, pois nele eram desenvolvidas atividades de formação estudantil e disponibilizadas as espécies vegetais para investigação de seus filósofos, além de aclimatar plantas exóticas oriundas das conquistas bélicas (Bye, 1994).

Credita-se a Teofrasto de Ereso as bases da ciência botânica por conta das obras *De Historia Plantarum* (História das Plantas) e *De Causis Plantarum* (Sobre as Causas das Plantas), que durante dez séculos foram as referências para os estudos botânicos no Ocidente (Felipe e Zaidan, 2008).

Na Idade Média, por ordem do Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos Magno, as regras que regulamentavam a gestão agrícola do Império, definiam entre outros aspectos quais plantas poderiam ser cultivadas. Assim, diversas espécies vegetais do Oriente foram introduzidas na Europa, possibilitando também a troca de material botânico entre Ocidente e Oriente (Cardoso, 2013).

Na Europa medieval, os jardins das plantas úteis estavam presentes nas cidades, castelos e mosteiros. Com a influência do decreto de Carlos Magno, o conhecimento sobre as plantas medicinais e outros tipos se difundiu. A busca por recursos ou riquezas, por parte dos impérios europeus, incluíam também a busca por recursos vegetais (Cardoso, 2013).

Os jardins de ervas medicinais, criados nas universidades europeias por volta do século XIII, com a finalidade de pesquisa sobre plantas para uso cotidiano e para a formação de médicos e boticários, são os precursores dos jardins botânicos europeus, ao reunir os conhecimentos de filósofos, botânicos, médicos, alquimistas e físicos.

De modo geral, os primeiros jardins botânicos foram criados próximo das escolas de medicina das universidades, sempre tendo a preocupação de cultivar ervas medicinais... Mostraram-se muito úteis para o ensino, para a produção de plantas e para a aclimação de espécies exóticas à região (Felippe e Zaidan, 2008, p. 30).

Muitos jardins medicinais estavam ligados às escolas de medicina das universidades, e com o fortalecimento destas instituições, durante o Renascimento Europeu, estes jardins passaram a se preocupar com o uso paisagístico das plantas e com sua organização e classificação, configurando-se também como fonte de estudos e pesquisas em Botânica, que ganha força nessa época como a ciência dos vegetais (Felippe e Zaidan, 2008).

Os jardins medicinais tiveram importante função ao desenvolver técnicas para aclimação de espécies exóticas - a conservação *ex situ* - oriundas do comércio internacional e das colônias ultramarinas. A capacidade de dominar processos de ambientação, cruzamento e reprodução de plantas e de manter

bancos de sementes era crucial no contexto internacional de expansão do capitalismo mercantil.

O jardim botânico representava o elo entre as práticas medicinais monásticas da idade Média e o interesse sobre as novas espécies intercambiadas ou recolhidas nas viagens e explorações ao Oriente e à América (Segawa, 2006, p. 58).

Os modernos jardins botânicos nasceram com a função de horto nas cidades italianas de Pisa (1543), Pádua (1545), Florença (1545) e Bologna (1547). Tinham como função o cultivo de espécimes de plantas para estudos medicinais, farmacológicos e agrícolas (Heywood, 1987).

Em 1543, Luca Ghini⁴ médico e professor da Universidade de Bolonha, estabeleceu o que seria considerado o primeiro herbário⁵ moderno, no Jardim de Pisa, ao criar a moderna técnica de herborização de plantas, que consiste em prensar plantas para secá-las e dispô-las sob papel para armazenamento, criando assim coleções herborizadas de plantas para estudo e intercâmbio.

A pesquisa para a produção de fármacos ganhou novos incrementos com a criação de jardins botânicos em várias cidades europeias, tais como Zurich em 1560, Leiden em 1577, Leipzig em 1579, Paris em 1597, Montpellier em 1598, Oxford em 1621, Uppsala em 1655, Edimburgo em 1670, Berlim em 1679 e Amsterdã em 1682 (Heywood, 1987).

No final do século XV, os portugueses produziram experiências de aclimação de plantas e criação de animais para alimentação em suas

⁴ *Acredita-se que o italiano Luca Ghini (1490- 1556), um médico e professor de Botânica da Universidade de Bolonha (Itália), tenha sido a primeira pessoa a secar plantas em prensas e montá-las sobre papel, para servirem como registro documentado. O botânico francês Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) usou esse termo para uma coleção de plantas secas. Esta terminologia foi adotada em seguida pelo sueco Carolus Linnaeus (1707-1778), cuja influência sobrepujou termos antigos, tais como hortus siccus ('jardim seco') ou hortus mortuus ('jardim morto'). Esta prática espalhou-se por toda a Europa e, à época de Linnaeus, a técnica de herborização já era bem conhecida. No início, os herbários eram principalmente propriedades privadas, porém a prática de depositar coleções de espécimes em instituições científicas estabelecidas e de intercambiá-las ou vendê-las tornou-se bastante comum no século XVIII. A adoção desta prática de intercâmbio resultou extremamente importante para os estudiosos de hoje, pois os acervos, multiplicados pela permuta, garantiram a sobrevivência de importantes registros, após destruições causadas por incêndios, guerras, ou insetos (Monteiro e Siani, 2009, p. 25).*

⁵ Herbário é uma coleção científica, composta por amostras de plantas secas vindas de diferentes ecossistemas, que servem como registro e referência sobre a vegetação e flora de uma determinada região.

colônias de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e na Ilha da Madeira. Criaram entrepostos para suporte a seus navios de exploração, intercambiando espécies que vinham da África, América e Europa (Felippe e Zaidan, 2008).

Por meio da aclimação, recursos botânicos não existentes no continente europeu foram adaptados e inseridos na dieta alimentar europeia, usados para tratamento de doenças, ornamentação, confecção de vestuário e como matéria-prima para o desenvolvimento dos diversos tipos de atividade manufatureira e em momento posterior, para a indústria.

Assim como os jardins medicinais estavam ligados ao clero e às universidades, durante o Renascimento, inicia-se do ponto de vista da estruturação do conhecimento, a separação entre arte e ciência. A prática de colecionar objetos de arte, plantas e animais, iniciada na Europa entre os séculos XIII e XIV, se intensifica.

É nesse período que os gabinetes de curiosidades e de raridades, coleções particulares pertencentes às realezas, às aristocracias, ao clero e à burgueses com destaque social, ganham visibilidade. Nesse período, muitos jardins particulares são criados, alguns para finalidades estético-paisagísticas, outros para estudos médicos e de botânica.

Ocorre, então, a partir do século XV, um aumento nos estudos e descrições de fauna e flora, gerando uma revolução nos sistemas de classificação dos seres vivos. Os jardins de aclimação, então, também passaram a assumir o papel de organização destes vegetais; muitos médicos, botânicos, naturalistas mantinham jardins que serviam de apoio às metrópoles (Cardoso, 2013, p. 18).

No final do século XVIII, a moda dos gabinetes de curiosidades e câmaras de maravilhas começa a estagnar devido ao processo de especialização disciplinar (Kury e Camenietzki, 1997). A prática do colecionismo natural – criação de coleções vegetais e animais para finalidades paisagísticas e científicas – passa a ser regida pelas novas concepções sobre a natureza, advindas das mudanças epistemológicas que fundamentarão a ciência moderna.

As representações da relação do homem com a natureza passam por transformações profundas: se a princípio as espécies precisavam ser

conservadas para servir a algum propósito humano, a partir do século XVIII, a valorização da natureza e de sua diversidade como criação divina ressignifica as sensibilidades (Thomas, 2010).

A natureza passa a ser concebida sob duas perspectivas: como espelho da ordem cosmológica, contendo existência em si mesma; como fenômeno que pode ser desvendado por meio do conhecimento humano. Essas representações são a base da ciência moderna.

Essa mudança nas visões sobre a natureza foi sentida em vários aspectos como na associação de parques e jardins ao mito do Éden perdido - a natureza como representação do paraíso - a busca por áreas verdes para purificação do corpo e do espírito e na produção do mito do bom selvagem, associado aos povos nativos não europeus.

A gestão de coleções naturais atendia ao propósito de conservar espécies para atender a finalidades simbólicas - demonstrações de poder e prestígio social. É no século XVIII que os gabinetes de curiosidades e jardins de aclimação transformam-se em locais de produção e disseminação de conhecimento científico.

O desenvolvimento da ciência contribuiu para a desvinculação entre a botânica e a medicina. Hortos e jardins de aclimação separam-se fisicamente. Os experimentos medicinais, farmacológicos e agrícolas passam a ser geridos em hortos especializados para essa finalidade. O estudo científico das plantas – a botânica⁶ - caberá aos jardins denominados botânicos (IUCN-BGCS,WWF, 1989).

O desenvolvimento da ciência na Europa impulsionou a criação de novos jardins botânicos. Sousa (2009) informa que no final do século XVIII, existiam mais de 1600 no continente europeu. Nesse período são criados os

⁶ *Botânica é a ciência que estuda as plantas e as algas. Abrange uma diversidade de disciplinas que se concentram na classificação de suas estruturas e espécies, no crescimento e reprodução das plantas, na observação do modo como elas obtêm energia e interagem com o meio onde vivem, nas doenças que podem desenvolver e na forma como evoluíram e se adaptaram a diferentes regiões e condições ao longo do tempo. Estes estudos podem ser feitos observando desde unidades muito pequenas, em níveis nanoscópicos, como o molecular, genético e bioquímico; ou microscópicos, como as células e os tecidos; até unidades maiores, como o corpo da planta ou a formação de populações, comunidades e ecossistemas (Fiocruz, 2017).*

jardins botânicos de Gottingen, Alemanha (1736), Madri, Espanha (1755), Ajuda, em Portugal (1768), Coimbra, Portugal (1772), Palermo, Itália (1779), Kew, Reino Unido (1759).

Os jardins botânicos tornam-se espaços de produção de conhecimento científico. Em 1736 Carl Von Linné⁷ publica o livro *Systema Naturae*, em que propõe o sistema binário de classificação dos seres vivos. O sistema consiste em padronizar o modo de nomear seres vivos, conhecido como taxonomia, amplamente utilizado por cientistas em todo o mundo.

Em 1757, Linné desenvolveu o sistema binário de classificação de plantas, a taxonomia de plantas, com base em estudos desenvolvidos no Jardim Botânico de Uppsala, na Suécia. O sistema permitiu inventariar, organizar e conservar espécies de plantas, de acordo com o 'parentesco', as semelhanças que apresentam.

O desenvolvimento do sistema natural de classificação dos seres vivos é um salto no processo de sistematização de conhecimento e um passo fundamental para a gestão dos mais diversos tipos de coleções – incluídas as botânicas, que viriam a ser exibidas ao grande público em museus e jardins botânicos de todo o mundo.

Durante os séculos XVIII e XIX, vários jardins botânicos europeus organizam expedições às colônias com a finalidade de coletar espécies exóticas. O aprimoramento das técnicas de aclimação possibilita a ampliação de seus acervos. Os jardins botânicos são inseridos no universo da pesquisa científica. A produção de conhecimento se sobrepõe às práticas utilitárias.

Expedições científicas como a Viagem Filosófica da Capitania do Grão Pará, no norte do Brasil e com orientação de Vandelli – diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, e a Real Expedição Científica à Nova Espanha, que atravessou parte das Américas do Norte e Central, resultaram na remessa de milhares de amostras da fauna e da flora para a Europa,

⁷ Carl Von Linné, Carolus Linnaeus ou Linneu era médico, botânico, professor e naturalista. Viveu entre 1707 e 1778 na Suécia. É considerado o fundador da história natural moderna por ter desenvolvido a sistemática de classificação de plantas e animais, registrada no livro *Systema Naturae*, no qual agrupou animais e plantas em ordem, gênero e espécie, atribuindo-lhes um primeiro nome em Latim, que corresponde ao gênero e um segundo nome, indicando a espécie, denominada nomenclatura binomial, o que propiciou grandes avanços nos estudos de taxonomia.

incrementando, no âmbito botânico, os grandes jardins botânicos como os de Madri, Lisboa, Viena, Paris e Londres (Saïsse e Rueda, 2008, p. 8).

Com o movimento de abertura de jardins particulares ao público e as políticas de estado para implantação de parques, alamedas, bosques e arboretos nas cidades europeias e americanas no século XIX, alguns jardins botânicos assumem papel de passeio público. Outro movimento importante que afeta os jardins botânicos é a consolidação da ciência como instrumento de leitura do mundo, pois essas instituições serão tratadas como escolas e museus de ciência.

1.2.1 Jardins botânicos contemporâneos

Ao longo dos séculos XIX e XX, apesar de terem sido criados fora das cidades, os jardins botânicos foram inseridos à vida cidadina por dois motivos: são absorvidos pela expansão das zonas urbanas; são integrados à cidade, que humaniza a natureza a partir da criação de espaços ajardinados para finalidades estéticas e sociais (Segawa, 1996).

Com o advento da crise ambiental, a partir da segunda metade do século XX, a criação de organismos internacionais de conservação da natureza, combinada aos eventos basilares para a consolidação de um discurso ambiental em nível internacional, o movimento ambientalista toma forma e ganha força.

As funções institucionais contemporâneas de jardins botânicos foram construídas por instituições civis que tiveram importância histórica no cenário internacional de produção da discussão sobre sustentabilidade: International Union for Conservation of Nature – IUCN (1948), World Wildlife Fund for Nature – WWF⁸ (1961) e Botanical Garden Conservation International – BGCI⁹ (1987).

⁸ O World Wide Fund for Nature - WWF (Fundo Mundial para a Natureza) é uma organização não governamental internacional que atua nas áreas de pesquisa, conservação e recuperação ambiental. Foi fundada na Suíça, em 1961, por um grupo de cientistas preocupados com a devastação da natureza. Com sede na Suíça, a entidade se tornou uma rede mundial de defesa do meio ambiente, com representações nos principais países do mundo, inclusive no Brasil.

A International Union for Conservation of Nature – IUCN é fundada em 1948 por cientistas ligados à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Destinados ao aprimoramento da conservação ambiental, contribuem para a criação e gestão de sistemas de áreas protegidas, em busca de conciliação para as questões que envolvem meio ambiente e desenvolvimento.

As questões ambientais entram na agenda pública internacional por volta dos anos 70 do século XX. Essas preocupações deixam de ser foco apenas de cientistas e amantes da natureza e passam a mobilizar a sociedade civil, que pressiona os estados nacionais em busca de soluções para problemas como a produção de lixo, a escassez de água potável, a poluição gerada pela industrialização, a proteção de florestas e espécies ameaçadas de extinção.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas - ONU promove a I Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – I CNUMAD, na cidade de Estocolmo - Suécia, no âmbito do ciclo social de conferências internacionais sobre temas sociais da ONU. No campo ambiental, as principais são a I CNUMAD, a Conferência sobre Educação Ambiental em 1977 na cidade Tbilisi, Geórgia (ex URSS), a II Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – II CNUMAD em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência sobre Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Tessalônica – Grécia, em 1997, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10, realizada na cidade de Johannesburgo - África do Sul, em 2002 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012.

⁹ O Botanic Gardens Conservation International (BGCI) é uma organização não-governamental que promove a biologia da conservação e a educação ambiental em jardins botânicos. Com sede em Londres, atua em cerca de 800 jardins botânicos de 120 países. Como uma rede internacional de apoio a jardins botânicos, o BGCI estabelece diretrizes para planejamento e gestão de jardins botânicos, parametrizando a discussão internacional sobre conservação de plantas e educação ambiental em jardins botânicos.

A função conservacionista dos jardins botânicos fazia-se presente, mas não estava estrategicamente organizada. É a partir dos anos 80 que os jardins botânicos passam a ter suas especificidades como instituições organizadas em uma rede global de políticas voltadas à conservação da biodiversidade.

Em 1985 é publicada a primeira edição das *Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação* – IUCN/BGCI/WWF. O documento é uma parceria entre IUCN e WWF e tem como finalidade orientar os jardins botânicos quanto a seu papel vital nos processos de conservação e à adoção de ações comuns para esse fim. Em 1989 o texto é atualizado.

Esse documento técnico é o marco de definição das funções institucionais contemporâneas de jardins botânicos, que possuem um propósito duplo: conservação e educação do público. Os jardins botânicos passam a ter uma agenda ambiental global, no qual representam seus ecossistemas em escala local. São responsáveis por conservá-los e divulgá-los.

O documento estabelece como missão global de jardins botânicos a de interromper a perda de espécies de plantas e de sua diversidade genética em nível mundial; prevenir a degradação do meio ambiente natural em escala global; ampliar o conhecimento público acerca da importância das plantas no planeta; implementar ações que propiciem a melhoria do meio ambiente natural global; promover e assegurar o uso dos recursos naturais para a atual e as futuras gerações (IUCN/BGCI/WWF, 1989).

São elementos da missão global para jardins botânicos a conservação da diversidade biológica das plantas, pesquisa, monitoramento e administração da informação produzida sobre espécies de plantas e a educação e conscientização pública para a importância da proteção à diversidade biológica das plantas (IUCN/BGCI/WWF, 1989).

A presença do público e sua sensibilização por meio da educação para a ciência são considerados elementos estruturantes dos processos de conservação, revitalização dos jardins botânicos históricos e para a criação de novos jardins. *As estratégias sugerem que alguns princípios comuns deveriam estar presentes nos programas educativos de todos os jardins. Sugeria, por exemplo, que os métodos para a conservação fossem valorizados no sentido*

de convencerem os visitantes do alcance das ciências e da importância do papel dessas instituições (Saisse e Rueda, 2008, p.10).

Em 1987, frente às novas configurações ambientais e sob o impacto da publicação do documento *Nosso futuro comum*¹⁰, o Botanical Garden Conservation Secretariat - BGCS, escritório do IUCN especializado em jardins botânicos, se torna independente e passa a ser um organismo de apoio aos jardins botânicos, uma rede mundial de conservação de plantas.

Os processos educativos são elemento-chave na reorientação das funções institucionais de jardins botânicos. Nesse sentido, os documentos Agenda 21¹¹ e a Convenção da Diversidade Biológica - CDB¹², produzidos durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - II CNUMAD (Rio 92) influenciarão as ações educativas e a adoção da Educação Ambiental como missão institucional de jardins botânicos.

A Educação Ambiental em jardins botânicos segue as recomendações estabelecidas pela Estratégia Mundial para a Conservação (IUCN, 1980), documento predecessor da CDB, com especial atenção para a Meta 14, que destaca a *importância da diversidade das plantas e a necessidade da sua conservação incorporadas a programas de comunicação, educação e conscientização pública*. A CDB em seu artigo 13 reconhece a necessidade de criar consciência e educar o público.

Em 2000 o BGCI publica as *Normas Internacionais de Jardins Botânicos para a Conservação*, cujo objetivo é instituir diretrizes comuns de ação para jardins botânicos. As *Normas* inserem os jardins botânicos na discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável, integrando as dimensões

¹⁰ O Relatório Brundtland (1987), também conhecido como *Nosso futuro comum*, é um documento elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente, no qual discute os impactos do desenvolvimento para a permanência da vida no planeta e faz uma série de recomendações para estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável, que permita o desenvolvimento das gerações atuais sem comprometer a existência das futuras gerações.

¹¹ A Agenda 21 é uma ferramenta política para o planejamento de sociedades sustentáveis, que concilia os elementos da justiça social, eficiência econômica e proteção ambiental, desenvolvido nas escalas global, nacional e local.

¹² A Convenção da Diversidade Biológica – CDB é um tratado internacional multilateral que estabelece princípios para a proteção e uso da diversidade biológica.

ambiental, social e econômica, afirmando seu papel como protetores e divulgadores da diversidade vegetal do planeta e da conscientização pública para a importância de sua conservação.

Além de fornecer uma orientação global para os jardins botânicos, essas Normas pretendiam contribuir para a implementação efetiva dos tratados internacionais, leis nacionais e outras estratégias relevantes para a conservação da biodiversidade. Nesse sentido incorpora como fontes a Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade biológica, a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestre em Extinção, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a Convenção sobre Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, a Convenção sobre Terras Úmidas, o Plano Global de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável de Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação e Agricultura, além da legislação específica de cada país pertinente a esses temas (Saísse e Rueda, 2008, p.11).

Para orientar as ações educativas em jardins botânicos, WWF e BGCI publicam em 2004 as *Diretrizes para Educação em Jardins Botânicos*. Em 2006 o BGCI publica *Educação para o desenvolvimento Sustentável: Diretrizes para a atuação de jardins botânicos*. O primeiro documento é voltado ao desenvolvimento de ações planejadas de conservação, a serem adaptadas para a produção dos projetos pedagógicos desenvolvidos em jardins botânicos.

O segundo é um tratado, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, que articula de modo intencional a relação entre justiça social e sustentabilidade ambiental, inserindo a participação da sociedade na gestão de jardins botânicos como elemento fundamental ao sucesso dos processos de conservação da biodiversidade (Saísse e Rueda, 2008).

Durante a 10ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade – COP 10, realizada na cidade de Nagoia, Província de Aichi - Japão em 2010, foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período 2011 a 2020. Contempla 20 metas (Metas de Aichi) acordadas entre os países que integram a CDB: 193 países membros e a União Europeia. Um plano estratégico foi criado para orientar sua implantação em nível global, nacional e regional.

O Brasil, ao produzir o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011–2020, incluiu as Metas de Aichi (COP 10) em sua estrutura. A 13ª Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade – COP 13, realizada na cidade de Cancun- México em 2016, propõe a inclusão de setores produtivos como o turismo e a agricultura no esforço para reduzir a perda da biodiversidade.

Além de centros de estudo e pesquisa para a conservação da diversidade biológica vegetal e das relações ecológicas que as envolvem, os jardins botânicos atuam na produção de conhecimento para a recuperação de áreas degradadas, manutenção e conservação de áreas protegidas, educação ambiental, divulgação científica e espaços de lazer nos centros urbanos.

Entende-se por conservação toda e qualquer ação desenvolvida para preservar genomas, espécies, populações, ecossistemas, e/ou biomas da degradação e/ou extinção, dentro ou fora de seus habitats (CDB, 1992). Conservar uma espécie ou populações de espécies de um ecossistema significa protegê-la para que outras gerações possam conhecê-las e manejá-las. Os jardins botânicos vêm sendo significativos instrumentos do desenvolvimento científico e elo histórico nos processos de conservação.

O modo de conservação *in situ* refere-se à manutenção dos recursos vegetais dentro de sua comunidade de origem. Assim pode-se manter toda a variabilidade de uma ou mais espécies nativas, permitindo a sua dinâmica e evolução no ecossistema. A conservação *ex situ*, ou seja, fora de seu local de origem, é uma maneira complementar de conservação de espécies exóticas e é também a mais utilizada, seja em banco de genes, sementes e *in vitro*.

Os dois modelos de conservação sempre existiram nos jardins botânicos. Do ponto de vista da divulgação para os visitantes, a conservação de espécies exóticas (*ex situ*) era o grande atrativo. Tanto as coleções vivas – arboretos e plantas expostas, como as coleções herborizadas, as *exsicatas* – coleções de plantas prensadas e secas, abertas para visitação pública, baseavam-se em plantas exóticas. Na atualidade, a preocupação com a escala local - conservação *in situ* - predomina nas ações educativas em jardins botânicos.

Normalmente os jardins precisam utilizar uma escala local que atenda as necessidades locais. Por conseguinte, jardins

botânicos distintos adotam prioridades e focos geográficos distintos levando em consideração fatores, como: tamanho, recursos, escala de operações, missão e tarefa prioritárias ou responsabilidades disponíveis (Corrêa, 2007, p. 39).

Apesar de as funções institucionais contemporâneas dos jardins botânicos serem claramente definidas, eles diferem muito em termos de infraestrutura, tamanho, origem histórica, metodologia de gestão e na capacidade de solucionar as questões que lhes são demandadas. Cabe aos jardins botânicos fornecer respostas individuais às diretrizes internacionais que orientam sua missão.

O contexto e a história de um jardim botânico têm efeitos diretos em suas atividades. Jardins associados a instituições de pesquisa com programas científicos possuem características mais voltadas à produção de conhecimento em botânica e ecologia. Jardins que possuem áreas protegidas associadas têm mais perfil voltado à educação ambiental e à visitação pública.

A conservação é o principal motivo da existência de um jardim botânico e o foco de sua missão. Adotam a pesquisa e a educação ambiental como estratégias para seu alcance. Assumem parcerias com diversas outras instituições, estendendo a colaboração e o apoio entre jardins e com outras instituições.

Por meio da Educação Ambiental, os saberes populares são experiências sociais presentes e em constante diálogo com o saber científico. A integração entre esses saberes é o que permite aos jardins botânicos atuar para além de suas fronteiras. As experiências de gestão comunitária de jardins botânicos vêm promovendo seu reavivamento. *O setor que mais rápido cresce no mundo dos jardins botânicos é a criação de jardins botânicos para a comunidade* (Corrêa, 2007, p. 42).

A Estratégia dos Jardins Botânicos para a Conservação (1989) define suas características por meio dos elementos típicos da organização científica tais como gestão de coleções de plantas, comunicação científica, pesquisa e intercâmbio de materiais. Entretanto, nem todos os jardins botânicos exercem plenamente suas funções institucionais, o que não os descaracteriza.

Em alguns casos, instituições classificadas como jardins botânicos se confundem com outras modalidades de áreas verdes e com coleções particulares. A diversidade de formas que um jardim botânico pode assumir é dividida em 12 categorias por Jackson, Peter e Lucy (2000).

Tabela 2 – Modalidades de jardins classificados historicamente como botânicos.

Tipologia de jardim	Definição
Jardins clássicos	Possuem diversidade de atividades, como horticultura e pesquisa taxonômica com herbários associados e laboratórios. Em geral são geridos pelo Estado.
Jardins ornamentais	Possuem uma diversidade de coleções de plantas documentadas para uso ornamental.
Jardins históricos	Desenvolvidos na Idade Média para o ensino da medicina ou propósitos religiosos. Direcionado ao estudo e cultivo de plantas medicinais e ao fornecimento de informação para o público.
Jardins de conservação	São os mais recentes e foram implantados para a conservação da biodiversidade vegetal. Alguns contam com áreas de vegetações naturais associadas, além das coleções vegetais. O foco é a conservação da flora regional.
Jardins universitários	Mantidos por universidades, têm como propósito o ensino e a pesquisa.
Jardins zoobotânicos	Mantêm coleções vivas de plantas e animais, em geral associados, podendo ocorrer ambas em um mesmo recinto.
Jardins agrônômicos e coleções de germoplasma	Mantêm coleções <i>ex situ</i> de plantas com valor ou potencial econômico para conservação, pesquisa e reprodução, voltados à agricultura. Muitos são centros experimentais associados a institutos agrícolas; contam com laboratórios para reprodução e germinação de sementes.
Jardins alpinos	Cultivo da flora alpina. Alguns são jardins satélite de jardins botânicos maiores próximos de terras mais baixas.
Jardins de horticultura	Mantidos por sociedades hortícolas e apoiam o desenvolvimento da horticultura por meio do treinamento de jardineiros profissionais e registro e conservação de espécies ornamentais.
Jardins temáticos	Especializados no cultivo de um determinado grupo vegetal ou de plantas que compartilham características que representam um tema, como plantas suculentas, plantas tropicais, cactáceas, plantas carnívoras, plantas tóxicas e outras.
Jardins comunitários	Desenvolvidos por comunidades locais, visando satisfazer as necessidades de recreação e educação.
Jardins naturais ou silvestres	Área de vegetação natural ou parcialmente natural, incluindo locais onde as plantas nativas são cultivadas. Criados com vistas à conservação e ao desenvolvimento de atividades educacionais.

Fonte: Jackson, Peter e Lucy, adaptado por Corrêa (2007).

Regiões social e economicamente mais desenvolvidas apresentam mais jardins botânicos, dada a tradição de constantes investimentos em educação e

pesquisa científica. Os jardins botânicos encontram-se predominantemente localizados na América do Norte, Europa e Ásia.

Em casos como os do continente europeu, que apresenta maior déficit de vegetação natural por conta dos processos históricos de industrialização e urbanização, a presença de jardins botânicos revela a importância dessas instituições para a conscientização da sociedade.

1.3 Jardins botânicos brasileiros

O impacto do contato dos europeus com as terras e os povos dos continentes colonizados é de ordem inestimável. O 'novo mundo' afeta a cosmovisão europeia nos níveis mais profundos das representações sobre a vida, a humanidade, a concepção de mundo e a relação com o divino, expressas nas interações com a natureza.

A partir do século XVI, naturalistas europeus participaram de inúmeras expedições patrocinadas por monarcas, religiosos e militares, em busca de conhecer e documentar as potencialidades de exploração da diversidade biológica presente nos trópicos (Cerati, 2006). Assim nascem os jardins de aclimação nas colônias ultramarinas.

A introdução de espécies de interesse comercial deu impulso à colonização (...) A rentabilidade do açúcar e de couros no mercado europeu fortaleceu os laços coloniais. Além desses efeitos, deve-se lembrar que a capacidade dos portugueses de determinar a transferência de plantas e animais adaptados entre Brasil, Portugal e as outras colônias foi uma das mais poderosas armas do imperialismo lusitano (Dean, 1989, p. 01).

Entre os anos de 1630 e 1654, a Capitânia de Pernambuco, esteve sob domínio holandês. O Parque do Palácio de Friburgo, construído entre 1640 e 1642, era um misto de jardim botânico, zoológico, observatório de astronomia e museu (Neiva, 1989). Do ponto de vista temporal, é considerado o primeiro jardim de aclimação do continente americano.

Nos Estados Unidos, por volta de 1728, o botânico John Bartram criou um jardim com finalidades experimentais, nos arredores do estado da Filadélfia - EUA. Nas terras adquiridas, iniciou a coleta de plantas locais; Intercambiava sementes e plantas com parques e jardins da Europa. É considerado por vários

pesquisadores como o primeiro jardim botânico do continente por suas características de atividade científica (Felippe e Zaidan, 2008).

Oficialmente, os primeiros jardins botânicos brasileiros nasceram de um ato de Estado. Por meio da Carta Régia de 4 de novembro de 1796, a Coroa Portuguesa estabeleceu a implantação de jardins botânicos em seus domínios, com a finalidade de intercambiar plantas úteis à economia da metrópole. A ação portuguesa atendia a necessidade de conhecer e utilizar os potenciais das colônias para aclimatar e reproduzir plantas exóticas, além de experimentar plantas nativas como alternativas viáveis para inserção no comércio internacional (Segawa, 1996).

Portugal já não detinha mais a hegemonia sobre as rotas comerciais marítimas, tampouco o monopólio do comércio de especiarias no Oriente. Utilizar as colônias como zonas produtoras, além de uma alternativa, era expressão do pensamento iluminista adaptado ao mundo português, a fisiocracia¹³, que enaltecia o conhecimento e o domínio sobre o território e seus elementos.

Dentre as ações de modernização do império português na segunda metade do século XVIII, inserem-se a criação de museus, jardins botânicos e zoológicos criados em Coimbra, Ajuda e na própria Academia Real de Ciências em Lisboa. Nas colônias foram criadas condições de infraestrutura básica, como locais para armazenamento e separação de objetos naturais, levados para compor os acervos dos museus portugueses (Lopes, 1997; Nogueira, 2000).

O primeiro jardim botânico brasileiro foi oficialmente fundado na cidade de Belém do Pará, no ano de 1798. O Aviso Régio de 19 de novembro de 1798 amplia o estabelecimento de jardins botânicos para a Bahia, Pernambuco,

¹³ *As teorias fisiocráticas inspiraram a adoção do fomento estatal como recurso tentativo para a preservação do sistema colonial em crise. Alguns fatores como o declínio da mineração do ouro brasileiro, a revalorização da política agrícola, pela necessidade de reagir à crise econômica dos últimos anos do consulado pombalino, a crescente demanda de matéria prima cobradas pela revolução industrial e o enfrentamento da concorrência com os produtos antilhanos, concorreram para que o interesse pela História Natural, particularmente a botânica (agricultura, medicina e química) se tornasse uma preocupação explícita do governo português em relação as colônias, particularmente o Brasil (Souza, 2009, p. 25 – 26).*

Minas Gerais e São Paulo, tendo como base a experiência de Belém (Segawa, 1996).

O Horto Botânico de Belém foi implantado nos arredores da cidade, em 1796; Sua implantação era uma estratégia de aproximação com o Jardim Botânico de Caiena, na Guiana Francesa, um dos mais importantes à época. Com a vinda da família real para o Brasil, Caiena foi invadida pelos portugueses e as plantas advindas das pilhagens foram distribuídas para os jardins de Belém, Olinda e Rio de Janeiro (Segawa, 1996).

Poucos anos após a criação do Horto, entre os anos de 1803 e 1806, foi construído o passeio público de Belém. Horto e passeio público, construídos próximos e interligados entre si, serviam para atender a fins botânicos, mas também foram utilizados pela população local como espaço de lazer. No início do século XX desapareceram por conta de reformas urbanas (Segawa, 1996).

Em 1808, com a fuga da família real e a mudança da administração do império para o Brasil, as políticas de estado voltaram-se para o território brasileiro. Nesse mesmo ano é criado o jardim de aclimação do Rio de Janeiro, restrito em um primeiro momento, e tornado instituição de acesso público a partir da coroação de D. João VI. Nesse período foram criados também os jardins botânicos de Olinda (1811) e Salvador (1815).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ é fundado em 1808 como um jardim de aclimação e passeio público. As primeiras plantas provêm de uma esquadra portuguesa aprisionada em protetorado francês, que chega ao Brasil com diversas mudas exóticas, resultantes do processo de negociação para a soltura dos prisioneiros. No ano seguinte, novas levas de plantas chegam ao jardim botânico carioca, fruto da invasão portuguesa à Guiana Francesa (Segawa, 1996).

O Jardim Botânico de Olinda foi implantado em 1811, com as plantas provenientes do Jardim Botânico La Gabrielle, em Caiena, Guiana Francesa. Dados sobre a instituição apontam que a mesma permaneceu com finalidades de estudo e pesquisa, sem maiores registros sobre a presença dos cidadãos (Segawa, 1996).

Após a independência, os jardins botânicos deixam de ser prioridade, pois a política econômica é deslocada para a produção do café (Souza, 2009). Ainda assim, alguns são criados, como os de Ouro Preto (1825), São Paulo (1825), São Luis do Maranhão (1832) e o Jardim Botânico do Passeio Público de Salvador (1838).

O Jardim Botânico de Ouro Preto foi inaugurado em 1825, fora da cidade, como um horto especializado. Funcionou como espaço sem caráter público, voltado à produção interna e a práticas agrícolas. Sem a razão de ser de aclimação para estudos e pesquisas, não sobreviveu (Segawa, 1996).

O Jardim Botânico de São Paulo foi inaugurado em 1825, como um misto de passeio público e jardim botânico. Com o advento da República, o jardim passa a ser administrado pelo município, que adota ações para o melhoramento do local, tornando-o um passeio público. As atividades botânicas foram transferidas de local (Segawa, 1996).

O Brasil é inserido nas rotas de viajantes e naturalistas do século XIX. As viagens para levantamento da flora, da fauna e mapeamento do território, existentes desde os primórdios da colonização de forma independente, tornam-se política de estado com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB em 1838, que organizou a primeira expedição coordenada por pesquisadores brasileiros, custeada pelo estado.

Ressalta-se que das inúmeras expedições e das coleções reunidas pelos naturalistas viajantes neste período foi elaborada uma das maiores obras de levantamento de flora do mundo, utilizada até os dias de hoje, a *Flora Brasiliensis*, iniciada em 1840 e sendo concluída em 1906 (...) brasileiros e estrangeiros que detinham coleções participaram, como fornecedores de material botânico, da elaboração da obra que contém a descrição de 20 mil espécies, das quais aproximadamente 6 mil eram desconhecidas pelos botânicos (Souza, 2009, p. 28).

Essas expedições de coleta de material etnológico e botânico, apesar de serem importantes para a construção dos acervos científicos brasileiros, contribuíram pouco para o desenvolvimento de pesquisa no Brasil, pois grande parte do material coletado foi enviado para abastecer os museus e jardins botânicos europeus.

São instituições como jardins botânicos e museus que consolidarão o desenvolvimento das Ciências Naturais no Brasil. Dentre eles destacamos o Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1876) e o Museu Botânico do Amazonas (1882). Assim como na Europa, os jardins botânicos brasileiros são fundamentais para o desenvolvimento das Ciências Naturais e para a formação de pesquisadores.

Atualmente a criação, normatização e funcionamento de jardins botânicos são fundamentados na Resolução nº 339/2003 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que em consonância com as diretrizes internacionais de gestão de jardins botânicos os definem como área protegida direcionada à manutenção dos ciclos biológicos, à produção de conhecimento científico para a conservação da biodiversidade e à formação e sensibilização ambiental.

A Resolução nº 339/2003 estabelece as funções institucionais dos jardins botânicos brasileiros, a saber, *[...] promover a pesquisa, a conservação, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável; e realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação* (CONAMA, 2003, art. 2º).

A Comissão Nacional de Jardins Botânicos – CNJB, cujas atividades são desenvolvidas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, é responsável pelo registro e enquadramento de novos jardins botânicos e de sua inserção no Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos – SNRJB. Em conformidade com a Resolução CONAMA nº 339/2003, a CNJB reconhece oficialmente a existência de 21 jardins botânicos no Brasil, enquadrados nas categorias A, B e C, conforme tabela abaixo.

Tabela 3 – Jardins botânicos reconhecidos pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos – CNJB.

Jardim Botânico	Cat.	Cidade	Estado
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	A	Rio de Janeiro	RJ
Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	A	Porto Alegre	RS
Jardim Botânico de Brasília	A	Brasília	DF
Jardim Botânico de São Paulo	A	São Paulo	SP
Jardim Botânico do Recife	A	Recife	PE
Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira	B	Goiânia	GO
Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte	B	Belo Horizonte	MG
Jardim Botânico Inhotim	B	Brumadinho	MG
Jardim Botânico de Jundiaí “Valmor de Souza”	B	Jundiaí	SP
Jardim Botânico do Instituto Agrônomo de Campinas	B	Campinas	SP
Jardim Botânico Municipal de Bauru	B	Bauru	SP
Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas	C	Poços de Caldas	MG
Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do RJ	C	Seropédica	RJ
Jardim Botânico de Salvador	C	Salvador	BA
Jardim Botânico Municipal de Santos "Chico Mendes"	C	Santos	SP
Jardim Botânico Municipal de São José	C	São José	SC
Jardim Botânico Municipal Francisca Maria Garfunkel Rischbieter	C	Curitiba	PR
Jardim Botânico Plantarum (JBP)	C	Nova Odessa	SP
Museu de Biologia Prof. Mello Leitão	C	Santa Teresa	ES
Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	C	Belo Horizonte	MG
Museu Paraense Emílio Goeldi (MG)	C	Belém	PA

Fonte: Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Lei de Acesso à Informação – LAI, 2016).

Em contraposição, a Rede Brasileira de Jardins Botânicos – RBJB, uma associação civil sem fins lucrativos que congrega instituições cuja atividade é de natureza botânica e conservacionista, reconhece a existência de 85 jardins botânicos e instituições congêneres no Brasil, mesmo que não atendam a todas as exigências da Resolução CONAMA nº 339/2003.

Tabela 4 – Distribuição de jardins botânicos por região no Brasil.

Região	Jardins Botânicos
Sudeste	34
Centro-Oeste	7
Nordeste	19
Norte	10
Sul	15

Fonte: Rede Brasileira de Jardins Botânicos (2016).

É com o fortalecimento do movimento ambientalista e a fundação da RBJB em 1991, que a Educação Ambiental ganha força nos jardins botânicos brasileiros. As estratégias de conservação da biodiversidade vegetal adotam a educação como tática de sensibilização, pois sua proteção em uma região sem o apoio e a participação da sociedade torna-se pouco eficiente.

Divergências a parte, em um país com extensão territorial continental, cinco biomas constitucionalmente protegidos e um não reconhecido em sua Carta Magna, bacias hidrográficas de grande porte e a maior floresta tropical do planeta, a pequena quantidade de jardins botânicos aponta a ausência de compreensão do valor estratégico da biodiversidade para o país. A subrepresentatividade dessas instituições revela sua invisibilidade no cenário ambiental nacional.

2. AS MUITAS FACES DO LAZER

O que é lazer para você?

Qualquer atividade realizada com o objetivo de relaxar, que não configura obrigação.
(Visitante, Questionário 64)

É muito abrangente. É um misto de hobby com um "dolce far niente"...
(Visitante, Questionário 4)

Um momento em que posso me dedicar a mim mesma.
(Visitante, Questionário 10)

2.1 O lugar do lazer na vida moderna

O fenômeno do lazer é complexo, polissêmico, multifacetado e de grande significação para as sociedades contemporâneas. Como um valor consolidado, as vivências do lazer seguem presentes no cotidiano. É uma categoria fundamental para o entendimento da modernidade.

A fruição do lazer se expressa nos diversos conteúdos culturais que assume, seja na busca pelo aprendizado, nas formas espontâneas de associação e sociabilidade, no cultivo do corpo, do intelecto e da imaginação, nos deslocamentos físicos e virtuais. Navegar sem sair do lugar. O prazer de fazer nada.

Lazer é um direito, um desejo e uma necessidade compartilhados por diferentes grupos sociais, elemento agregador de identidades e conseqüentemente, gerador de diferenciação social, componente fundamental na produção das subjetividades. Atribui-se ao lazer diferentes sentidos e muitas expectativas.

Os tempos modernos caracterizam-se pela incerteza. E pela aceleração dos ritmos. De todos os ritmos. As mudanças ocorrem em uma velocidade antes desconhecida. A síndrome do fim de semana torna o tempo de lazer um tempo social de obrigações, regido por normas, horários e regras (Marinho 2003).

A insegurança e a instabilidade fazem parte da história humana, expressas em diferentes experiências. A aceleração é fruto dos processos

modernos de interação com a natureza, que geram riscos reais de rupturas, cujas consequências são imprevisíveis.

Em tempos de incertezas, os sujeitos modernos estão em constante luta para salvaguardar sua liberdade e capacidade de ação diante das ameaças produzidas pelas lógicas de mercado, as constantes rupturas e tensões, uma *ansiedade trivial*¹⁴, que compõe a vida moderna.

Para uma melhor compreensão dos sujeitos modernos, é importante conhecer o contexto sócio histórico de sua formação, a produção da modernidade. É nele que o sujeito - aquele que constrói a si mesmo a partir da associação entre as experiências subjetivas e as relações sociais nas quais está inserido - é produzido historicamente e é dentro dele que deve ser compreendido.

As representações da modernidade baseiam-se na ideia central do conflito entre a racionalização do mundo e o individualismo moral burguês, mediado pelo Estado. Dentre as diversas leituras, encontra-se em comum a visão de que a experiência moderna é paradoxal: rompe com as estruturas vigentes e ameaça tudo que é constante, foi conquistado e garante segurança.

As representações da modernidade são pensadas por intelectuais como David Harvey, Ulrich Beck e Antony Giddens, que organizam suas reflexões em torno de três abordagens: compressão tempo-espço, referindo-se ao deslocamento no espaço e no tempo dos fenômenos sociais que se manifestam pela circulação instantânea das informações e dos fluxos de capitais no mundo; o fim das certezas, substituídas por dúvida e incerteza, contexto de produção de uma ordem de risco, em que se credita grande valor às relações de confiança; reflexividade como a capacidade de uma sociedade em analisar e transformar suas práticas pelo conhecimento que delas possui.

Berman (2007) divide a modernidade em três fases, a partir do entendimento dos sujeitos históricos de que as estruturas sociais estão em

¹⁴ Richard Sennett (2001) caracteriza a ansiedade trivial como um estado contínuo de angústia, incerteza e vulnerabilidade diante do impacto do capitalismo flexível nas relações sociais da vida moderna.

transformação. A primeira localiza-se entre os séculos XVI e XVIII, período em que não há uma compreensão das mudanças que já estão em andamento; A segunda, entre o século XIX e a Segunda Guerra, envolve a consciência histórica e social das transformações que se desdobram e de toda a insegurança produzida por elas; A terceira, dos anos 50 aos dias atuais, é marcada pela 'dilatação da modernidade', com esses processos universalizados e as identidades fragmentadas.

A modernidade é compreendida como um processo social que possui diferentes fases, com características que se inter-relacionam, mantendo assim, continuidades e rupturas. Essa concepção processual, como afirma Dias (2009), é construída em longa duração e não um fenômeno espontâneo, mas atrelado a experiências sociais que se desenvolvem em uma temporalidade.

A modernidade então não é exatamente um período histórico, mas muito mais um processo social que, de maneira mais remota, iniciou-se no século XVI e se estendeu até os dias de hoje através de muitas e intensas mudanças e rupturas (Dias, 2009, p.15).

Outra característica da modernidade é a domesticação dos aspectos lúdicos das relações sociais, pois ao estabelecer um tempo disponível para o lazer, modela os sentimentos e comportamentos sociais que envolvem essas interações. O lúdico caracteriza-se como uma expressão da existência; o lazer é uma categoria histórica.

O lúdico é um elemento que permeia a existência. Sua presença é observada para além das sociedades humanas. Manifestações lúdicas são reconhecidas em diversas espécies. A ludicidade é um elemento comum entre animais e humanos, uma zona de ligação entre o natural e o cultural; não é uma exclusividade da espécie humana.

Autores como Johan Huizinga e Roger Caillois interpretam o lúdico como a mais antiga manifestação existente no desenvolvimento das organizações humanas – atemporal e universal, em diálogo direto com o surgimento das civilizações. Acreditam que a constituição das instituições sociais e as diversas e variadas expressões das culturas humanas tiveram elementos lúdicos compondo seus processos constituintes.

Huizinga (1971) afirma que a origem das organizações humanas está no jogo, que funda a civilização. É o elemento normatizador do social em suas origens. Os ordenamentos sociais, os consensos são precedidos de um princípio estruturante, aceito de forma voluntária pelos indivíduos, que reconhecem e cumprem as regras estabelecidas.

Caillois (1990) concorda com a ideia de que o jogo cria um mundo próprio, mas compreende a relação entre o jogo e a organização do social de forma distinta. Para ele, os jogos são atividades paralelas e independentes da vida ordinária. Algumas formas são aceitas e internalizadas; Outras se apresentam como formas de questionamento da ordem, tornando-se evasão e de fuga.

Pinto (2004) também compreende o lúdico como uma manifestação da cultura, porém distancia-se de Huizinga (1971) ao considerar que o jogo é contextualizado na vida social, pois influencia e é influenciado pelo meio sociocultural no qual está inserido, portanto, não existe em si mesmo, está em constante interação com a vida ordinária.

A ludicidade se expressa em diferentes manifestações da realidade. Essa não é uma característica específica das experiências de lazer. Para Marinho e Pimentel (2010) o lúdico acontece em diversas esferas da vida, não apenas no lazer e seu conteúdo está ligado a valores morais e sociais de uma época, mas não necessariamente em consonância com esses valores.

O lúdico pode ocorrer em situações de violência e de comportamentos sociais tidos como marginais tais quais os jogos de azar e outras atividades classificadas como socialmente inadequadas ou ilícitas. Bramante (1998) acredita que o lazer é elemento fundamental na constituição da qualidade de vida dos sujeitos modernos e que a ludicidade é o eixo principal de qualquer vivência de lazer.

Marcelino (2003) coloca que as possibilidades do lúdico estão para além do lazer, pois o fenômeno se apresenta fora de seus limites. Para ele, a vinculação entre tempo livre e ludicidade não se sustenta ao confrontá-la com os tempos de obrigações da vida social. Bruhns (1993) aponta que as diversas

faces do lúdico podem ser observadas na moda, na alimentação, na linguagem, na ciência, na política.

Diante do contexto moderno, a fragmentação dos sujeitos entre uma vida social e sua subjetividade, entre desejos individuais e obrigações coletivas caracteriza a modernidade. Os sujeitos buscam nas diferentes experiências de lazer novos sentidos para uma identidade partida. O que representa o lazer na vida moderna?

O lazer pode ser encarado como espaço de expressão das subjetividades, de produção de vínculos identitários, formador de ação e participação ou pode ser compreendido como uma compensação às rotinas estafantes e um fator a mais de alienação nas sociedades de massa.

Ainda no século XIX, Lafargue (2000) defende a preguiça como uma virtude, essencial para alimentar o corpo e o espírito humano, em contraposição à religião do trabalho, adotada pelas elites liberais e pelas classes trabalhadoras. Reconhecia o *direito à preguiça*¹⁵ como um tempo necessário para o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude.

Parker (1978) afirma que o advento da indústria cultural massifica os gostos, e remete à falsa sensação de que sua fruição extrapola as questões de classe. Os repertórios de acesso ao lazer distinguem-se por classe, condição social, limitação de tempo e motivação, diferenciando o lazer ativo como uma experiência das elites e o lazer passivo como das massas.

As formas históricas de expressão do lazer na modernidade, como produto da sociedade industrial, são concebidas como esfera do social, mas com uma dinâmica que se assemelha a do trabalho, já que contém os mesmos traços de padronização, dependência do capital e mecanismos de controle social (Parker, 1978). O lazer reproduz as estruturas de estratificação social.

A absorção e transformação do lazer em produto para consumo, regulado pela lógica da industrialização - vinculada aos fluxos internacionais de

¹⁵ Em 1880 o intelectual socialista Paul Lafargue publica um manifesto intitulado *O direito à preguiça*, no qual questiona o valor dado ao trabalho na sociedade capitalista e o papel dos trabalhadores na reprodução desses valores. Defende o direito à preguiça - pecado capital - como um direito legítimo a ser usufruído pelos cidadãos.

produção e distribuição do capital – desenraiza as vivências locais, ligadas ao espaço e à cultura. Esse movimento esvazia o lazer do contexto histórico e sociocultural no qual foi gestado.

Partimos de um mundo onde os espaços eram compartimentados a partir da natureza. Há, em seguida, com base na técnica e na política, o alargamento sucessivo dos contextos, até chegarmos a este alargamento exponencial que vem com a globalização. E, ao mesmo tempo, vamos de um lazer artesanal a um lazer industrial globalizado; de um lazer entranhado na sociedade, entrelaçado com ela, a um lazer autonomizado. (Santos, 2000, p. 32).

Nesse sentido, Marcassa (2002) aponta que o processo de modernização conservadora e industrialização tardia, aliado à crescente urbanização das cidades brasileiras faz uso político do lazer, com intuito de controle social, a fim de modelar o comportamento das massas às novas exigências do capitalismo industrial.

Mascarenhas (2005) acrescenta que a lógica hegemônica do desenvolvimento econômico esvazia o lazer de qualquer conteúdo educativo ou potencial formativo, transformando-o em mercadoria, objeto, produto ou serviço atrelado à lógica da sociedade de consumo.

Por outro lado, Dumazedier (1999) defende o lugar do lazer como espaço de mudança nas relações entre o tempo social de expressão da subjetividade e os tempos sociais das obrigações, permeado por uma ética própria: não rejeita o trabalho, nem infringe as obrigações, mas equilibra as necessidades pessoais com as obrigações sociais.

Marcellino (2006) concebe o lazer como um ato político, que busca a autonomia do sujeito diante da estrutura. Por ser o espaço social que envolve a livre escolha dentro de um repertório de possibilidades, no qual a opção pela atividade possui estreita relação com outras esferas da vida, no lazer o sujeito vivencia a participação, uma das bases para o exercício da cidadania.

Sem ignorar que por estar relacionado com as demais áreas de atuação da vida social, o lazer pode ser contaminado pelos processos de alienação que ocorrem em outras esferas, Marcelino (2006) entende que o acesso ao lazer

abre possibilidades de mudança, pois amplia os repertórios culturais dos sujeitos, contribuindo para as transformações individuais e coletivas.

O direito ao lazer é uma experiência reivindicada por todas as camadas sociais. A institucionalização do tempo livre para o lazer é uma conquista, fruto de agentes sociais historicamente localizados no espaço urbano da modernidade. *No direito ao lazer, é expressa uma nova forma de se reivindicar a dignidade humana* (Camargo, 1986, p. 100).

O lazer como direito social pode desempenhar importante papel na apropriação dos espaços públicos de uma cidade por seus habitantes, pois o sujeito experimenta *processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas* (Gastal e Moesch 2007, p.10).

Para Gomes (2014), o lazer como dimensão da cultura humana, em diálogo com as demais esferas da vida social, pode contribuir ao questionamento e à resistência social, o que caracteriza o fenômeno como potencial experiência de ressignificação do sujeito na sociedade.

Do meu ponto de vista, o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. (Gomes, 2014, p. 12).

A característica comum que permite classificar diferentes atividades como lazer é o fato de existir certo grau de liberdade de escolha, um espaço legítimo de expressão da subjetividade, o que a difere de outras vivências sociais como a profissional, familiar, religiosa ou sociopolítica. A busca do prazer é o princípio que move as escolhas pessoais referentes ao lazer (Camargo, 1986).

Se adotarmos uma concepção baseada somente na motivação dos indivíduos, lazer é uma condição individual, experiência vivida e significada. É um fenômeno universal e atemporal, desvinculado do tempo e das condições

sócio-históricas de sua fruição. Lazer é atitude. A motivação é o interesse individual.

Bruhns (2002) observa que Sebastian De Grazia caracteriza o ócio como um estado de desobrigação. O estado de lazer é uma atitude diante da vida. O autor reconhece e seleciona no ideal clássico de ócio algumas características intrínsecas a uma experiência de lazer. É uma esfera autônoma da experiência humana.

Manuel Cuenca (2003) observa que o ócio relaciona-se a vivências de satisfação e prazer. Como uma abordagem sob a perspectiva subjetivista, a percepção de felicidade é um componente fundamental na vivência do ócio, já que é fruto de livre escolha, uma conquista pessoal. O ócio é discutido a partir dos significados atribuídos pela experiência individual.

Para Cuenca (2003), o tempo não define a ação humana e não pode ser condicionante dessa relação. As vivências do ócio extrapolam as fronteiras do tempo livre, socialmente definido. A partir dos aspectos psicológicos, o ócio adquire o sentido de liberdade de escolha. *A vivência de ócio é uma experiência que nos ajuda a nos realizar, nos conhecer, nos identificar, nos sentir melhores, sair da rotina, fantasiar e recuperar o equilíbrio das frustrações e desenganos* (Cuenca, 2003, p. 32).

Como domínio autônomo do social, vinculado historicamente a outras esferas da vida, o lazer é passível de normas e de coerções, vivenciado em um tempo disponível - termo utilizado para enfatizar o aspecto normativo existente em sua ocorrência (Marcellino, 1995).

A atitude assumida pelo sujeito é o que fundamenta sua participação como ativa ou passiva. *Tanto a prática, como o consumo, poderão ser ativos ou passivos, dependendo de níveis de participação da pessoa envolvida* (Marcellino, 1995, p. 20). Para Bramante (1998), a atitude mental dos sujeitos é que permite uma vivência rica e significativa. Está além dos condicionamentos socioculturais.

Para uma experiência autônoma de lazer em uma sociedade de consumo a informação é um elemento chave, já que é necessário adquirir um repertório de conhecimentos para que os sujeitos possam fazer escolhas

qualitativas. *Quanto mais informação sobre o ócio e seus valores para a pessoa e para a sociedade, mais capacidade de compreendê-lo, buscá-lo e vivê-lo* (Cuenca apud Aquino e Martins, 2007, p. 496).

Essa autonomia é construída por meio de ações que incentivem uma educação pelo e para o lazer. A World Leisure and Recreation Association - WLRA (1993) define a educação para o lazer como *um processo de aprendizado contínuo que incorpora o desenvolvimento de atitudes, valores, conhecimentos, aptidões e recursos de lazer* (p.2, Item 4.3).

O lazer como veículo de educação significa a internalização de valores, comportamentos, conteúdos e habilidades que possibilitem o desenvolvimento pessoal. Como objeto de educação, implica em participação ativa e criativa no tempo de lazer, em que é essencial o aprendizado e a diversidade de experiências. Educar pelo e para o lazer é reconhecer o fenômeno como uma instância essencial de formação dos sujeitos, um direito a ser usufruído, que transpõe a experiência pessoal para se integrar e ser compartilhada no social.

A necessidade de construir uma 'educação para o lazer', afirmada por Marcelino (2002) e Cuenca (2003), orienta as vivências coletivas integradoras, significativas e reflexivas, pensadas para formar um sujeito capaz de refletir dentro de seu tempo, de sua história e dos repertórios a sua disposição para escolha.

A diversidade de interpretações quanto ao lugar do lazer na vida moderna ajuda a compreender a importância do fenômeno na forma histórica em que se apresenta e o grau de complexidade de sua relação com os sujeitos modernos. Como afirma Gomes (2008), o lazer é uma esfera autônoma, mas em constante interação com outras instâncias do social.

2.2 Representação social: o significado compartilhado entre os sujeitos.

Representação social é o estudo da produção dos saberes sociais, que tem relação com o mundo vivido e a dimensão da experiência. O processo de representação envolve a transformação em familiar daquilo que é estranho, está fora da ordem estabelecida. Tudo que perturba o socialmente

compreensível têm algo a ensinar sobre o que e como pensam as pessoas (Moscovici, 2001).

Em uma acepção antiga, representar significava reproduzir. A noção de representação estava ligada à ideia de copiar, imitar o visível (Jovchelovitch, 1998). Essas visões provem da crença de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram distintas das que elucidavam os fenômenos sociais.

A teoria das representações sociais é revitalizada na Europa dos anos 60 a partir dos estudos de Serge Moscovici (1928 - 2014). O conceito de representação coletiva proposto por Émile Durkheim é adaptado para as sociedades contemporâneas.

O indivíduo de Durkheim é moldado pelo pensamento dominante de seu grupo. O social manifesta-se no indivíduo e isso não é consciente. Entretanto, as representações sociais possuem vida própria: se reproduzem e se modificam. A estrutura social não é a única fonte de sua construção. Uma representação influencia a produção de outras (Moscovici, 2001).

O cotidiano é dotado de significados e estruturas expressivas para os grupos sociais, que operam em determinado contexto social. Esses significados podem ser selecionados por meio de construções mentais, de representações do senso comum (Minayo, 1995).

O ato de representar possui um sentido simbólico, pois sempre relaciona um objeto a um sujeito. Ele é um saber prático que se refere aos contextos e condições de sua produção, que serve para atuar sobre o mundo e sobre outros atores sociais (Jodelet, 2001). Não há representação sem objeto a ser representado.

Ao delinearem os princípios básicos das representações sociais, Oliveira e Werba (2003, p.105) informam que *são 'teorias' sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois.*

As representações possuem funções para os sujeitos que as constroem. Para Moscovici (2004), elas são prescritivas e convencenam o modo como

objetos, pessoas e eventos devem ser categorizados, classificados, interpretados. Abric (2000) apresenta quatro funções para as representações: estabelecem explicações sobre a realidade, identificam o grupo entre si e para os outros, guiam os comportamentos e justificam atitudes e ações.

As representações são produzidas com a finalidade de tornar familiar aquilo que está fora do universo de entendimento do grupo. Tem como função a produção de consensos. Aquilo que não existe no universo mental do grupo provoca tensão. O processo de assimilação, de tornar familiar algo ininteligível, pode causar modificações nas representações existentes (Moscovici, 2004).

As representações são dinâmicas em sua lógica de produção e disseminação. Elas organizam e orientam os comportamentos e as interações sociais. Como sistemas de interpretação, regem as relações dos sujeitos com outros atores e com os contextos nos quais estão imersos. As representações são bússolas para o comportamento social (Jodelet, 2001).

Para assimilar o estranho, é preciso inseri-lo nos sistemas de interpretação do grupo. Esse movimento é feito por meio de dois processos: ancoragem e objetivação. Para Moscovici (2004), ancoragem é dar nome ao estranho, construindo assim um modo de existir, que possibilite imaginá-lo e assim, representá-lo.

Ancoragem e objetivação referem-se à construção da memória, que é dinâmica e está sempre guardando, comunicando, eliminando, ressignificando o mundo. *A objetivação, mais ou menos direcionada para fora (para outros), elabora conceitos e imagens para reproduzi-los no mundo exterior* (Moscovici, 2004, p. 78).

Em Jodelet (2001) a ancoragem significa uma absorção do objeto representado a um sistema simbólico preexistente e à sua dinâmica. A ancoragem acumula as funções básicas da representação, a saber, classificação do não familiar, produção de significado e orientação para as condutas individuais e coletivas.

Para integrar uma nova representação, a estratégia cognitiva utilizada, segundo Moscovici (2004), é associar o não familiar a representações já

existentes. Por meio dessa associação, o estranho adquire uma feição familiar. Ancorar é categorizar, nomear o estranho, tornando-o assim, conhecido.

A objetivação consiste em dar forma ao objeto, o que transforma a abstração em concretude. Jodelet (2001) decompõe o processo de objetivação em construção seletiva, esquematização estruturante e naturalização. Assim, pode-se perceber o conteúdo das representações em um campo estruturado, no qual se identifica os diversos tipos de elementos das representações.

Um aspecto a ser considerado na produção das representações é o papel exercido pela comunicação. Para Moscovici (2001), a comunicação afeta a produção das representações, pois seu processo de transmissão é desigual entre os grupos, o que gera recortes e enfoques diferenciados acerca do objeto, filtrados na construção do discurso por posição social e relações de poder.

Primeiramente, ela funciona como um vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em um segundo momento, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social no instante que engaja processo de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Por fim, em terceiro, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos (Corrêa, 2008, p. 69).

Wagner (1995) observa dois modos de usar as representações sociais, que dependem do interesse explicativo e do procedimento de avaliação do pesquisador. O nível individual é aquele em que a representação resultante será distribuída de elementos comuns. Esses protótipos de uma representação são denominados de *núcleo central*.

O nível coletivo é aquele em que existem diversas representações de um único objeto social em diferentes subgrupos, variando na relevância que tem para cada um. A representação global é constituída por elementos que não são comuns a todos os grupos, mas específicos ou fundamentais para diferentes elementos do grupo, produzida por relações de associação e dissociação sobre o mesmo objeto (Wagner, 1995).

Pensar as representações do lazer em áreas protegidas como jardins botânicos implica em apreender significados contidos nas regularidades, nas

ideias que teriam outras ideias como pressuposto de sua existência. A discussão sobre representação social reconhece a autonomia das ideias como seu pilar estruturante.

Para identificar as representações produzidas na experiência de lazer estudada, optamos por dar ênfase aos elementos comuns dos significados elaborados pelos visitantes do Jardim Botânico de Brasília – JBB, ou seja, o núcleo central das representações, que nos permitirá dar unidade, classificar, categorizar e interpretar essas representações.

2.3 Representações do lazer nas sociedades ocidentais

O processo histórico de constituição do lazer nas sociedades ocidentais traz em sua bagagem as heranças das produções de sentido herdadas e atribuídas ao fenômeno (Marinho e Pimentel, 2010). Esses significados variaram de acordo com a época, a estrutura social e o sistema de crenças vigente.

Apesar de o advento histórico do capitalismo industrial ser fundamental para compreender o lugar do lazer na vida contemporânea, os valores e significados incorporados ao seu entendimento são anteriores à Revolução Industrial (Gomes, 2008). Nessa perspectiva, o lazer é compreendido como um fenômeno de longa duração (Elias e Dunning, 1992).

O lazer se relaciona dialeticamente às dimensões da obrigação, dos deveres e das necessidades, em especial, com a esfera do trabalho (Gomes, 2008). O legado simbólico que se encontra contido nas concepções compartilhadas na atualidade, permite uma compreensão mais ampla acerca de seu papel em nossa sociedade.

Por meio dessa leitura de valores e significados de lazer enraizados e construídos culturalmente, foi então possível compreender a sua deliberada institucionalização, na era moderna, como um “campo autônomo”, normativo e organizado. (Gomes, 2008, p. 13).

As concepções de ócio herdadas pelo pensamento ocidental tem origem no Classicismo Grego (século V a.c.) e no Império Romano, como elemento estruturante do sistema de estratificação social. *Na Grécia Antiga, o ócio era*

entendido como um valor nobre; uma atitude inseparável do modo de vida contemplativa; ligado ao exercício da filosofia e da política (Marinho e Pimentel, 2010, p. 19).

O termo ócio advém da concepção de *scholé*, origem da palavra escola. Nele está contida a ideia de parar, repousar, desocupar-se, dedicar-se a si. Sua oposição, o termo *ascholia*, significa ocupação, algo próximo à ideia de trabalho (Bruhns, 2002). A busca pelo bem, o belo, a justiça e a verdade eram compreendidas como um valor enobecedor do espírito, incompatíveis com as atividades laborais.

Como experiência de aprimoramento pessoal, era um treinamento para a vida pública. As virtudes necessárias a um homem público são cultivadas em sua realização. O homem ocioso - o filósofo de origem aristocrática – era o modelo ideal de cidadão, o mais apto a administrar a Polis (Marinho e Pimentel, 2010).

Os sentidos do lazer estavam ligados à contemplação, à meditação, à política e a educação (Gomes, 2008). No ócio como instituição social encontravam-se as justificativas para um sistema estratificado com base nas desigualdades do direito a ter e a usufruir do cultivo de si.

O ócio no Império Romano assumia diferentes formas e funções sociais, modeladas de acordo com o sistema de estratificação. Para as elites intelectuais, o ócio estava ligado ao sentido da meditação, de uma dignidade adquirida, constantemente reforçada (Munné, 1980).

As elites romanas usufruíam do modelo aristocrático grego – meditação e contemplação - e a plebe usufruía dos momentos de ócio como diversão e descanso (Marinho e Pimentel, 2010). Para as camadas populares, o ócio implicava em descanso para o corpo e diversão para o espírito, proporcionados pelos grandes espetáculos públicos. O ócio possuía caráter de diversão das massas, acessível aos populares livres e cidadãos.

O ócio passou a ter sentido de tempo liberado ao descanso e ao divertimento, à regeneração das forças, a fim de preparar a sociedade para o retorno ao negócio - o trabalho. Ócio e negócio compartilhavam de prestígio

simbólico, pois ao complementarem-se, davam completude ao homem romano (Marinho e Pimentel, 2010; Munné, 1980).

O ócio assumiu sentido de descanso, divertimento e de controle social das massas (Gomes, 2008). Ócio e negócio são duas esferas do social em interação direta, que se complementam para dar forma a um sistema de valores e normas. A co-dependência entre ócio, trabalho e política também estruturava as relações de poder no Império Romano. O trabalho, diferentemente da visão da Pólis grega, representava dignidade.

Durante a Idade Média, os sentidos do lazer estariam relacionados à licitude. O termo lazer tem origem no vocábulo latino *licere*, que significa aquilo que é lícito, permitido ser vivenciado. Atribui-se sua origem à civilização romana, que estabelecia controle social sobre as manifestações da cultura popular (Gomes, 2008).

A difusão do Cristianismo ocorre em todo o Império Romano. Com seu desaparecimento, a Igreja assume o lugar como sistema de organização da vida social. A queda do império provoca um esvaziamento das cidades. As aristocracias fixaram-se em suas propriedades rurais. A população urbana migra para os feudos em busca de trabalho e proteção (Gomes, 2008).

O sistema de estratificação social estava organizado nas relações de vassalagem, um acordo social extremamente desigual de servidão e obediência das camadas populares às aristocracias e ao clero. O Cristianismo é fundamental na disseminação da ideia de que todos são iguais perante a divindade. A contemplação torna-se um ato de fé e não mais de prazer.

Os sentidos do lazer envolviam o controle social das manifestações culturais, direcionadas para finalidades religiosas, desprovidos dos prazeres do mundo. As vivências do lazer eram orientadas para as práticas tidas como lícitas, mantenedoras da ordem vigente (Gomes, 2008). O trabalho assume sentido de castigo, uma pena a ser cumprida para conquistar o paraíso. As manifestações lúdicas passam a ser vistas como perigosas ao espírito.

Os controles religiosos sobre as manifestações culturais populares modelaram os valores morais fundamentais para a edificação do reino do trabalho nas sociedades modernas. O lazer lícito seria a base do

protestantismo (Gomes, 2008). A moral protestante compreendia o prazer e o divertimento como desvio da relação com o divino. Para a ética protestante, ócio e preguiça eram posturas similares.

A associação entre lazer e vício desvirtuava os homens de sua vocação e destino previamente definidos, poluindo-os com paixões mundanas. *Nesse caso, o lazer só poderia ser suspeito* (Requixa, 1977, p. 19). O trabalho produtivo estava perpassado por códigos de conduta moral, compreendidos como instrumentos de salvação da alma.

O uso do tempo livre destinado ao lazer é institucionalizado na modernidade (Gomes, 2008). O desenvolvimento do capitalismo industrial e das ciências modernas instrumentalizou a esfera do trabalho, que se destaca pela independência em relação à natureza e por constituir um tempo social próprio, desvinculado de outras instâncias da vida.

O tempo livre não nasceu nas sociedades industriais, mas passou a ser dimensionado a partir de suas características. Tempo para rezar, para plantar, colher, para as festas religiosas e outros tipos de rituais, são tempos regidos pelos sistemas sociais de crença existentes. Como produto do tempo livre, o lazer é uma de suas faces, um de seus usos (Dumazedier, 1999).

Os eventos históricos fundadores da modernidade como a reforma protestante, o renascimento, a consolidação da burguesia e a constituição e difusão do pensamento liberal foram fundamentais no processo de ressignificação do trabalho como uma virtude a ser cultivada, contra os privilégios das classes ociosas e aspectos lúdicos da vida social (Weber, 1995).

O processo histórico denominado Revolução Industrial, cujo significado envolve mudança nas estruturas sociais como a da organização do trabalho, da vida familiar e das relações comunitárias, os modos de produção e acumulação de bens, inicia-se na segunda metade do século XVIII, com a criação de novas tecnologias e o melhoramento das já existentes na produção têxtil, herança da manufatura.

A vida nos centros urbanos provoca novas lógicas de organização social. As interações assumem formas vinculadas à vida pública. O afrouxamento dos laços privados e da vida comunitária, a formulação de novas

identidades, vinculadas a outras formas de sociabilidade, o enfraquecimento das instituições tradicionais – em especial da igreja - gerará o processo de secularização da vida social (Camargo, 1986).

A compreensão de que o capitalismo é um sistema de relações sociais baseado na interação dialética entre suas forças produtivas é o que permite uma análise multidimensional (Marx, 1998). A super exploração do trabalho não se limita à submissão direta dos empregados ao sistema, mas é o elemento organizador da vida social.

É importante observar que a tradição socialista foi construída sob os valores do trabalho. É uma categoria central de estruturação do social. O socialismo se constitui em uma etapa histórica de evolução da humanidade, que será superada pelo comunismo, ao reorganizar a sociedade por meio da apropriação social dos meios de produção (Quintanero, Barbosa e Oliveira, 2003).

Sobre a sociedade que virá - a comunista - Karl Marx entende que ao extinguir o conflito entre desejos individuais e necessidades coletivas, quando as condições sociais de existência estão contempladas, será possível chegar a um sistema social que possibilite o atendimento das necessidades humanas, orientado para a expressão da criatividade dos indivíduos e para a satisfação coletiva.

Na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico (Marx, 1989, p. 47).

O tempo de trabalho industrial não permitia espaços para a ludicidade, nem respeitava as pausas naturais e culturais impostas pelo clima e pela religião. Em contraposição ao campo, onde jogos e brincadeiras compõem as práticas cotidianas, *a própria organização do espaço de trabalho inibe qualquer tentação de diversão e entretenimento.* (Camargo, 1986, p. 36).

Em um mesmo movimento, as estruturas de organização política sofrem mudanças profundas nesse período. A distribuição do poder entre as elites

tradicionais e as novas elites é questionada pela ascendente burguesia, por camponeses e trabalhadores urbanos, que derrubam o regime absolutista francês, influenciados pelo ideário iluminista, ao defender a igualdade e a liberdade como direitos universais.

A moderna sociedade burguesa é fundada nos valores iluministas, que defendem a universalização do acesso à educação pública, civil e laica, modelada para afirmar direitos civis e políticos do indivíduo. Os iluministas questionam o modo de vida urbano, as desigualdades produzidas pelo capitalismo industrial e o controle técnico sobre a natureza, defendendo a sua busca como refúgio às mazelas urbanas.

A exploração da mão de obra assalariada no contexto do século XIX, sustentada pela ideologia liberal da supervalorização do trabalho como fonte de toda a riqueza, acessível a qualquer indivíduo, balizadora da identidade social das classes proletárias, era elemento motivador de diversos conflitos entre trabalhadores e empregadores.

É nesse contexto que as organizações de trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho, condição adequada para o exercício de suas atividades, regulamentação e garantia de direitos. O tempo de lazer é institucionalizado nas sociedades industriais e se caracteriza como um apêndice do tempo de trabalho.

O lazer é recompensa, pois não se contrapõe ao trabalho produtivo, mas o complementa, tornando-se funcional ao sistema vigente e imprescindível à promoção dos interesses sociais, políticos e econômicos – que integram a trama social mais ampla (Gomes, 2008, p. 63).

As transformações que ocorreram no final dos anos 40 do século XX marcam uma grande mudança na relação das sociedades modernas com o lazer, que desenvolvem estudos voltados a pesquisar os usos do tempo livre em suas diversas interfaces com outros aspectos da vida social. Inicia-se a constituição de um campo de pesquisa dedicado a pensá-lo como objeto de pesquisa científica.

Requixa (1977) observa que os estudos do lazer nas sociedades urbanas apresentam três estágios em seu desenvolvimento como campo de

conhecimento: sua negação como objeto de pesquisa, pois o trabalho é o senhor do social; lazer como terapia para compensação das agruras do trabalho; lazer com sentido e finalidade em si mesmo.

É nos Estados Unidos do pós-guerra que surgem as pesquisas sobre consumo, cultura de massa e lazer. O livro *A multidão solitária* (1949), de David Riesman, é considerado o marco para a organização da pesquisa em lazer. Ele defende que a humanidade conheceu duas revoluções: a urbanização a partir do Renascimento e a cultura de massas, em que os meios de comunicação passam a orientar o comportamento humano em sociedade.

Na Europa, George Friedman distingue as funções de distração e compensação que o lazer permite, como uma indenização social a uma vida marcada pela desumanidade do trabalho (Dumazedier, 1994). O lazer é recompensa para um cotidiano opressor e massacrante.

Os estudiosos do lazer reconhecem que o sentido do lazer na modernidade está ligado ao consumo de massa (Gomes, 2008). A fruição do lazer na sociedade do consumo é a marca moderna dessas experiências. Nas formas atuais de divertimento, o lazer está dominado pelo consumo, o que o caracteriza como uma experiência alienada (Aquino e Martins, 2007).

Como precursor dos estudos sobre a sociedade de consumo, Veblen (1974) já observava o fenômeno no final do século XIX. Para ele, o conteúdo do prestígio social e da honra nas sociedades capitalistas é a acumulação de riqueza. O valor social de um indivíduo é definido por seus bens. O ser humano possui a necessidade de se diferenciar. E exibir essa diferença. Consumir é um símbolo social de distinção.

Veblen (1974) observa que as classes ociosas são o modelo social de sucesso, orientando a conduta de outras classes. Seu comportamento tenta ser reproduzido pela sociedade em geral, independente das condições dos diferentes extratos. Na segunda metade do século XX, com a ampliação do acesso ao consumo, o lazer passa a ser um dos elementos estruturantes das relações sociais e da construção das identidades modernas.

Esse processo é constituído pelas significativas transformações tecnológicas e de produção de conhecimento em geral, enfatizando o

desenvolvimento dos meios de transporte, das tecnologias da comunicação e da informação e na expansão da concepção de 'bem' e 'produto', que se amplia do âmbito material para a produção e consumo de símbolos.

Na sociedade pós-industrial, não interessa apenas a produção de bens em larga escala, mas a de bens imateriais, ou seja, produção de serviços, informações, estética, símbolos, valores com reorientação do tempo de ócio e lazer das pessoas, quando o trabalho se confunde com tempo livre, lúdico, lazer e prazer. A sociedade flexível aproxima o trabalho do entretenimento, com o surgimento de borbulhas de ócio, em ambientes de trabalho com o uso do wi fi, facebook, youtube, twitter e redes sociais (Coriolano e Vasconcelos, 2014, p. 7).

Nesse contexto, os deslocamentos para fins de lazer, o turismo como moderna manifestação do lazer, compõem esse fluxo intermitente e inexorável que coloca o visitante na posição de devorador das paisagens. *Para muitos, o lazer se reduz ao consumo de mercadorias, de prazer, objetos culturais e turísticos* (Coriolano e Vasconcelos, 2014, p. 8).

Em outra perspectiva, Santos (2000) aponta que experiências de lazer em suas manifestações modernas devem ser pensadas não apenas como fenômenos econômicos, mas como expansão de possibilidades de realização. *O lazer e o turismo cada vez mais deixam de ser pensados como privilégio de poucos, passam a direitos de todos, como forma cultural de expressão da contemporaneidade* (Coriolano e Vasconcelos, 2014, p. 9).

A relação com o trabalho continua a ser simbiótica, pois os tempos de lazer possuem dinâmica de trabalho. Por conta dessa característica, e apesar dela, esse sujeito moderno busca *mais comunidade e menor isolamento, mais solidariedade e menos egoísmo, mais cooperação, menos concorrência. No final não haverá menos, porém mais espaço de liberdade para nós, para aqueles que recebemos, para as gerações futuras* (Krippendorf, 1987, p. 179).

2.4 Jardins botânicos como espaços de lazer

Jardins botânicos compõem as paisagens urbanas. Em regra, estão localizados nas cidades. Compartilham com os parques e demais tipologias de áreas verdes a importante função de proteção dos recursos naturais, fundamentais à qualidade de vida nas cidades. Sofrem constante pressão no

seu entorno, o que coloca em risco a manutenção dos processos ecológicos básicos, com alto impacto nas urbes.

O lazer em jardins botânicos está ligado à ideia da contemplação e do aprendizado: passeios por entre os arboretos, caminhadas em trilhas, apreciação das coleções científicas e paisagísticas, cursos de ilustração botânica, jardinagem e cultivo de plantas são algumas atividades desenvolvidas por seus programas educativos, exposições, cursos de extensão e oficinas temáticas.

O processo de abertura dos jardins botânicos à visitação está relacionado à formação do espaço público moderno e das identidades nacionais no final do século XVIII. *Museus, zoológicos, bibliotecas, arquivos e jardins botânicos compartilham entre os séculos XVIII e XIX de grande prestígio como instituições paradigmáticas de uma nova ordem de organização do saber nos estados modernos em formação* (Koptcke, 2005, p. 115).

Ao longo do século XX, o crescimento urbano acelerado e a emergência do desenvolvimento sustentável como paradigma para criação e usufruto das áreas verdes delegaram outros papéis aos jardins botânicos, ressignificando-os como equipamentos para o lazer e o turismo.

Pensando nos jardins como uma construção cultural – e como imaginários de natureza - fragmentados em um tecido urbano, será uma decorrência que os mesmos se coloquem como atrativo turístico (Gastal e Silva, 2015, p. 73).

A visitação aos jardins botânicos caracteriza-se como um fenômeno turístico segmentado, atraente para visitantes que buscam em experiências criativas e inovadoras, um tipo de satisfação não mensurável pelos padrões do turismo de massa (Pereira Silva, 2013).

O turismo, como atividade de lazer, mobiliza a ação individual em busca da experiência extracotidiana, a partir de um repertório de escolhas à disposição (Camargo, 1986). Os deslocamentos com finalidade de lazer envolvem a busca por novas paisagens e costumes, ocorrem por conta do interesse turístico do lazer, rompendo a lógica da rotina espaço/tempo.

Camargo (1986) observa que o turismo como atividade de lazer possui múltiplas dimensões de abrangência, já que pode ser vivido em diferentes

escalas socioespaciais. O lazer turístico pode ser pensado na tradicional perspectiva dos grandes deslocamentos ou como 'viagem' dentro da própria cidade.

A praia é, disparadamente, a intenção número um de destino turístico, seguida das montanhas, do campo e dos lugares históricos. Mas o turismo não abrange apenas as longas viagens. Os sítios, as casas de campo, os ranchos de pesca constituem opções para as classes médias e ricas. E a própria cidade onde se mora é, em escala social, o principal espaço turístico (Camargo, 1986, p. 27 – 28).

A experiência turística a partir do olhar de *estranhamento* do sujeito para a cidade em que vive e as paisagens que o cercam compreende outra dimensão do deslocamento, que é definido como uma vivência afetiva e não apenas espacial-temporal. Gastal e Moesch (2007) denominam essa experiência de turismo cidadão. Desse modo, o turista cidadão é aquele que estranha a própria cidade.

O estranhamento, nestes termos, não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada. E isso pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que se reside, quando o cidadão sai de suas rotinas temporais e espaciais ao visitar, por exemplo, um bairro diferente do seu" (Gastal e Moesch, 2007, p.10).

Essa visão do turismo como uma subcategoria do lazer é muito discutida no ambiente científico. Constitui o turismo uma disciplina científica ou uma área de conhecimento? Para além de um contexto disciplinar, o que caracteriza o turismo é a sua declarada indisciplina, sua inadequação a uma construção disciplinar tradicional, sem conceitos próprios, estrutura teórica coesa, metodologia específica e uma comunidade de pesquisa (Tribe, 1997).

O estudo do turismo não é uma disciplina e corresponde a duas áreas distintas: a produção intelectual, o mundo do pensamento e as atividades aplicadas, o mundo da prática (Tribe, 1997). A complexidade do fenômeno exige uma ecologização das disciplinas que contextualizam o fenômeno em suas condições sociais e culturais de manifestação (Morin apud Moesch, 2002).

Uma das facetas que vem sendo estudada na visitação a jardins botânicos é a sua inserção nos circuitos de turismo das cidades. A busca pela mudana de paisagem, ritmo e estilo de vida é a atividade que mais move os indivíduos, fascinados pela possibilidade de conhecer novos lugares e formas de interaa o que fogem ao cotidiano.

A visitação a diversas modalidades de jardins tem se tornado um fenômeno de segmentaa o turística. Pereira Silva (2013) observa que o turismo de jardins – *garden tourism/garden visiting* - envolve a viagem e a visita a diferentes tipos de jardins para estudo, contemplaa o e sensibilizaa o, nos quais os jardins botânicos são os mais conhecidos.

Em países como Inglaterra, Alemanha, Frana, Japão e Estados Unidos, o turismo voltado à visitaa o de jardins é um nicho consolidado, cuja propora o vem crescendo vertiginosamente nos últimos 20 anos (Silva, Carvalho e Tomás, 2013). O turismo de jardins é observado desde a década de 90 como um segmento em expansão.

Na Grã-Bretanha existem em torno de 3.500 diferentes tipos de jardins abertos ao público (Silva e Carvalho, 2013). Magalhães (2015) em sua tese de doutorado sobre a construa o de um inventário do patrimônio paisagístico brasileiro, relata a existência de 17 jardins científicos tombados entre botânicos, zoológicos e horto florestal, distribuídos em 10 estados.

Silva e Carvalho (2013), ao apresentar dados sobre visitaa o a jardins da Europa e Oceania, informam que esse número de visitantes supera destinos tradicionais como os parques temáticos da Disney. Gastal e Silva (2015) sistematizaram os dados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Dados sobre visitaa o a jardins europeus e da Oceania.

País	Museu/jardim	Visitantes
Frana	Giverny	500 mil/ano
Frana	Versailles	8 milhões/ano
Holanda	Keukenhof	800 mil/ano
Grã-Bretanha	400 jardins abertos	16 milhões/ano
Irlanda	7 jardins	876 mil/ano
Nova Zelândia	Christchurch	1,2 milhões/ano

Fonte: Gastal e Silva (2015), com base nos dados de Silva e Carvalho (2013).

Os jardins botânicos são espaços para aprendizado acerca de uma natureza controlada, organizada e museologizada, mas também espaços de vivências significativas de sensibilização para novas condutas em relação à sustentabilidade como um valor social. Silva (2017) observa que os jardins botânicos assemelham-se aos museus de ciência. O Conselho Internacional de Museus - ICOM (International Council of Museums), estabelece como definição de museu

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, à serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu meio ambiente com fins educacionais e de deleite (ICOM, 2001).

São considerados museus, portanto, diversos tipos de instituições, incluindo sítios e monumentos naturais e culturais como sítios arqueológicos, aquários, jardins botânicos e zoológicos, parques, centros culturais, centros de ciências, planetários, entre outros.

Nessa perspectiva da multidimensionalidade do turismo, os jardins botânicos atraem a atenção como objetos de visitação. Os diversos tipos, quando alçados à categoria de patrimônio, tornam-se atrativos por si mesmos, envoltos na valorização do passado e na tendência à museologização da vida social, processo no qual a natureza também é inserida (Gastal e Silva, 2015).

Os jardins botânicos possuem a característica de serem duplamente resguardados. Os instrumentos legais de proteção e as competências são de natureza ambiental. Entretanto, as instituições internacionais que atuam na preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural os reconhecem como um bem cultural a ser salvaguardado. É uma característica que evidencia sua complexa condição institucional.

A Carta Patrimonial de Florença (1981), documento técnico produzido pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS e pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos – ICOMOS/IFLA, refere-se à

proteção de jardins históricos, estabelecendo os conceitos-chave para sua salvaguarda e gestão.

Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é, principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável (Carta de Florença, 1981, artigo 1º e 2º).

Dentre as modalidades de jardins históricos encontram-se parques, passeios públicos, alamedas, hortos, quintais particulares, vias arborizadas, largos, pomares, cemitérios, espaços verdes que circundam centros históricos urbanos e monumentos, jardins zoológicos e jardins botânicos (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010).

A visitação aos jardins botânicos pode ser realizada por distintos perfis de visitantes, com finalidades que podem ter natureza educativa, cultural, científica ou contemplativa. Silva, Carvalho e Tomás (2013) afirmam que o visitante de jardins botânicos não busca o produto em si, mas a experiência a ser vivida e todo o conjunto de percepções que a compõem em termos lúdicos, sensoriais e sociais.

Na interface dessa discussão, a produção da paisagem é um elemento central para pensar o interesse dos sujeitos modernos pelos jardins botânicos. A paisagem como a reconhecemos é fruto de uma construção histórica das sensibilidades e do gosto estético, mediadas pelas representações da natureza.

Gastal (2013) nos informa que a produção estética é uma das marcas da pós-modernidade, pois massifica o gosto ao igualar os produtos oferecidos no mercado, em especial os elementos da cultura, nos quais destaca o turismo como o produto cultural mais propenso a essa pasteurização dos sentidos, elemento estruturante dos sistemas simbólicos de representação da natureza no mundo moderno.

Hoje, na forma de ecoturismo, de jardins botânicos e zoológicos, de produtos organicamente corretos, de objetos de estudos acadêmicos, de paisagismos ou mesmo na forma de paisagem, a natureza é mais um produto culturalizado e dilatado como mercadoria (Gastal, 2013, p. 126).

Nesse sentido, a produção da paisagem está diretamente ligada à cultura, sendo socialmente construída e modificada no tempo, em uma constante construção de sentidos que não se restringe aos elementos físicos, mas a todas as formas de intervenção humana, materiais e simbólicas. *Portanto, também fazem parte da paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo* (Castrogiovanni, 2001, p. 132).

A manipulação das paisagens resulta da relação entre a objetivação das formas e funções do espaço com as experiências individuais e coletivas inseridas nele, marcadas pelas dinâmicas históricas das relações sociais. *Todas as nossas paisagens, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões* (Corrêa, 2007, p. 76).

A paisagem não se restringe somente ao objeto ou ao sujeito, mas existe na complexa interação dos dois. Em um esquema de dupla entrada, a paisagem é ao mesmo tempo matriz e marco: paisagem matriz na medida em que suas estruturas e formas contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; paisagem marco, na medida em que cada grupo grava no seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade (Berque, 1998).

As paisagens expressam os sistemas de crenças que modelam e são modelados na relação com a natureza. Possuem um caráter simbólico que se remete ao sagrado, que está para além do espaço como cenário, com função de maravilhamento, de inebriar os sentidos. A paisagem é obra da mente (Schama, 1996). Está impregnada pelas heranças culturais da humanidade, o que dá um caráter mítico à natureza, refletindo o modo como indivíduos e grupos a percebem.

Com a presença do homem sobre a Terra, a Natureza esta sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua historia natural e a criação da natureza social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da Natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural (Santos, 1992, p. 96).

Os espaços míticos podem ser compreendidos como os de vivência pragmática, de conhecimento empírico, cujos dados são obtidos na experiência. Por outro lado, há espaços míticos que se caracterizam como aqueles em que a vida prática expressa cosmologias, visões de mundo, articuladas pelos sistemas simbólicos de forma mais consciente e integrada (Tuan, 1983).

O caráter mítico atribuído às vivências na natureza tem sua base na relação entre sociabilidade e espaço. *O fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado* (Santos, 2008, 42). O encontro entre o natural e o social em sua reconstrução de significados é interpretada como um traço distintivo da relação entre grupo e espaço, que é central na construção das novas subjetividades (Maffesoli, 2004).

Os elementos fixos como as estruturas arquitetônicas e os fluxos interativos das culturas contemporâneas constituem-se em uma dimensão intersubjetiva e comunicacional, que dá sentido aos espaços e às identidades neles estabelecidas, tornando-os *espaços de celebração feito por e para iniciados, aos quais se vai em busca de iniciação e onde se observam os iniciados: no sentido etimológico do termo, portanto, espaços onde se celebram mistérios* (Maffesoli, 2004, p. 58).

Se a vida urbana altera de modo definitivo a mentalidade dos indivíduos ao ponto de provocar isolamento e indiferença, é a partir das experiências no grupo, dos lugares de encontro, da gratuidade e espontaneidade desses espaços e dessas interações que se produzem formas precisas de sociabilidade, que se desenvolvem conteúdos e modos de vida (Simmel, 1976).

O espaço vivido, a cidade vivida, com suas praças, parques e jardins apresenta-se como um mosaico de espaços de celebração, tramado nos afetos, nas emoções compartilhadas, nas relações de solidariedade, nos aspectos valorativos dados aos usos do espaço urbano.

Esses vínculos identitários, baseados nos tribalismos modernos - a formação das identidades por gostos e afinidades - trazem um retorno às

experiências coletivas nos centros urbanos, ressignificando a cidade, seus espaços e equipamentos de lazer como típicos espaços de celebração.

Espaços de lazer, espaços de ludicidade, de esporte, espaços de turismo, de acolhimento, de hospitalidade, são esses territórios, altares escolhidos pelas diferentes tribos urbanas que ali reconstroem suas possibilidades de vivências (Moesch, 2015, p. 75).

3. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB: O JARDIM DO CERRADO.

Para você, o que é um jardim botânico?

Um parque de plantas!
(Visitante, Questionário 2)

Um lugar de lazer e contemplação da natureza
(Visitante, Questionário 19)

*O Pulmão de uma Cidade. Área destinada ao conhecimento
ao público das características de cada Região.*
(Visitante, Questionário 58)

3.1 Lócus de investigação

O Jardim Botânico de Brasília – JBB é uma área protegida que tem por finalidade a constituição e a manutenção de coleções botânicas, o desenvolvimento de pesquisa científica, educação ambiental e lazer, orientados para a conservação da biodiversidade.

Inaugurado em 1985, o Jardim Botânico de Brasília possui como premissa a conservação de espécies nativas do Bioma Cerrado, prioritariamente dedicado à conservação de espécies locais. Também desenvolve aclimação de espécies exóticas (JBB, 2016).

A área possui 526 hectares destinados à visitação pública, distribuídos entre coleções botânicas e paisagísticas, construções sustentáveis, trilhas ecológicas, hortas temáticas, auditório, bibliotecas, anfiteatro, equipamentos de lazer, restaurante, banheiros, salão para exposições artísticas e estacionamento.

Como órgão pertencente ao Governo do Distrito Federal, o JBB é vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF. Possui autonomia administrativa e financeira, com orçamento próprio e quadro funcional.

A instituição também recebe recursos extraorçamentários, provenientes da arrecadação de bilheteria, locação de espaços, produção de fotos e vídeos, além das compensações ambientais provenientes de multas administrativas e decisões judiciais.

Tabela 6 - Arrecadação de bilheteria entre os anos de 2012 e 2016.

Arrecadação JBB de 2012 a 2016					
Recurso	2012	2013	2014	2015	2016
Bilheteria	79.080,00	108.326,00	174.404,00	261.059,00	544.605,00
Locação de espaço	1.897,00	2.684,00	45.905,00	89.705,00	77.692
Fotos e vídeos			21.350,00	44.100,00	42.900

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do Governador – SEPLAG/DF, 2016.

O corpo técnico é formado por servidores efetivos, servidores comissionados sem vínculo empregatício, empregados terceirizados, estagiários e voluntários. O quadro de pessoal, instituído pela Lei nº 528/1993, era composto por 200 servidores efetivos. Esse quantitativo vem sendo reduzido ao longo dos anos por conta de aposentadorias, remoção, cessão, redução de cargos e ausência de concurso público. Atualmente o quadro de pessoal é composto por 55 servidores.

Tabela 7 - Quadro de pessoal JBB 2016.

Quadro de Pessoal Exercício 2016	Quantitativo
Servidores efetivos	18
Servidores requisitados	00
Servidores comissionados sem vínculo	36
Servidores cedidos	01

Fonte: Relatório de Prestação de Contas do Governador – SEPLAG/DF, 2016.

A promoção da conservação da biodiversidade é uma das competências de jardins botânicos, que dão suporte técnico-científico a outras modalidades de áreas protegidas (CONAMA, 2003). O JBB é responsável pela administração da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília – EEJBB, uma unidade de conservação de proteção integral, onde atua como zona de amortecimento¹⁶.

A gestão do JBB e da EEJBB é integrada ao ponto de se confundirem. As atividades são desenvolvidas pela mesma equipe em ambas as áreas

¹⁶ Zona de amortecimento: entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985/2000).

protegidas. O orçamento é unificado e vem sofrendo cortes ao longo do tempo, o que precariza ainda mais a prestação de serviços no JBB e a proteção da EEJBB. O quadro abaixo apresenta a previsão orçamentária de 2012 a 2019.

Tabela 8: Previsão orçamentária JBB/EEJBB de 2012 a 2019.

	ORÇAMENTO
2012	R\$ 410.000,00
2013	R\$ 469.682,00
2014	R\$ 539.012,00
2015	R\$ 559.130,00
2016	R\$ 173.416,00
2017	R\$ 175.000,00
2018	R\$ 190.174,00
2019	R\$ 200.000,00

Fonte: PPA 2012 – 2015; PPA 2016 - 2019.

O JBB gerencia a EEJBB e o JBB como uma única área protegida, tratando o JBB como área de uso público da EEJBB. A EEJBB é a modalidade mais restrita de acesso público dentre as unidades de conservação da natureza. O JBB é uma instituição de conservação e pesquisa aberta ao público para visitação por definição. As necessidades dessas áreas protegidas são distintas e chegam mesmo a confrontar-se no cotidiano da instituição.

Quanto à organização interna, a atual estrutura administrativa e de cargos foi atualizada pelo Decreto nº 37.231, de 6 de abril de 2016. A composição administrativa atualizada encontra-se no organograma abaixo.

Organograma 1 – Estrutura administrativa JBB.



Fonte: Decreto nº 37.231/2016.

O Jardim Botânico de Brasília está qualificado na categoria A, a mais completa classificação para uma instituição do tipo no Brasil, conforme Resolução CONAMA nº 339/2003, que regulamenta a criação e o funcionamento dos jardins botânicos brasileiros.

Para ser qualificado na Categoria A de jardim botânico, a instituição precisa atender requisitos de infraestrutura quadro técnico, atividades desenvolvidas, especialização local, constantes na Resolução CONAMA nº 339/2003, a saber,

Art. 6º Serão incluídos na categoria “A”, os jardins botânicos que atenderem às seguintes exigências: I - possuir quadro técnico - científico compatível com suas atividades; II - dispor de serviços de vigilância e jardinagem, próprios ou terceirizados; III - manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local; IV - dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas; V - desenvolver programas de pesquisa visando à conservação e à preservação das espécies; VI - possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas; VII - desenvolver programas na área de educação ambiental; VIII - possuir infraestrutura básica para atendimento de visitantes; IX - dispor de herbário próprio ou associado a outras instituições; X - possuir sistema de registro informatizado para seu acervo; XI - possuir biblioteca própria especializada; XII - manter programa de publicação técnico-científica, subordinado à comissão de

publicações e/ou comitê editorial, com publicação seriada; XIII - manter banco de germoplasma e publicação regular do *Index Seminum*; XIV - promover treinamento técnico do seu corpo funcionário; XV - oferecer cursos técnicos ao público externo; e XVI - oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com as unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (p. 104).

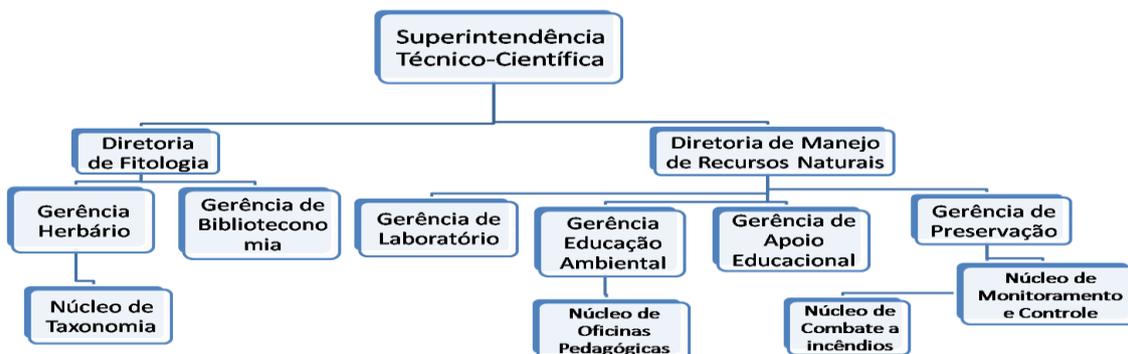
O JBB possui como missão institucional a constituição e manutenção de coleções de plantas, desenvolvimento de pesquisa científica, educação ambiental e lazer orientados para a conservação da Biodiversidade, com enfoque no bioma Cerrado.

A atuação do JBB está orientada nas estratégias internacionais para gestão de jardins botânicos, direcionada a contribuir para a conservação dos ecossistemas no qual estão inseridos. As ações, parcerias e o enfoque de suas atividades estão orientados à conservação, preservação, conhecimento e sensibilização acerca do Bioma Cerrado. Daí a instituição se autointitular 'o Jardim do Cerrado'.

Independente de sua forma de administração, para atingir seus objetivos, os jardins botânicos precisam estar amparados em instrumentos de gestão que orientem as ações a serem implementadas, e traduzam as expectativas e necessidades de seus visitantes em programas e projetos (Barroso e Mesquita, 2014).

As funções institucionais do JBB são desenvolvidas em todas as superintendências. Entretanto, as competências definidas para tal encontram-se na Superintendência Técnico-Científica – SUTEC, que executa as ações diretamente ligadas à missão institucional do JBB. Sua estrutura interna é apresentada no organograma abaixo.

Organograma 2 – Superintendência Técnico-Científica do JBB.



Fonte: Decreto nº 37.231/2016.

Em conformidade com o Decreto nº 38.289/2017, que dispõe sobre o Regimento Interno do JBB, são competências da SUTEC/JBB:

- I - planejar, coordenar e consolidar ações, programas e projetos de cunho técnico-científico no âmbito do Jardim Botânico;
- II - estimular e buscar parcerias para a realização de novos projetos de pesquisa nas áreas de flora, fauna e educação ambiental da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília;
- III - participar das discussões políticas sobre o meio ambiente, principalmente as relacionadas ao bioma Cerrado;
- IV - elaborar, executar, coordenar e divulgar as publicações de cunho científico e tecnológico produzidas pelo Jardim Botânico de Brasília;
- V - coordenar as ações de cooperação mútuas e participar de programas de pesquisa em rede;
- VI - assessorar a Diretoria Executiva do Jardim Botânico de Brasília na busca de recursos financeiros para execução de projetos de pesquisas técnico-científicas e de educação ambiental;
- VII - elaborar o Índice de Espécies Vegetais;
- VIII - desenvolver outras atividades na sua área de atuação e que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva.

Dentre as ações desenvolvidas na SUTEC/JBB, estão desde atividades cotidianas como as ações de pesquisa e de educação ambiental, até a execução das parcerias institucionais. A partir das funções institucionais de pesquisa, educação e lazer definidas em sua missão, executadas pela SUTEC/JBB, elencamos as principais atividades desenvolvidas no JBB.

O JBB e a EEJBB são áreas de interesse da comunidade científica, demandadas por pesquisadores externos e parceiros institucionais. A pesquisa é regulamentada pela Ordem de Serviço JBB Nº 26, de 24 de julho de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para sua realização no JBB e na Estação Ecológica. O JBB oferece hospedagem a pesquisadores.

Dados da SUTEC/JBB apontam que entre os anos de 2011 e 2016 foram realizadas 71 pesquisas no espaço do JBB e da EEJBB. Esses números não são precisos, pois o monitoramento da pesquisa é irregular. Apesar de haver normatização, não há quadro de pessoal suficiente para manter as rotinas de acompanhamento. A metodologia definida na ordem de serviço não é aplicada na prática.

A curadoria das coleções botânicas (coleta, herborização, classificação e intercâmbio) fica a cargo da Gerência do Herbário Ezechias Paulo Heringer, administrado no âmbito da SUTEC. O acervo de coleções botânicas é formado por coleções nativas e exóticas, divididas em coleções temáticas (*ex situ*) e coleções nativas (*in situ*), regulamentada pela Instrução Normativa nº 1, de 28 de setembro de 2016.

A SUTEC/JBB é responsável por atualizar o *Index Seminum*, que é o catálogo institucional de sementes depositadas no JBB. Esses acervos são disponibilizados para doações e permutas entre instituições botânicas. *Como jardins botânicos são vitrines da flora mundial, a troca de sementes entre instituições garante a manutenção da diversidade genética e possibilita aos visitantes conhecer a biodiversidade mundial* (JBB, 2017).

O JBB possui publicações e periódicos desenvolvidos na instituição, em especial, a Revista Heringeriana, uma publicação científica que divulga semestralmente artigos originais, revisões bibliográficas e notas técnicas na

área de Biodiversidade, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas, existente desde 1994, administrada no âmbito da SUTEC/JBB.

O JBB possui uma Biblioteca – inaugurada em abril de 2015, com cerca de aproximadamente 3.000 volumes, entre livros, enciclopédias, mapas, dicionários, revistas, manuais, fotografias, teses, além de documentos em formato digital, que não se encontra acessível ao público. A biblioteca possui, entre outros materiais, um exemplar da *Flora Brasiliensis*¹⁷.

Todo o planejamento e execução das atividades referentes à gestão da EEJBB são coordenadas no âmbito da SUTEC/JBB. Atualmente, além de proporcionar acesso à pesquisa externa, o JBB desenvolve atividades de monitoramento de fauna, prevenção a incêndios, apoio às unidades de conservação circunvizinhas, recomposição de áreas degradadas, fiscalização e sensibilização junto aos vizinhos.

O planejamento e a execução das atividades referentes à Educação Ambiental, como as ações voltadas a escolas, grupos agendados, eventos externos como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a Semana do Meio Ambiente e o Dia do Cerrado também são executadas na SUTEC/JBB.

O JBB estabelece parcerias com diversas instituições para executar os programas e projetos em andamento até o presente momento. Destacaremos aqui os principais, que promovem mais impacto na execução dos serviços internos do JBB.

O Projeto Saberes do Cerrado visa à *valorização social da biodiversidade do Bioma Cerrado e ao reconhecimento atual do papel atribuído às áreas protegidas no espaço urbano* (JBB, 2017). O projeto é uma parceria

¹⁷A *Flora Brasiliensis* é uma obra escrita entre 1840 e 1906 por naturalistas alemães e austríacos. A pesquisa é de grande importância para a biologia da conservação por catalogar 22.767 espécies em 2.253 gêneros, incluindo todas as espécies vegetais conhecidas até então e mais 5.689 outras novas para a botânica à época. Além das descrições taxonômicas, a obra contém 6.246 litografias, que ajudam na identificação de espécies. Está dividida em 15 partes, totalizando 40 volumes com 20.733 páginas ao todo, com tratamento taxonômico de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiros. Ao longo dos 66 anos da confecção da obra, múltiplos biólogos participaram da edição, iniciada pelo alemão Carl Friedrich Philipp von Martius e concluída por August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban. Para a coleta e o estudo do material, Martius contou com 65 botânicos e 145 coletores de plantas de vários países. O livro foi patrocinado pelas coroas do Brasil, da Áustria e da Baviera (Fonte: Centro de Referência de Informação Ambiental, 2017).

entre o Jardim Botânico de Brasília e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.

O projeto tem como objetivos os de identificar, sistematizar, preservar e disseminar informações relacionadas à diversidade de saberes sobre o Cerrado em novos formatos e linguagens; Desenvolver soluções tecnológicas para disseminação de coleções científicas ou outras fontes relevantes para a valorização da biodiversidade e das áreas protegidas (IBICT, 2017). As principais ações em andamento são:

- Desenvolvimento da Biblioteca Digital do Cerrado - repositório de acesso remoto, criada para organizar, armazenar e difundir a produção de conhecimento sobre o Bioma Cerrado, a fim de ampliar a rede de colaboradores e de público interessado no tema.
- Aplicativo DF100fogo - Tecnologia desenvolvida para estimular a participação da sociedade na gestão ambiental de áreas protegidas. Por meio desse aplicativo, qualquer pessoa que possua celular com sistema Android poderá notificar a ocorrência de incêndios nas proximidades do Jardim Botânico de Brasília - JBB e de sua Estação Ecológica.

O Projeto Semeando vidas é uma parceria com a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescente e Juventude – SECRIANÇA, desenvolvido para que adolescentes em conflito com a lei cumpram medida socioeducativa uma vez por semana, oito horas por dia, realizando as atividades cotidianas do JBB (Agência Brasília, 2017).

O programa Jardim Botânico nos Parques é desenvolvido em parceria com o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, visando o fornecimento de mudas de espécies produzidas nos viveiros do órgão para plantio em parques do Distrito Federal como o Bosque dos Eucaliptos, Parque Vivencial Denner e Parque Veredinha - Guará e Brazlândia respectivamente (IBRAM, 2017).

O Centro Internacional de Referência e Transdisciplinariedade (CIRAT), centro de pesquisa voltado a estudos sobre recursos hídricos, com apoio da WWF, encontra-se instalado no JBB, no Centro de Excelência do Cerrado – CEEX.

O CIRAT reúne pesquisadores de nove instituições do Distrito Federal, além do JBB: Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde, Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Companhia de Saneamento do DF, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico e Instituto Brasília Ambiental.

Além das parcerias institucionais para o desenvolvimento de atividades conjuntas, que possibilitam visibilidade ao JBB, a instituição participa de grupos governamentais de trabalho ligados às questões ambientais no âmbito do Distrito Federal como o Grupo de Trabalho Rede de Bibliotecas de Meio Ambiente, Grupo de Trabalho de Educação Científica e Grupo de Trabalho de Educação Ambiental.

O JBB é mencionado na propaganda institucional de turismo do Governo do Distrito Federal e também no trade turístico; Entretanto, não há roteiro que o insira nas visitas oferecidas pelas agências de turismo. Do ponto de vista local, o JBB é apresentado como espaço de lazer para a população do DF, presente no Guia de Parques do Distrito Federal (IBRAM, 2013) e no Guia de Centros e Museus de Ciência do Brasil do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI (2017).

Figura 1: Folder institucional JBB – parte externa.

SEJA BEM-VINDO

O Jardim Botânico de Brasília – JBB, é uma área protegida, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, cujas atividades são: a constituição e manutenção de Coleções de Plantas, Desenvolvimento de Pesquisa, Educação Ambiental e Lazer orientados para a conservação da Biodiversidade.

LOCALIZAÇÃO JBB

www.jardimbotanico.df.gov.br
(61) 3366-2141/ 3366-4482

Dúvidas, críticas ou elogios ao Jardim Botânico de Brasília? Registre sua manifestação no site!

Abrimos de Terça a Domingo
das 09:00 às 17:00 h
Taxa de R\$ 5,00 por pessoa
Isenção da Taxa : menores de 12 anos e
maiores de 60
Caminhada gratuita de 7:00 às 9:00 h

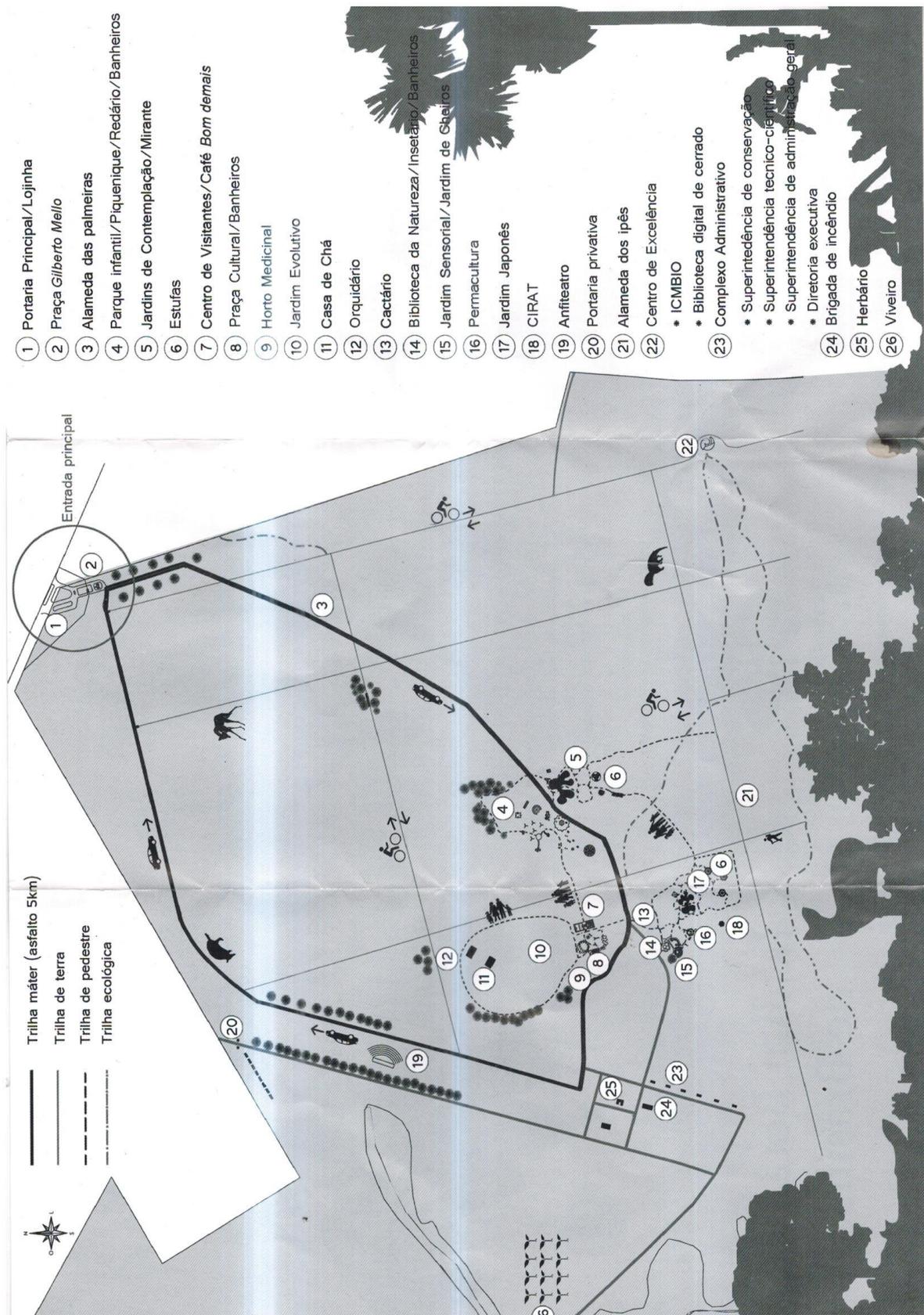
Jardim Botânico
de Brasília

SMDB - Setor de Mansões Dom Bosco - Área especial

Rapanea Lapa
Psoudobombax sp. - Malabaricum
Gardner

Jardim Botânico de Brasília

Figura 1: Folder institucional JBB – parte interna.



3.2 O JBB no cenário ambiental do Distrito Federal

O Distrito Federal é uma das unidades da federação com o maior número de áreas protegidas em zona urbana do Brasil. A Convenção da Diversidade Biológica – CDB (1992) define a área protegida como *uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação*.

O World Commission on Protected Areas - WPCA (2014) define as áreas protegidas como uma área com limites geográficos definidos e reconhecidos, cujo intuito, manejo e gestão buscam atingir a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados de forma duradoura, por meios legais ou outros meios efetivos. Quanto à modalidade de área protegida urbana, ela é definida como *áreas protegidas dentro ou nos arredores de grandes centros populacionais* (2012, p. 4).

A legislação brasileira utiliza o termo *área protegida* para diferentes tipos de proteção, preservação, acesso, usos e restrições. É um termo que tem significado específico para cada contexto de proteção. Uma área pode ser legalmente protegida para atender finalidades conservacionistas e de educação – caso dos jardins botânicos, para proteção ao patrimônio natural e cultural – caso de sítios históricos e arqueológicos, terras indígenas e quilombolas ou preservacionistas – caso de proteção a zonas frágeis como matas ciliares e corredores ecológicos.

No Brasil, quando a proteção destina-se aos ecossistemas, paisagens e à biodiversidade, adota-se o termo ‘unidade de conservação’ - UC, definida pela Lei nº 9.985/2000 como *espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção* (art. 2º, Inciso I).

A Lei nº 9.985/2000 regulamenta o art. 225¹⁸, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de

¹⁸ **Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à

Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo as categorias de unidade de conservação como de proteção integral e de uso sustentável.

As unidades de conservação de proteção integral destinam-se à preservação da natureza; admitem o uso indireto de seus recursos, salvo as exceções previstas em lei. As UCs componentes dessa categoria são: Estação Ecológica - EE, Reserva Biológica - Rebio, Parque Nacional - PARNA, Monumento Natural - MN e Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de conservação de uso sustentável destinam-se à compatibilizar a conservação da natureza com a presença humana e o uso sustentável de seus recursos. As UCs que a compõem são: Área de Proteção Ambiental - APA; Área de Relevante Interesse Ecológico- ARIE; Floresta Nacional - Flona; Reserva Extrativista - Resex; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

O Distrito Federal, por meio da Lei Complementar nº 827/2010, instituiu o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, estabelecendo assim os critérios e normas para a criação, implantação, alteração e gestão das Unidades de Conservação no território do Distrito Federal.

A LC nº 827/2010, em simetria com a Lei nº 9.985/2000, também adota as modalidades de UCs de proteção integral e de uso sustentável, adaptando as subcategorias de UC à legislação local já existente, como as referentes aos parques urbanos, provenientes da Lei Complementar Distrital nº 265/1999.

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (Constituição Federal, 1988).

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Distrital; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I – Área de Proteção Ambiental; II – Área de Relevante Interesse Ecológico; III – Floresta Distrital; IV – Parque Ecológico; V – Reserva de Fauna; VI – Reserva Particular do Patrimônio Natural (SDUC, 2010).

Dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente (2017) informam que o DF possui 13 UCs federais: quatro Áreas de Proteção Ambiental – APAs, uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, uma Floresta Nacional - Flona, um Parque Nacional, uma Reserva Biológica – ReBio e cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

Sob a administração do Distrito Federal encontram-se três Áreas de Proteção Ambiental – APA, doze Áreas de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, duas Estações Ecológicas – EE, um Monumento Natural – MN e três Reservas Biológicas – Rebio (MMA, 2016).

Além dessas modalidades de UC, o DF possui as categorias de unidade de conservação de uso sustentável do tipo parque ecológico e parque distrital, específicas do Distrito Federal. A Lei Complementar Distrital nº 265/1999 dispõe sobre a criação dos parques distritais e os classifica em duas categorias: parque ecológico e de múltiplo uso.

Art. 3º Os Parques do Distrito Federal classificam-se em Parques Ecológicos e Parques de Uso Múltiplo e constituem unidades de uso sustentável, instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos. Art. 4º Os Parques Ecológicos devem possuir áreas de preservação permanente, nascentes, olhos d'água, veredas, matas ciliares, campos de murunduns ou manchas representativas de qualquer fitofisionomia do cerrado que abranjam, no mínimo, trinta por cento da área total da unidade. Art. 5º São objetivos dos Parques Ecológicos: I – conservar amostras dos ecossistemas naturais; II – proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica; III – proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos; IV – promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas;

V – incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental; VI – estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza. Art. 6º Os Parques de Uso Múltiplo devem situar-se dentro de centros urbanos, ou contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população, predominantemente cobertas por vegetação, nativa ou exótica. Parágrafo único. As áreas selecionadas para criação e implantação de Parques de Uso Múltiplo devem possuir infraestrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas. Art. 7º São objetivos dos Parques de Uso Múltiplo: I – conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica; II – promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas; III – estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza (LCD 265/1999, p. 2 e 3).

Como podemos observar, o Distrito Federal possui unidades de conservação administradas pelo governo federal e distrital, com ampla cobertura espacial. Como está situado o JBB no cenário ambiental do Distrito Federal?

O JBB administra a Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília – EEJBB. Criada pelo Decreto Nº 14.422, de 26 de novembro de 1992 e ampliada pelo Decreto nº 17.277, de 10 de abril de 1996, a EEJBB possui 4.500 km de hectares voltados à pesquisa científica e à preservação do Cerrado. O acesso é permitido somente com autorização expressa.

A Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília faz fronteira com a Reserva Ecológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Fazenda Água Limpa da Universidade de Brasília, integrando a Zona de Vida Silvestre da Área de Proteção Ambiental Gama Cabeça de Veado (Decreto Distrital nº 9.417/1986) e a Área Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (JBB, 2016).

A EEJBB dispõe de uma considerável diversidade de fauna e flora nativa do Bioma Cerrado, além de abrigar mananciais que abastecem 25% de toda a região do Lago Sul, incluindo o Lago Paranoá (Brasília, 2010). Por estar localizada em zona urbana, a EEJBB sofre intensa pressão antrópica, seja de

vizinhos, posseiros, grileiros e as consequências de sua presença, como os constantes incêndios ocorridos na região.

De acordo com o SNUC (Lei 9.985/2000), o uso público em unidades de conservação de proteção integral destina-se às atividades de visitação educativa, no intuito de envolver a sociedade na conservação da área protegida, em especial, os residentes de seu entorno.

O Plano de Manejo da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília (2010) contempla um Programa de Educação Ambiental para o desenvolvimento de visitação educativa orientada como trilhas, roteiros interpretativos e observação de aves, que não se encontra em execução até o momento.

O JBB encontra-se localizado na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI e faz fronteira com a Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Encontra-se próximo a Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV. Essas RAs, que eram ordenadas como zona rural, passaram por um significativo processo de urbanização e intenso crescimento populacional nos últimos vinte anos.

A Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XVI, que faz fronteira com o JBB, é constituída por condomínios privados, fruto do parcelamento ilegal do solo, promovido pelos proprietários das antigas fazendas ali localizadas, que as retalharam em inúmeros lotes e venderam aos atuais moradores (CODEPLAN, 2013).

Ressalte-se também que o Plano de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial – PDOT, instrumento técnico de construção e gestão da política territorial do Distrito Federal, caracteriza a região como zona de expansão urbana (SEGETH-DF, 2016). A pressão urbana sobre o JBB e a EEJBB é intensa, mas não configura um caso isolado.

O Distrito Federal possui unidades de conservação em quase todo o seu território (Pimentel, 2006). Brasília possui proteção patrimonial oriunda do tombamento do Conjunto Urbanístico do Plano Piloto desde 1987. Entretanto, esses aglomerados legislativos de proteção cultural e ambiental não impediram

o crescimento desordenado, a especulação imobiliária e a ocupação ilegal de terras.

Paviani (2003) caracteriza Brasília como uma cidade polinucleada, que promove uma dispersão dos núcleos urbanos de modo disforme e desigual. *Com isso, a cidade de hoje, polinucleada, é bem diversa da que foi esmeradamente projetada, não mais podendo ser apontada como o modelo brasileiro de “planejamento urbano”* (p. 64).

A origem dessa lógica de ocupação socioespacial encontra-se nas práticas de atendimento de demandas setoriais que para incluir um grupo, conseqüentemente produziu exclusão, segregando o acesso aos serviços, a hierarquização e a irregularidade em sua prestação. *Em outras palavras, o intenso trabalho de mais de quatro décadas dos construtores urbanos não resultou em uma democrática apropriação social dos bens e serviços socialmente produzidos* (Paviani, 2003, p. 64).

Essa desigualdade é percebida no tratamento urbanístico dado às áreas verdes localizadas no Plano Piloto em detrimento das regiões administrativas do Distrito Federal. A cidade-jardim¹⁹, um dos paradigmas urbanísticos que deram contorno à Brasília, fundamentava uma forma urbana permeada por parques e jardins, privilegiando as áreas verdes e outros formatos de espaço público.

No Distrito Federal, a partir dos anos 90, embalados na onda ambientalista desembocada pela Rio 92, uma série de parques urbanos foram criados sem qualquer tipo de infraestrutura: orçamento, quadro de pessoal, plano diretor ou conselho gestor. Em 2011 os jardins elaborados pelo paisagista Roberto Burle Marx em Brasília foram tombados.

¹⁹ A cidade-jardim foi imaginada entre 1898 e 1902 por Ebenézer Howard. Sua tipologia previa a descentralização da metrópole propondo unidades autônomas com habitações unifamiliares. Howard acreditava que os problemas dos assentamentos poderiam ser enfrentados abordando as questões que se manifestavam diferentemente no campo e na cidade, ou seja, acreditava que unindo os pontos positivos de um e de outro em um novo tipo de ocupação os problemas da cidade seriam sanados (...) A cidade-jardim influenciou o urbanismo funcionalista privilegiando o edifício e o vazio paisagístico articulado que transmite uma sensação de vida no campo. E tangencia a idealização das superquadras na sua preocupação com uma nova forma de vida, fundamentada em uma nova forma urbana caracterizada pela presença de espaços permeados por parques e jardins (Oliveira, 2014, p. 31 -32).

Dados do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, autarquia responsável pela gestão dos parques urbanos no DF, apontam que dos 72 parques sob sua administração, 33 estão abertos para visitação pública, sendo que 10 encontram-se localizados no Plano Piloto, dentre eles o JBB. A lógica de ocupação polinucleada se sobrepôs ao projeto urbanístico original na distribuição dos recursos sociais, culturais e ambientais do DF.

3.3 Histórico

Em 1956 foi sancionada a Lei Federal nº 2.874, que dispôs sobre a mudança da Capital Federal e criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, empresa pública responsável pelo planejamento, coordenação e execução do processo de construção de Brasília (NOVACAP, 2016). A empresa foi responsável por elaborar, entre diversas atividades, o processo de seleção para o ‘Concurso Nacional do Plano Piloto para a Nova Capital do Brasil’, que definiria seu traçado urbanístico.

O projeto vencedor, do arquiteto Lúcio Costa, continha os locais definidos para a implantação de um jardim botânico e de um jardim zoológico na nova capital federal, em áreas públicas onde hoje se encontram o Parque da Cidade Sarah Kubitschek e a Escola de Esportes da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal.

De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões da nova cidade (Costa, 1991, p. 28).

Ainda em 1957, essa localização é questionada por conta da ausência de recursos hídricos na região. A nova localização é proposta para o final da Asa Norte, onde se encontram os córregos do Bananal e do Torto (Brasília, 2010b). O Jardim Zoológico de Brasília – JZB foi inaugurado no mesmo ano ao final da Asa Sul. O Jardim Botânico não foi implantado.

Para gerenciar essas instituições – existentes ou não - foi criado o Parque Zoobotânico de Brasília (Decreto nº 48.926/1960), com sede no Jardim Zoológico. Para dar suporte técnico-institucional, em 1961 é criada a Fundação

Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF, responsável pela administração das instituições públicas cuja atividade tivesse finalidade ambiental e de pesquisa.

As obras para implantação do Parque Zoobotânico começaram em 1967. O Plano Diretor foi elaborado em 1969, definindo a ocupação dos espaços e as diretrizes de uso público para a efetiva implantação e acesso ao atual Jardim Zoológico de Brasília (Brasília, 2010b).

Em 1976, por meio do Decreto nº 3.441 de 19 de novembro, o Governo do Distrito Federal instituiu comissão de especialistas com a finalidade de realizar os estudos necessários à criação do Jardim Botânico de Brasília, composta por integrantes da NOVACAP, Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, Universidade de Brasília - UnB, Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal – SVO/DF e Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF.

Após pesquisas em diversos locais do Distrito Federal cujas características ambientais possibilitariam a estruturação de um jardim botânico, a comissão concluiu que o mais apropriado seria a Estação Florestal Cabeça de Veado – EFCV, onde atualmente encontra-se o JBB. A escolha baseou-se em aspectos ecológicos, urbanísticos, fundiários e de infraestrutura local (Brasília, 2010b).

A Estação Florestal Cabeça de Veado – EFCV foi criada em 1960 para realizar experimentos florestais com espécies exóticas, a fim de estudar a viabilidade de adaptação de árvores com reconhecido valor econômico e adaptável ao solo do Cerrado; no caso em questão, estudos sobre *Pinus* e *Eucalyptus*. Passou a ser administrada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF em 1961.

Apesar de ser um espaço destinado a experimentos com espécies exóticas, a área mantinha vegetação nativa bem conservada. Possuía também a infraestrutura necessária para alocar equipes técnicas, acesso à água e localizava-se no Setor de Mansões Dom Bosco – Lago Sul, uma região pouco urbanizada à época. O local foi escolhido por conta desses requisitos (Brasília, 2010b).

A comissão de 1976 foi responsável por definir os pilares da identidade institucional do JBB. No relatório apresentado ao Governo do Distrito Federal –

GDF em maio de 1977, os principais pontos a serem destacados foram a escolha do local de implantação, o estímulo a parcerias institucionais e a recomendação expressa de preservar a flora nativa do Bioma Cerrado.

A Comissão ainda enfatizou a importância de se preservar ao máximo a vegetação típica da área, bem como a necessidade de plantio de espécies representativas do bioma Cerrado existentes em outros estados brasileiros (Brasília, 2010b, p. 9).

Em 1982, a Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal SAP-DF constituiu nova comissão para viabilizar a implantação do Jardim Botânico de Brasília, formada por seus representantes, em conjunto com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal – FZDF (Brasília, 2010). A comissão de 1982, por meio da Exposição de Motivos nº 05/80 de 28 de abril de 1980, ratificou o relatório de 1976 em todos os aspectos: localização, infraestrutura, contexto urbano e características ambientais.

As ações concentraram-se no cercamento da área de 526 hectares e na recuperação de uma coleção botânica de 2.500 *exsicatas*²⁰, coletadas pelos pesquisadores Ezechias Paulo Heringer e Mitzi Brandão Cardoso, que se encontrava em condições precárias de acondicionamento na EFCV (Ramos & Munhoz, 1994). A essa primeira coleção foram integradas as coletas realizadas na Reserva Biológica de Águas Emendadas, atual Estação Ecológica de Águas Emendadas (Brasília, 2010a).

Com o início das obras de implantação do JBB, a coleção foi enviada ao espaço físico que abriga hoje o Herbário Ezechias Paulo Heringer – HEPH do Jardim Botânico de Brasília e inscrita no *Index Herbariorum*²¹. *Trata-se de um herbário histórico, ligado aos primeiros passos da ciência no DF e ao surgimento da própria FZDF, instituição pioneira que inspirou outras do gênero no País* (Ramos e Munhoz, 1994).

²⁰ Exsicata é uma amostra de planta seca e prensada em uma estufa (herborizada), fixada em uma cartolina ou papel de tamanho padrão, catalogada contendo informações sobre o vegetal e o local de coleta para fins de estudos botânicos. É a unidade básica da coleção de um herbário (Jardim Botânico Plantarum, 2017).

²¹ Index Herbariorum é um catálogo mundial de herbários, sob a coordenação do Jardim Botânico de Nova York (Peixoto e Maia, 2013).

No mesmo período, foi encontrado na EFCV um exemplar da *Flora Brasiliensis*, editada pelos naturalistas Karl Friedrich Philipp Von Marthius, Wilhelm Eichler e Ignatz Urban. A coleção é composta por 14 volumes distribuídos em 40 livros, cujo conteúdo é o registro sistematizado de espécies da flora brasileira, realizado no século XIX (Ramos & Munhoz, 1994).

Considerada a mais importante obra da botânica nacional, a *Flora Brasiliensis* foi incorporada ao acervo bibliográfico do futuro Jardim Botânico de Brasília e restaurada pelo Laboratório de Restauração do Ministério da Justiça (Ramos e Munhoz, 1994).

Com recursos provenientes de parcerias e convênios, foram contratados os serviços de levantamento da flora local, de solos, estudo pedológico e documentação fotográfica. O programa de uso público e o projeto paisagístico foram elaborados por técnicos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

A concepção arquitetônica e paisagística do JBB buscou compatibilizar a preservação dos recursos naturais e dos aspectos cênicos às necessidades concretas de instalação de espaços de trabalho e de lazer para funcionários e público visitante. O planejamento, norteado pelos princípios da arquitetura ecológica, favoreceria o uso racional do ambiente com mínimo de impacto, aproveitamento maximizado dos elementos naturais e condições ambientais de forma que as edificações propostas não fragmentassem a lógica e o ordenamento natural dos aspectos paisagísticos (Brasília, 2010b, p. 16).

A opção por realizar pequenas intervenções no espaço físico da EFCV fazia parte de uma proposta inovadora para a época. Em regra, jardins botânicos priorizavam a conservação de espécies exóticas. Os estudos de espécies nativas não eram foco das atividades. O pioneirismo do JBB deu-se por definir a conservação *in situ* como o pilar de suas atividades em período anterior aos normativos internacionais.

Um ponto comum desde o relatório da comissão de 1976 era o de que o JBB deveria ser o Jardim Botânico do Cerrado. Pelo fato de estar localizada na área core do bioma Cerrado, Brasília deveria ser um ponto de destaque deste Bioma, procurando estudá-lo, divulgá-lo e protegê-lo, educando o público para sua valorização e proteção (Brasília, 2010b, p. 16).

O projeto para a área de uso público do JBB previa a construção do Portão Principal, Trilha Interpretativa, dois estacionamentos, mirante, Centro Interpretativo, Jardim Evolutivo e a Alameda das Nações e dos Estados. À época de sua inauguração, somente o Portão Principal, o mirante, a Alameda e o anfiteatro estavam concluídos (Brasília, 2010b).

O Jardim Botânico de Brasília foi inaugurado em 8 de março de 1985. Na ocasião, foram lançados selo e envelope comemorativo, além da logomarca institucional – uma flor de pequiizeiro - e o livreto de apresentação da instituição (Brasília, 2010b).

O ato normativo de criação do JBB foi a publicação do Decreto nº 8.497/1985, que alterou a natureza e a finalidade da Estação Florestal Cabeça de Veado - EFCV para Jardim Botânico de Brasília - JBB, mantendo a vinculação institucional com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, extinta em 1990. Atualmente o JBB encontra-se vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF.

A criação do JBB é fruto de parcerias institucionais entre a comunidade científica constituída no Distrito Federal, instituições de pesquisa e proteção ao patrimônio como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a Universidade de Brasília – UnB e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, que envolveu diretamente suas equipes nesse esforço coletivo de tornar o JBB uma realidade. Essa trajetória é desconhecida para o público que o frequenta.

3.4 A visitação pública

O JBB vivencia um momento de expansão. Entre os anos de 2012 e 2016, houve a criação de novos espaços paisagísticos, a ampliação da oferta de serviços e o crescimento exponencial do número de visitantes, na casa dos 60%, com base somente no registro de pagantes, conforme quadro abaixo.

Tabela 9 – Registro de visitantes com base na arrecadação de bilheteria entre 2012 e 2016.

Visitantes entre 2012 e 2016 (Bilheteria JBB)					
Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Pagantes	39.540	54.163	87.202	121.897	108.927

Fonte:

http://www.seplag.df.gov.br/images/planejamento_governamental/Relatorio_de_Atividades_2016_com_pressed.pdf

O registro de pagantes é originário da arrecadação de bilheteria, por meio de bilhete individualizado. O registro de não pagantes é realizado de forma irregular e esporádica pelos seguranças que trabalham na portaria principal. E existem as isenções: alunos da rede pública de ensino, crianças com até 12 anos incompletos, portadores de necessidades especiais, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, pedestres e ciclistas entre 7 e 8h30 não pagam ingresso (Decreto n. 36.866/2015). Podemos inferir que o número de visitantes é maior do que apontam os dados oficiais.

A partir das informações constantes na Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília - CSJBB (2015a) traçamos um panorama da estrutura de visitação pública, constituída pelas bases normativas, espaços para visitação, canais de comunicação e serviços oferecidos, apresentados conforme o organograma abaixo.

Organograma 3 – Estrutura de visitação JBB.



Fonte: Carta de Serviços ao Cidadão JBB, 2016.

3.4.1 Bases normativas

Os documentos a serem comentados - por conta de sua relação direta com a visitação pública - são a Ordem de Serviço JBB nº 47/2003, o Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília (2010b), o Regimento Interno do JBB - Decreto nº 38.289 de 22 de junho de 2017 e a Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília (2015a).

A Ordem de Serviço nº 47/2003 instituiu as regras para visitação aos espaços localizados na área de uso público do JBB. Esses dados eram informalmente apresentados com o nome 'Normas de Conduta para Visitação ao JBB'.

A velocidade máxima permitida para condução de veículos automotores nas dependências do Jardim Botânico de Brasília é de 40 km; A ocupação de mesas e cadeiras na Área de Piquenique ocorre por ordem de chegada; A responsabilidade de informar acompanhantes e convidados sobre as normas de conduta é do visitante que organiza seu evento no local; O JBB não é atendido pelo sistema de coleta do SLU; Por conta dessa limitação, solicitamos aos nossos visitantes que tragam sacos para recolher e levar embora o lixo produzido em seus eventos na Área de Piquenique. Nas dependências do JBB, não é permitido aos visitantes: Entrar com qualquer tipo de animal doméstico, com exceção de cão-guia; Alimentar, perseguir ou capturar animais da fauna silvestre; Extrair madeira, coletar plantas, frutos, sementes ou qualquer tipo de material botânico; Fazer churrasco, acender fogo ou fogueira para qualquer finalidade; Ornamentação, balões infláveis, som, cama elástica, futebol de sabão, carrinho de pipoca, dentre outros equipamentos; Estacionar dentro da Área de Piquenique (Espaço Oribá); Fazer fotografias de cunho comercial sem a devida autorização e o pagamento da taxa administrativa para tal; Comercialização de produtos ou serviços sem autorização prévia da Administração; Entrada e consumo de bebida alcoólica; Ligar som alto de qualquer tipo (carro, aparelho de som, celular); Adentrar o perímetro da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília. Nas dependências do JBB, não é aconselhável aos visitantes: Fumar; Andar de patins, skates e/ou bicicletas nas calçadas. (Brasília, 2015a, p. 27 – 28).

Apesar de estarem disponibilizadas no sítio do JBB, as Normas de Conduta para Visitação (contidas na OS nº 47/2003 e atualizadas na CSJBB) não estão afixadas, disponíveis para consulta, nem são distribuídas aos visitantes em parte alguma das dependências do JBB. Também não constam em sua página do Facebook.

Os jardins botânicos devem ter documentos que norteiam as regras e princípios de suas ações. Essa é a finalidade de um plano diretor. Como um instrumento técnico de gestão institucional, permite identificar potencialidades a serem desenvolvidas, demandas atuais e projeções para o futuro, problemas e possíveis soluções, a fim de conservar seu patrimônio natural e cultural.

O Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília foi elaborado entre os anos de 2009 e 2010 e encontra-se dividido em seis tomos temáticos. Para a finalidade desta pesquisa, será apresentado o Tomo 6, referente ao planejamento, zoneamento, à educação ambiental e ao programa de administração do JBB.

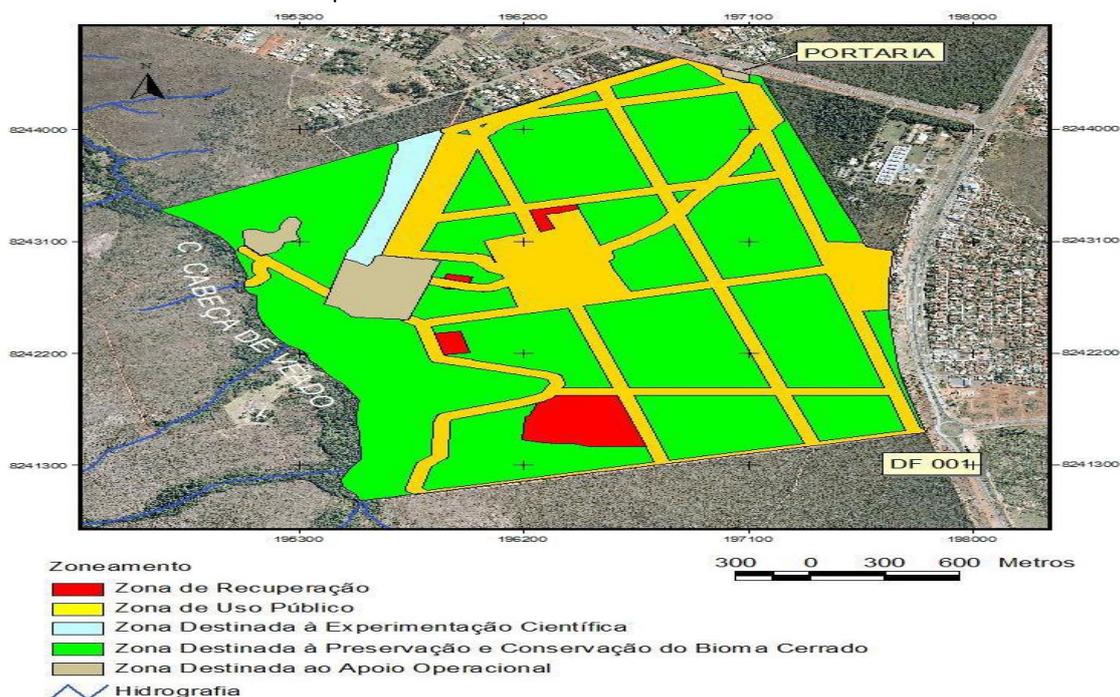
As diretrizes de planejamento estabelecem a razão de ser do JBB, suas funções institucionais. O Manual Técnico Darwin para Jardins Botânicos (1999), com base nas Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação (1989), recomenda que todo jardim botânico tenha seu plano diretor, estabelecendo assim sua missão. *A missão é uma declaração escrita do por que o jardim existe e que propósito pretende cumprir. É a coluna vertebral do jardim, guiando o planejamento e política atuais e futuros* (Leadlay e Greene, 1999, p. 17).

O JBB está dividido em cinco zonas²²: preservação e conservação do Bioma Cerrado, experimentação científica, recuperação, apoio operacional e uso público. A zona de uso público destina-se ao lazer, cultura e à educação ambiental. É na zona de uso público que se encontram os espaços para visitação.

O objetivo principal desta Zona é a promoção da visitação espontânea e induzida, no intuito principal de tornar o Jardim Botânico de Brasília referência das ações de conservação da natureza, de forma integrada com o desenvolvimento humano de abrangências regional e nacional (Brasília, 2010).

²² O zoneamento é um instrumento técnico de gestão do território, que estabelece os usos de acordo com as características e vocações dos territórios, sejam sociais, ambientais e/ou econômicas. É amplamente empregado na gestão de áreas protegidas e na gestão municipal, a fim de disciplinar o uso e ocupação do solo.

Mapa 1 – Zoneamento JBB.



Fonte: Plano Diretor JBB, 2010.

Ao longo de sua existência, quatro regimentos internos estiveram em vigência no JBB. O atual, aprovado pelo Decreto nº 38.289 de 22 de junho de 2017, estabelece as competências, estrutura administrativa, atribuições dos cargos de natureza especial, de comissão e vinculações técnico-institucionais decorrentes dessas relações.

Conforme o artigo 1º do Decreto nº 38.289/2017, são competências do Jardim Botânico de Brasília:

- I - desenvolver atividades, projetos e programas de conservação, preservação, pesquisa, educação e lazer orientado, relacionados ao meio ambiente;
- II - proteger espécies silvestres, raras ou ameaçadas de extinção em âmbito local e regional resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- III - assistir à Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal na formulação de diretrizes para a implementação da política de meio ambiente do Distrito Federal, nas atividades que visam o aproveitamento sustentável, preservação e conservação dos recursos naturais e culturais, e contribuindo

para a implementação da Economia Verde com foco na erradicação da pobreza;

IV - manter bancos de germoplasmas para conservação de espécies ex situ e preservar reservas genéticas in situ;

V - promover a articulação e integrar diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração de ecossistemas em parceria com os gestores de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos;

VI - atuar como centro de referência para conservação, pesquisa, desenvolvimento e monitoramento dos recursos naturais e culturais do Cerrado;

VII - promover o intercâmbio científico, técnico e cultural com outros jardins botânicos, entidades afins e órgãos nacionais e internacionais;

VIII - promover a pesquisa, a conservação e a preservação ambiental na perspectiva de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;

IX - promover ações no sentido de captar recursos financeiros junto a organismos governamentais e não governamentais, empresas da sociedade civil, entre outras fontes de recursos, com o intuito de desenvolver as políticas, planos, programas, projetos e atividades de sua responsabilidade e atribuição, bem como a programas de fomento às pesquisas técnico-científicas para o aproveitamento sustentável do bioma Cerrado;

X - incentivar, junto à sociedade civil, a ampla difusão - educação ambiental - das pesquisas e práticas relativas ao manejo sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, despertando o interesse coletivo para a causa ambiental e o valor dos conhecimentos tradicionais das populações do Cerrado;

XI - apoiar os demais órgãos do Governo do Distrito Federal no tocante a projetos governamentais de caráter socioambientais, educacionais, turísticos, econômicos e outros temas afins; e

XII - administrar a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília - EEJBB e fiscalizar a aplicação e implantação do seu Plano de Manejo, bem como do Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

A Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília – CSJBB (2015a) é o documento mais atualizado sobre o funcionamento do JBB, pois traça um panorama da instituição, elaborado como parte de uma política de estado para comunicação pública. Nela estão contidas informações sobre comunicação com a sociedade, Ouvidoria pública, Lei de Acesso à Informação, orientações para visita, espaços de visitação e serviços institucionais oferecidos à sociedade.

Uma Carta de Serviços é um documento público, com linguagem acessível, para disponibilização de informações sobre os serviços oferecidos pelas instituições públicas e como acessá-los. A CSJBB é o documento público que tem por finalidade aprimorar a relação do JBB com os visitantes.

O JBB elaborou sua Carta no ano de 2015 e tornou-a disponível ao público em janeiro de 2016. São objetivos a serem atingidos com a elaboração da Carta de Serviços do Jardim Botânico de Brasília o de *dar visibilidade aos serviços oferecidos, aprimorar a qualidade de sua prestação e fortalecer os canais de diálogo com a sociedade*. (Brasília, 2015a, p. 5).

A Carta de Serviços (2015) estabelece como compromissos no atendimento ao cidadão a busca da excelência na prestação dos serviços oferecidos à sociedade; a promoção da transparência ativa do JBB em seus atos de gestão; o aprimoramento da imagem do JBB e a satisfação do usuário que procura seus serviços por meio do atendimento com qualidade, cordialidade, presteza, rapidez e eficiência; oferecimento de espaço qualificado de interação entre o ser humano e o ambiente natural.

A Carta é uma compilação dos normativos anteriores, com atualizações, e já se encontra defasada em vários aspectos como a estrutura organizacional, novos espaços e serviços oferecidos. Os espaços de visitação, os canais de comunicação e o serviço de visitação estão contidos na CSJBB, associado às Normas de Conduta para Visitação.

3.4.2.1 Espaços históricos

A Alameda das Nações e dos Estados foi planejada para representar os vínculos que unem a federação brasileira e as conexões de amizade entre o Brasil e as nações amigas. Em sua extensão encontram-se espécies endêmicas de várias partes do mundo, plantadas em parceria com representações diplomáticas dos países com os quais mantém relações políticas.

Imagem 1 – Alameda dos Estados e das Nações (Jardim Bíblico).



Fonte: Agência Brasília.

O Anfiteatro do JBB foi construído para a realização de eventos ao ar livre, integrado à Alameda das Nações e dos Estados. Possui uma coleção formada por árvores de Pinus e Eucaliptos, plantadas quando o local ainda era a Estação Florestal. No momento, uma licitação encontra-se em andamento para revitalização do espaço.

Imagem 2 - Anfiteatro JBB.



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

O mirante é uma estrutura histórica da instituição, construído ainda no tempo em que o local era uma Estação Florestal. Ao seu redor foi construído o Centro de Excelência de Estudos sobre o Cerrado – CEEEX. Inaugurado em 2015, é um espaço multiuso voltado ao desenvolvimento de atividades científicas e culturais. O ambiente é composto por auditório, galerias, biblioteca, banheiros e lanchonete.

Imagem 3 – CEEEX



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

3.4.2.2 Trilhas

O Circuito de Trilhas do JBB é formado por três vias principais, entrecortadas por pequenos caminhos. A maior delas, que percorre todo o

trajeto interno do JBB – trilha mater – é a única asfaltada. As trilhas possuem extensão de 3 a 4,5 km e seu percurso é dividido entre pedestres, ciclistas e motoristas.

A trilha ecológica, que possui 4.565 km para percorrer em estrada de terra. É muito utilizada para as visitas guiadas da educação ambiental. Possui trechos de menor tamanho e encontra-se acessível aos visitantes. Ainda sem sinalização e sem medição da distância, a Trilha Acessível é a menor do parque e é toda calçada. Feita para que pessoas com deficiência locomotora possam acessar as coleções próximas do centro de visitantes, ela é a indicada para pessoas idosas e cadeirantes.

3.4.2.3 Jardins temáticos

O JBB possui jardins para diferentes finalidades: experiências estéticas, sensoriais, contemplativas, educação ambiental e educação científica. Estão organizadas como coleções temáticas, divididas em coleções *in situ* e coleções *ex situ*.

Jardim de Cheiros

O Jardim de Cheiros ou Jardim Sensorial promove a interação dos visitantes com a natureza por meio do estímulo dos sentidos. Foi concebido para abrigar coleções de plantas organizadas por suas características medicinais, aromáticas e condimentares.

Imagem 4 – Jardim de Cheiros.



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

Jardim Japonês

O Jardim Japonês é um espaço paisagístico que integra a relação entre elementos naturais modelados pela ação humana; simboliza a busca pelo espiritual na natureza, conforme as crenças espirituais das sociedades do Extremo Oriente.

Imagem 5 – Jardim Japonês

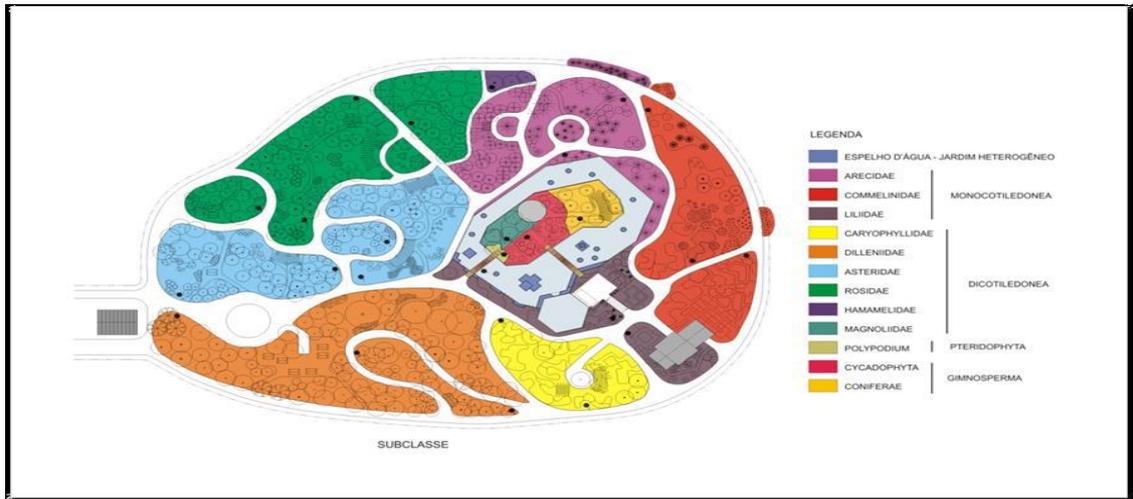


Fonte: <http://www.olhardeviajante.com.br>

O Jardim Evolutivo apresenta um modelo científico de organização das plantas a partir de sua evolução no planeta. Baseado no modelo filogenético²³ do botânico norte-americano George L. Stebbins, as plantas estão organizadas em uma espiral evolutiva, com gradação de evolução do centro para a periferia. Como instrumento didático-pedagógico para o ensino de Botânica e Evolução, representa uma sala de aula ao ar livre.

²³ Modelos filogenéticos são propostas pedagógicas para o ensino sobre a evolução das plantas no planeta. O JBB adota o modelo do botânico George L. Stebbins.

Imagem 6 – Modelo filogenético de Stebbins utilizado no JBB.



Fonte: Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.

Imagem 7- Jardim Evolutivo organizado de acordo com o modelo filogenético de Stebbins.



Fonte: <http://www.brasilianatrilha.com.br>

Jardins de Contemplação

Representam a Mata Atlântica, o Cerrado, os Pampas, a Floresta Amazônica, a Caatinga e o Pantanal, por meio de espécies vegetais de diferentes biomas, tornando possível observar a riqueza da biodiversidade brasileira.

Educação Ambiental

Espaços que se conectam, formados pela Casa de Permacultura, Biblioteca da Natureza, Horto Medicinal Linda Styer Caldas e Cactário são alguns dos espaços apropriados para as atividades de Educação Ambiental – EA. Em conjunto com dois jardins paisagísticos - Jardim de Cheiros e Jardim de Contemplação - formam o Circuito Integrado de Educação Ambiental. Outros espaços também são utilizados para as atividades de EA.

Imagem 8 – Biblioteca da Natureza e Casa de Permacultura.



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

3.4.2.4 Centro de Visitantes

Para atendimento aos visitantes espontâneos, o JBB possui um Centro de Visitantes que se encontra localizado na área central do JBB. Composto pelo Salão de Exposições, banheiros, bebedouro, estacionamento e restaurante, é o local destinado à recepção e atendimento do público em geral.

O Salão de Exposições é alugado eventualmente para atividades de terceiros, que montam a infraestrutura dos eventos e de comunicação e informação. O espaço não possui equipes de recepção, nem mapas ou folders informativos para acolhimento dos visitantes.

Imagem 9 – Centro de Visitantes JBB e área de piquenique do restaurante Jardim Bom Demais.



Fonte: <http://www.brasilianatrilha.com.br>

3.4.2.5 Outros espaços

O Espaço Oribá é constituído por mesas e bancos de madeira, além de redários, uma oca e parquinho infantil, dispostos entre os pinheiros. Foi criado para ser ponto de recepção da equipe de educadores ambientais às escolas que visitam o JBB durante a semana. Aos poucos, visitantes de final de semana foram se apropriando do espaço para eventos sociais como aniversários, grupos de jogos, piqueniques, encontros em geral.

Imagem 10 – Área de piquenique JBB (Espaço Oribá).



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

O Bosque de Kyoto é formado por espécies nativas do Cerrado, plantadas para representar o apoio do JBB à ratificação do Protocolo de Kyoto pelo Brasil. O tratado é fruto de um acordo internacional para a redução da emissão de gases do efeito estufa.

As estufas são espaços destinados a aclimatar e exibir aos visitantes as coleções vivas de plantas exóticas conservadas para estudos científicos e exposição pública. O orquidário, o cactário e as estufas de bromélias, de aráceas, de samambaias, de suculentas, de plantas aquáticas e dos polinizadores somam juntos mais de três mil espécies (Agência Brasília, 2017).

O Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH é constituído por uma coleção de *exsiccatas*, acondicionadas para finalidades científicas, educativas e de intercâmbio botânico. As espécies coletadas, herborizadas e inventariadas formam um acervo de aproximadamente 31.000 plantas, com predomínio das espécies do Cerrado.

Além das plantas herborizadas (*exsiccatas*), o HEPH também possui mais duas coleções científicas para apreciação pública: carpoteca e xiloteca. A primeira é constituída de frutos armazenados a seco ou em meio líquido, organizados cientificamente, ou seja, de acordo com família e gênero. A segunda é constituída por amostras de madeiras catalogadas e armazenadas.

Imagem 11 – Herbário JBB.



Fonte: Jardim Botânico de Brasília.

3.4.3 Canais de comunicação

O JBB possui canais de comunicação com o público. Desde vias formais como atendimento telefônico, e-mail e sítio institucional, ouvidoria, como vias informais de comunicação como Facebook e Instagram, são instrumentos de diálogo destinados a atingir os diferentes tipos de visitante que utilizam os serviços do JBB.

Para gerenciar essa dinâmica comunicacional, existe uma Assessoria de Comunicação na estrutura administrativa do JBB, ligada à Diretoria Executiva. No caso da Ouvidoria, um (a) servidor (a) efetivo (a) encontra-se oficialmente nomeado (a) para assumir as funções de Ouvidor (a).

O JBB disponibiliza atendimento telefônico e por correio eletrônico durante a semana, na Diretoria Executiva. A Ouvidoria Pública possui três formas de atendimento ao cidadão: presencial, no endereço eletrônico www.ouvidoria.df.gov.br e por meio do telefone 162 (Brasília, 2015b).

A Ouvidoria setorial do JBB está localizada dentro da Diretoria Executiva, sem sala específica para o desenvolvimento de suas atividades. No caso do Ouvidor, não há local para atender o cidadão com privacidade. Não há urnas disponíveis nas áreas de uso público. A Administração do JBB encontra-se em localização de acesso restrito, cuja entrada é permitida somente a pessoas autorizadas.

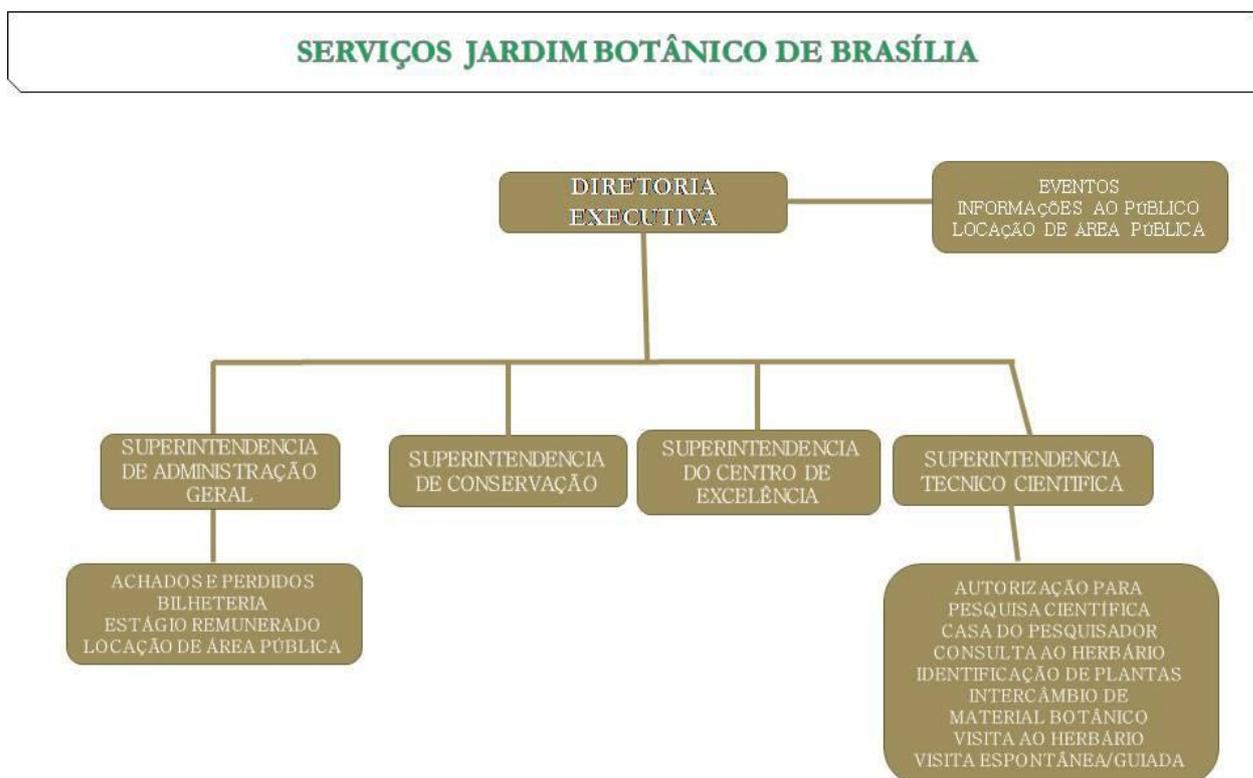
O sítio institucional oferece um apanhado organizado das informações sobre o JBB, tais como mapa do local, horário de funcionamento, história, contatos, notícias sobre eventos, espaços de visitação, parcerias e informações sobre a biodiversidade regional. No sítio também estão disponíveis documentos importantes como o Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília e a Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília – CSJBB, para consulta e download.

Quanto às redes sociais, o JBB possui página no Facebook e no Instagram, utilizadas para divulgar a instituição. Nessas mídias são postadas fotos de exemplares da biodiversidade local, e eventualmente para divulgação de algum evento que ocorrerá no JBB. Não há informes sobre o JBB como instituição, serviços oferecidos, normas de conduta ou algo dessa natureza.

3.4.4 Serviço de visitação

Conforme informações encontradas na Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília (2015a), os serviços oferecidos pelo JBB ao público estão divididos de acordo com as competências das superintendências (Decreto nº 38.289/2017). Para os fins desta pesquisa, interessa-nos o serviço de visitação.

Organograma 4 – Serviços oferecidos pelo JBB, distribuídos por superintendência.



Fonte: Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília, 2015.

Toda visita a jardins botânicos possui como intenção a sensibilização do público para a importância da conservação ambiental. A educação ambiental é uma missão mundial de jardins botânicos, sendo a sua faceta mais visível junto ao público em geral (BGCI, 2015). As diretrizes para planejamento e atuação da Educação Ambiental no JBB estão estabelecidas no Programa de Educação Ambiental – PEA/JBB.

O PEA/JBB tem caráter não formal, é prioritário e reconhecido como elemento estruturante para a construção da identidade deste ambiente. Suas ações destinam-se no âmbito educativo à integração de saberes e participação social para proteção e conservação deste Jardim Ecológico (Brasília, 2010b, Tomo 6, p. 19).

A Superintendência Técnico-Científica – SUTEC é responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas e atividades direcionados à Educação Ambiental. A Gerência de Educação Ambiental do JBB é responsável pelo atendimento a estudantes de escolas públicas e privadas, de modo a utilizar o Cerrado como espaço de educação não formal.

O serviço de visitação do JBB está dividido em duas categorias: visitas orientadas e autoguiadas (espontâneas). A visitação orientada é oferecida para escolas, instituições públicas, privadas e grupos organizados, com agendamento prévio, em grupos de 10 a 45 pessoas, de terça a sexta-feira, no horário de funcionamento do JBB (Brasília, 2015b).

As visitas orientadas e autoguiadas têm como finalidade *promover a transformação das atitudes e da relação humana com o meio ambiente e a sociedade por meio da integração de saberes na convivência com o Cerrado, utilizando os diferentes espaços de interação entre os visitantes e a natureza* (Brasília, 2015b, p. 29).

A visitação é destinada a *professores, estudantes, idosos e portadores de necessidades especiais, agentes comunitários, produtores rurais, gestores governamentais, comunidade científica e comunidade em geral* (Brasília, 2015b, p. 29).

Ao chegar ao JBB, os grupos agendados são recepcionados e conduzidos aos espaços de visitação para atendimento, mediados pela equipe de Educação Ambiental. Em 2016 as visitas guiadas atenderam entre instituições públicas, particulares e atendimentos especiais, cerca de 35.000 crianças (Distrito Federal, 2017).

O registro dessas visitas é feito por meio de fotos, listas de escolas, questionários eventualmente respondidos por professores e com base nas informações obtidas para o agendamento da visita. Restringe-se aos aspectos quantitativos da visitação, ou seja, números de estudantes por grupo de visita.

A visitação ao herbário ocorre somente durante a semana, às quartas e sextas-feiras, com agendamento prévio, limite para grupos de até 15 pessoas e destina-se a professores, pesquisadores, estudantes e ao público em geral. Tem por finalidade *apresentar à sociedade a importância das atividades desenvolvidas em um herbário, a fim de conscientizá-la sobre a importância dos herbários para a conservação da biodiversidade existente na natureza* (Brasília, 2015b, p. 28).

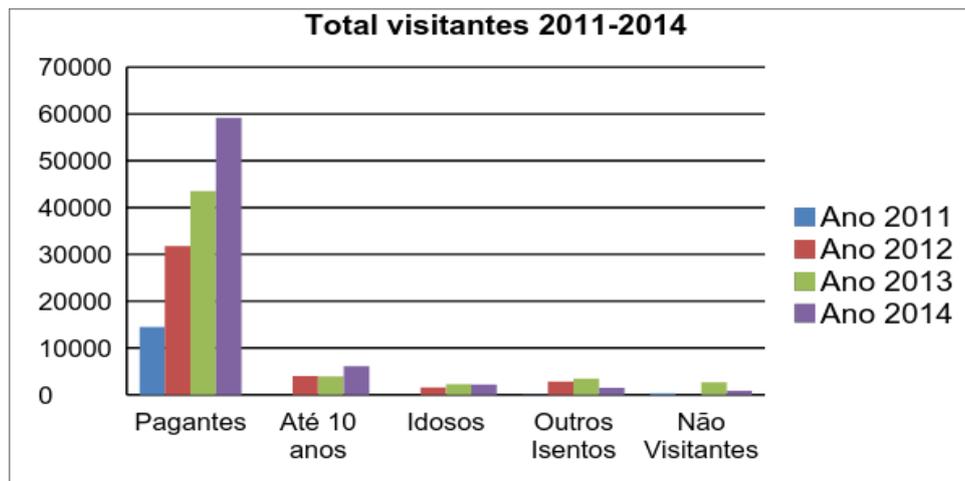
As visitas autoguiadas ou espontâneas não necessitam de prévia marcação para sua ocorrência. Não há acompanhamento aos visitantes fora do atendimento da Educação Ambiental. São visitantes espontâneos aqueles que frequentam o JBB sem fazer agendamento prévio, nos dias e horários abertos ao público.

Antes deste estudo, foram elaboradas três investigações sobre visitação espontânea no JBB. No ano de 2010, no contexto da elaboração do Plano Diretor do JBB, uma pesquisa qualitativa foi realizada com 137 frequentadores, a fim de conhecer os visitantes (Silva, 2017).

Os dados obtidos em 2010 possibilitaram mapear o seguinte perfil de visitante: idade entre 21 e 40 anos, nível superior completo, residentes no DF, apresentados ao JBB por família e amigos, motivados a fazer a visita em busca de lazer junto à natureza e atrações culturais realizadas no local, com ênfase nos espaços próximos ao Centro de Visitantes (Silva, 2017).

Em 2014 foi elaborado o Relatório para Transição de Governo contendo todas as ações da SUTEC/JBB entre os anos de 2011 e 2014. Nele encontramos uma pesquisa realizada junto aos visitantes espontâneos.

Gráfico 1 – Total de visitantes entre 2011 e 2014.



Fonte: Relatório de Transição de Governo JBB 2011 – 2014.

O gráfico apresenta a dinâmica da visitação entre os anos de 2011 e 2014, com base nas categorias pagante até 10 anos, idosos, outros isentos e não-visitantes. Apesar de sabermos que a contagem de entrada de público não pagante é inadequada, dada a precisão dos dados do público pagante - cujos números são oriundos da arrecadação de bilheteria – podemos afirmar que o aumento da visitação é uma informação de fácil entendimento.

Em 2016, registros de bilheteria informam sobre a entrada oficial de 108.927 frequentadores, o que corresponde a uma média de 9.000 visitantes por mês. As pesquisas de público e de opinião são eventuais. Não existe uma rotina de monitoramento da visitação, tampouco uma metodologia específica para a contagem do público não pagante. Quanto ao público pagante, não há como distinguir visitante espontâneo de visitante guiado.

Não há dados disponíveis sobre origem, idade, proveniência, frequência, conhecimento prévio sobre o JBB e sobre jardins botânicos em geral, se são residentes ou turistas. *Devido à falta de sistematização desse campo, as metodologias são alteradas conforme a necessidade de realização de uma nova pesquisa de público (Silva, 2017).*

O espaço destinado ao acolhimento do público espontâneo é o Centro de Visitantes, onde estão localizados a sala para exposições, banheiros, restaurante e estacionamento. Entretanto, não há atendentes, mapas, folders

informativos distribuídos de forma contínua ou qualquer mecanismo de comunicação. Durante os finais de semana, um (a) servidor (a) assume a função de “chefe de plantão”, tornando-se o (a) responsável por todas as intercorrências possíveis.

Não há acompanhamento sistematizado aos visitantes fora do atendimento da Educação Ambiental. O JBB não possui um setor responsável pela visitação espontânea em sua estrutura administrativa. Não há uma área que coordene ações específicas para lazer e turismo. Como afirma Silva (2017)

Baseado no Plano Diretor (2010) e na entrevista (Soares, 2016), para o público espontâneo, foco deste trabalho, nenhuma atividade é desenvolvida especificadamente para eles. Somente quando há exposições externas, sediadas no espaço do JBB, porém executadas por outras instituições ou grupo, acontece uma mediação ou foco nesse tipo de público específico. Contudo, essas ações ficam a cargo do responsável pela exposição. Não existe mecanismos de monitoramento e controle da entrada e uso desse espaço pelo JBB (p. 65).

Silva (2017) desenvolveu pesquisa acadêmica sobre a relação entre o visitante espontâneo do JBB e sua compreensão dos espaços expositivos do Circuito de Educação Ambiental, Orquidário e Jardim Evolutivo. As conclusões informam sobre uma experiência agradável de visitação, mas sem comunicação com o conhecimento produzido e disseminado por jardins botânicos.

Os visitantes entrevistados responderam a dois questionários e, em sua maioria, não compreenderam ou não souberam explicar o que os espaços escolhidos representavam, a sua importância nem os conceitos que aqueles locais tentavam repassar. Logo, esses espaços do JBB não cumprem integralmente seu papel, pois apesar de expor, não consegue fazer com que o público compreenda o local e o que ali está exposto (p. 134 - 135).

A ausência de dados mais aprofundados sobre a visitação espontânea evidencia a importância de produzir pesquisas com foco nos visitantes, entender como se relacionam com a instituição e quais são suas demandas e expectativas acerca do JBB, além dos impactos decorrentes do aumento da visitação.

4. A VISITAÇÃO AO JBB: ANÁLISE DOS DADOS.

A maioria dos pesquisadores se vê buscando objetivamente explicação e compreensão. Eles sentem calafrios se alguém diz que eles são parciais ou muito subjetivos. Muitos de seus próprios mentores já disseram que 'a pesquisa deve ser livre de valores', mas quase ninguém hoje acredita que o pesquisador social possa desenvolver seu trabalho sem empregar valores pessoais (Stake, 2011, p. 218).

4.1 Representações do lazer entre os visitantes dos JBB

O valor dado ao lazer é relativo. Fatores como escolaridade, gênero, idade e renda influenciam as escolhas dos atores e a produção de suas representações (Pronovost, 2011). As práticas culturais são determinadas, em grande parte, pelas trajetórias educativas formais e não formais, que se colocam como socializadoras dos agentes (Bourdieu, 2011).

4.1.1 Categoria *Eu, visitante*.

O perfil dos visitantes de jardins botânicos em geral varia de acordo com a história, a localização e as redes de relações daquela instituição com a cidade na qual se encontram inseridas. O perfil dos visitantes do JBB que participaram desta pesquisa é formado por pessoas com alto grau de escolaridade, idade média entre 31 e 40 anos, alto poder aquisitivo, moradores de bairros de classe média do Distrito Federal e em maior parte, por mulheres.

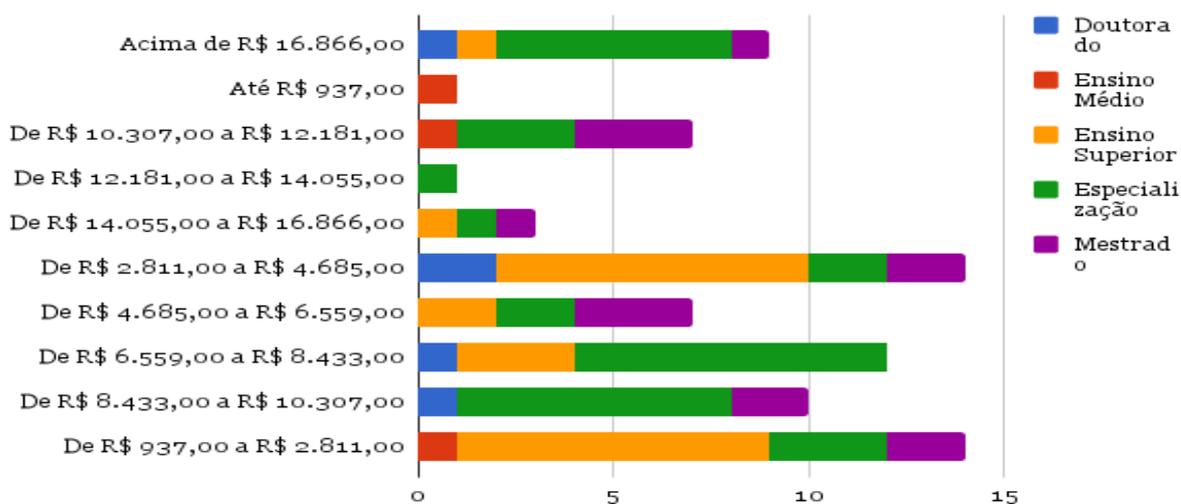
4.1.1.1 Perfil socioeconômico

No caso desta pesquisa, o público espontâneo do JBB é composto por sujeitos com alto grau de escolaridade, compilados nesta amostra por 94% de graduados, dentre os quais 66% são pós-graduados, distribuídos entre as titulações de especialização (42,3%), mestrado (17,9%) e doutorado (6,4%).

O perfil ocupacional é predominantemente de servidores públicos, no percentual de 52,6% em relação às demais opções apresentadas. Os profissionais liberais aparecem em segundo lugar, com 10,3% de respostas enquanto 19% apontaram outros tipos de ocupação.

Constatamos uma variação na ocorrência da renda dos visitantes entre um e cinco salários mínimos com 35,8%, seguido pelo intervalo entre sete e onze salários mínimos com o percentual de 28,2% e ainda, 11,5% de respondentes com remuneração acima de 17 salários mínimos. O gráfico abaixo aponta a correlação entre renda e escolaridade.

Gráfico 2 – Relação Escolaridade X Renda



Fonte: Pesquisa sobre visitação ao Jardim Botânico de Brasília – JBB, 2017.

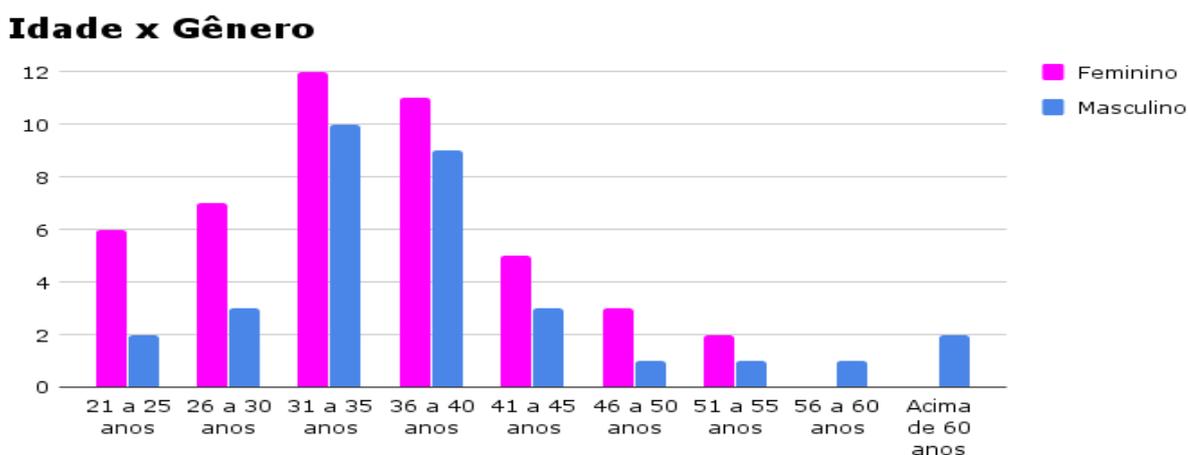
Encontramos aspectos comuns entre as pesquisas realizadas em 2010, 2016 e a atual. Dentre eles está a predominância do público feminino, residência no Distrito Federal, apresentados ao JBB por família e amigos, alto grau de escolaridade e visitação majoritariamente aos finais de semana (Brasília, 2014; Silva, 2016). Encontramos semelhanças também no que diz respeito às motivações das visitas: lazer e sociabilidade.

4.1.1.2 Relação entre sociabilidade e gênero

A presença feminina predomina entre esses visitantes, com 59% de mulheres em comparação ao percentual de homens, correspondente a 41% do total de visitantes. Ao correlacionar idade e gênero, observamos que 29% das mulheres que visitam o JBB encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos, seguida por 16% com idade entre 21 e 30 anos. As mulheres entre 41 e 55 anos representam 12% dentre as visitantes.

Quanto aos visitantes do sexo masculino, 24% encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos, seguido por 6,4% com idade entre 21 e 30 anos. Os homens entre 41 e 55 anos representam 12% dos visitantes. O público espontâneo do JBB, entre mulheres e homens, encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos de idade.

Gráfico 3 – Relação entre idade e gênero dos visitantes.



Fonte: Pesquisa sobre visitação ao Jardim Botânico de Brasília – JBB, 2017.

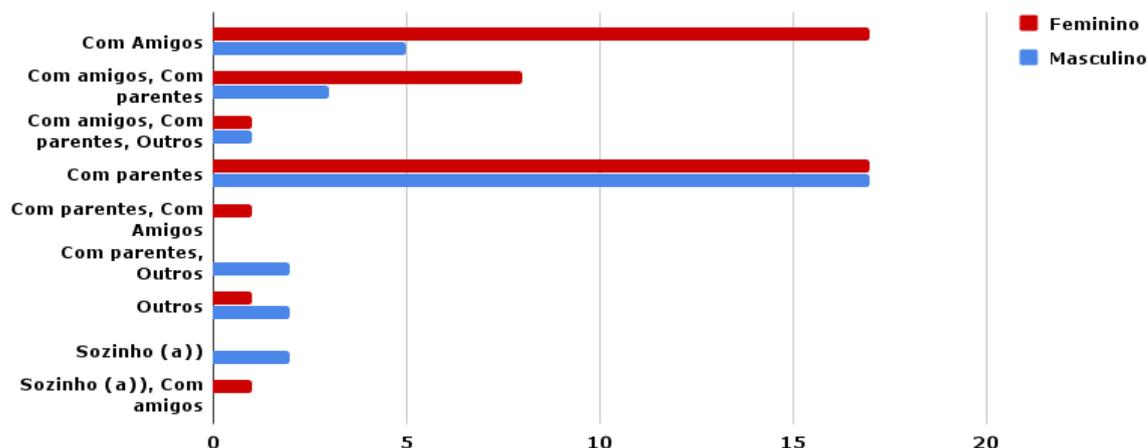
Ao serem indagados sobre seus acompanhantes, 66% dos visitantes entrevistados responderam que, em sua maioria, costumam ir ao JBB com parentes, seguido por 28% que apontaram os amigos como seus acompanhantes. É na interação com amigos e parentes que se sabe da existência do JBB. Os visitantes apontam que 44,8% descobriram o JBB graças aos amigos e 15% foram informados por parentes. A divulgação espontânea ocorre na rede de relações pessoais.

Ao correlacionar gênero e tipo de companhia, queremos conhecer quais são os arranjos sociais envolvidos na visitação. Esses dados permitiram observar o tipo de sociabilidade, que se apresenta predominantemente como parental. Entretanto, mulheres e homens comportam-se de forma distinta.

O gráfico abaixo apresenta os visitantes e seus acompanhantes separados por gênero. As mulheres frequentam o JBB com amigos na proporção de 21% e com parentes também na proporção igual a 21%. Quanto

aos homens, 21% deles visitam o JBB acompanhados predominantemente por parentes, seguidos por 6,4% que informaram estar na companhia de amigos.

Gráfico 4 – Relação entre gênero e visitação.



Fonte: Pesquisa sobre visitação ao Jardim Botânico de Brasília – JBB, 2017.

4.1.1.3 Dinâmica da visitação

Ao pensar no lazer sob a ótica dos conteúdos culturais do lazer²⁴, eles constituem um todo interligado; são interdependentes, distinguem-se pela predominância de um tipo sobre os outros. Essa seleção é subjetiva, o que evidencia uma das características das atividades de lazer - a escolha (Marcellino, 2002).

Entre os visitantes desta pesquisa, os conteúdos culturais do lazer possuem como característica predominante a sociabilidade, expressa pela busca das interações sociais na visitação. O interesse cultural está centrado no contato entre as pessoas, sejam amigos e/ou parentes.

Como podemos observar, os dados apontam para o predomínio das formas de associação e sociabilidade na visitação ao JBB. Dumazedier (1999) aponta que o lazer não existe somente em oposição ao trabalho, mas em

²⁴ As atividades de lazer despertam interesses pluridimensionais acerca de seus conteúdos. O interesse por um tipo ou vários tipos de atividades é definido como o *conhecimento que está enraizado na sensibilidade, na cultura vivida* (Dumazedier, p. 110). São conteúdos culturais das atividades de lazer os interesses físicos, manuais, intelectuais, artísticos e sociais (Dumazedier, 1999). Camargo (1986) acrescentou os interesses turísticos.

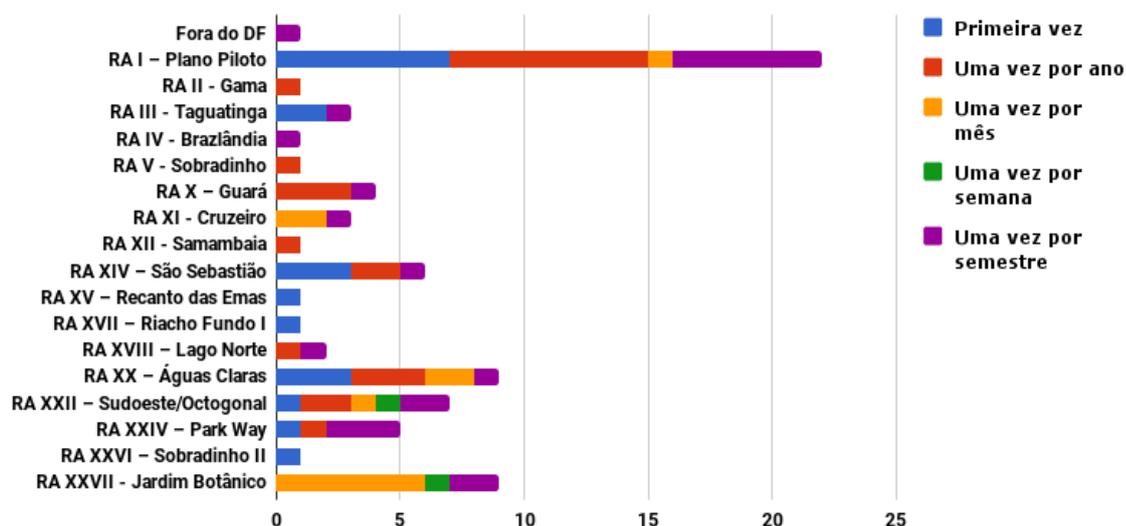
oposição a qualquer tipo de obrigação social, sejam familiares, religiosas ou sociopolíticas.

Pronovost (2011) questiona essa oposição ao apontar que existem nuances a serem observadas na relação. As interações familiares tanto podem promover lugares de sociabilidade quanto tempos de obrigações. A convivência familiar pode ou não estar ligada ao lazer. No caso do JBB, a correlação com o lazer é direta.

A presença de amigos e parentes informa sobre a importância das vivências de lazer no grupo. Homens e mulheres reforçam a predominância da companhia de parentes na visitação. Enquanto as mulheres dividem-se entre amigos e parentes como companhias, os homens encontram-se fundamentalmente vinculados aos parentes. Há forte associação entre lazer e as interações familiares. A visita está atrelada à presença familiar.

Ao serem questionados sobre a frequência das visitas, observamos que a periodicidade está polarizada entre aqueles tem sua primeira vivência e os que fazem visitas esporádicas ao local. Ao entrecruzar as informações sobre local de residência e frequência das visitas, jogamos luz sobre a relação entre origem dos visitantes e frequência da visitação. Em contrapartida, também possibilita vislumbrar a relação com as áreas circunscritas, a vizinhança.

Gráfico 5 – Frequência de visita X Local de residência



Fonte: Pesquisa sobre visitação ao Jardim Botânico de Brasília – JBB, 2017.

Os visitantes entrevistados residem majoritariamente na Região Administrativa de Brasília – RA I: 28,2% informaram esse local de residência, seguidos por Jardim Botânico – RA XXVII com 11,5%, Águas Claras – RA XX, também com 11,5%, Sudoeste/Octogonal com 9% e São Sebastião, no total de 7,7%. O JBB faz parte do repertório de lazer dos visitantes espontâneos, como podemos observar nos percentuais da tabela 17, que apresenta uma visita por mês (15,4%), uma visita por semestre (26,9%) e uma visita por ano (29,5%). Observemos a regularidade da visitação desses frequentadores.

O JBB faz parte do repertório de lazer desses visitantes espontâneos. Apesar de ser a maioria (28,2%), os moradores de Brasília frequentam o JBB de forma não homogênea. Entre eles, 9% relatam ser sua primeira incursão ao local, enquanto 1,2% vão uma vez por mês, 7% informam ir ao JBB uma vez por semestre e 10% fazem a visita uma vez por ano.

Os residentes da RA Águas Claras aparecem em segundo lugar, empatados com os moradores da RA Jardim Botânico, ambos com 9 visitantes cada. Para a RA Águas Claras 3,8% informam ser sua primeira visita, 2,5% fazem visita mensal, 1,2% visita semestral e 3,8% visita anual. Dos 9 respondentes da RA Jardim Botânico, 7,6% frequentam o local todo mês, enquanto 2,5% visitam uma vez por semestre e 1,2% uma vez por semana.

Os moradores da RA Sudoeste/Octogonal nos informam que a regularidade de suas visitas ao JBB encontra-se no percentual de 1,2% para a primeira visita, 1,2% para visita semanal, 1,2% para visita mensal, 2,5% para visita semestral e 2,5% para visita anual.

Juntos, os frequentadores que residem nas proximidades do JBB – nas RAs Jardim Botânico e São Sebastião - somam 19,2% dos visitantes. Quanto à primeira visita, o gráfico nos informa o percentual de 3,8% de novos visitantes advindos de São Sebastião e 1% frequentam o JBB uma vez por semestre e 2,5% uma vez por ano.

Em suma, a maioria dos visitantes espontâneos entrevistados vive no Distrito Federal e mora fora da circunscrição do JBB no percentual de 80,8%. Ao pensar na regularidade de suas visitas, em perspectiva com as modalidades

de frequência disponíveis para escolha, os visitantes mais regulares são os moradores da RA Jardim Botânico. Nesse contexto, o JBB assume o papel de parque de bairro.

Interessante observar a dinâmica espacial que envolve o JBB. A instituição está oficialmente localizada na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI. Faz fronteira com a Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII e encontra-se próximo a Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

As RAs XXVII e XIV, que possuíam características de zona rural, passaram por um significativo processo de urbanização e intenso crescimento populacional nos últimos vinte anos. Em toda a região, a única área verde aberta à visitação, de natureza pública, voltada ao lazer, entre outras finalidades, é o Jardim Botânico de Brasília – JBB.

Quanto à diversidade de locais de proveniência dos visitantes e ao alto número de novos visitantes, podemos inferir que o aumento da visitação ao JBB, ocorrido entre os anos de 2012 e 2016, continua em processo de expansão, dado o percentual de 25,6% de frequentadores que, ao participar desta pesquisa, informaram ser sua primeira estada. Essa informação nos leva à questão do acesso.

É unânime entre os entrevistados que o acesso ao JBB é difícil, mesmo em veículo individual. Não há placas de sinalização que indiquem como chegar à via principal onde se localiza o JBB. O transporte coletivo na região está restrito a três linhas.

Não há roteiro nos ônibus de circulação turística que tenha o JBB como parte de sua rota. Apesar de constar nos roteiros de turismo da cidade, acesso ao JBB depende primordialmente do próprio visitante. Todas essas características restringem o acesso a grupos sociais com alto poder aquisitivo e condições próprias de mobilidade.

4.1.2 Categoria *JBB como espaço de lazer*

A categoria *JBB como espaço de lazer* foi construída no intuito de desvelar as concepções envolvidas na classificação do JBB como espaço de

lazer por seus visitantes. É na confluência dessas concepções que buscamos compreender as motivações e significados da visita e as interações envolvidas.

Pinto (2004) argumenta que o tempo de lazer é vivido nas experiências da vida cotidiana, onde os sujeitos se constituem e *negociam experiências de alegria como prática de liberdade, buscando o reconhecimento de si, do outro e com o outro pelas experiências construídas coletivamente* (p. 6). Todas as opções apontadas pelos visitantes referem-se à sociabilidade como forma de fruição do lazer.

O que os entrevistados entendem por lazer? 35% apontam o descanso e o relaxamento como o significado do lazer, enquanto 27% enfatizam a ausência de obrigações/ócio/prazer e 16% vinculam lazer à sociabilidade. O que fazem os visitantes em seus momentos de lazer? A convivência com amigos e família é a mais citada, com 21% de respostas, seguida por filmes, com 15%. A visita a parques é a terceira opção entre os visitantes, com 13% de preferência.

Eles compreendem que jardins botânicos estão ligados à conservação de plantas e à preservação/conservação da natureza em geral, com 22% de repostas, cada. Quando se referem às finalidades de jardins botânicos, as co-ocorrências mais frequentes são preservação/conservação (39%), pesquisa/estudos científicos (16%), lazer (12%) e contato com a natureza (8%).

Ao serem questionados sobre a motivação das visitas ao JBB, 54 % dos entrevistados apontaram o lazer como a finalidade de frequentar o JBB. No JBB, 25% dos visitantes fazem piquenique, 21% interagem com amigos e familiares, 15% optam por passeios e caminhadas, 12% vão ao restaurante e 9% contemplam o lugar. A área aberta de piquenique (88%) e o restaurante (74,5%) são os espaços mais conhecidos pelos visitantes.

Quanto aos espaços preferidos dos visitantes, 33% escolheram a área de piquenique, 16% optaram pelo Jardim Japonês, enquanto trilha e restaurante são citados na mesma proporção de 13%. O orquidário é apontado por 7% dos frequentadores.

Um dado interessante observado nas entrevistas é que os visitantes pouco sabem sobre a história do JBB. Ao serem questionados sobre o que

conhecem, as respostas giraram em torno de pouco (30%), lazer/turismo/visitação (20%) e preservação/conservação (19%).

4.1.3 Categoria *Comunicação com o JBB*

A categoria *Comunicação com o JBB* destina-se a identificar como os visitantes se comunicam com a instituição. Para isso, as questões 12 a 24 foram elaboradas com o intuito de abarcar todas as possíveis formas e finalidades de acesso à informação e os mecanismos de contato com a instituição.

Para atender às finalidades desta pesquisa, o termo comunicação refere-se a todas as formas de acesso à informação relevante sobre a instituição, seja por meio de divulgação espontânea ou pública/institucional. Queremos saber como os entrevistados se informam e se comunicam com o JBB.

Entre os visitantes que responderam à pesquisa 66,7% dizem que não buscam informações sobre o JBB antes de fazer a visita. Em contrapartida, 33% dos frequentadores procuram informar-se sobre a instituição, seus espaços e serviços oferecidos.

Quanto ao conhecimento e apropriação que os visitantes fazem dos mecanismos de comunicação com o JBB, são questionados quanto ao conhecimento de documentos normativos e à utilização dos canais de comunicação institucional tais como site, comunidade do Facebook, Carta de Serviços, Normas de Conduta, Ouvidoria Pública e material informativo. A maioria desconhece os documentos e/ou nunca utilizou quaisquer dos canais citados.

O acesso à programação de atividades do JBB ocorre por diversos meios. Entretanto, os visitantes que responderam a esta pesquisa informam não ter acesso prévio ao que ocorre no JBB, no percentual de 47,4% dos respondentes. Mais uma vez é a rede de relações pessoais que se sobrepõe a qualquer mecanismo de divulgação, invisíveis aos visitantes.

O conhecimento dos visitantes sobre as atividades desenvolvidas no JBB apontaram para várias delas, com destaque para a visita ao herbário

(46,85), da educação ambiental (25,3) e da gestão de coleções botânicas (21,5%). Os entrevistados, que frequentam o JBB majoritariamente aos finais de semana, não têm acesso a esses serviços. A visitação ao herbário e a visita guiada estão disponíveis apenas durante a semana.

A visitação às coleções acontece sem qualquer tipo de mediação. Apesar de saberem da existência dos serviços e atividades desenvolvidos no JBB, os visitantes não os usufruem. Todos os serviços são oferecidos somente durante a semana, o que inviabiliza seu acesso.

4.2 O não diálogo entre o JBB e seus visitantes

As modernas funções institucionais dos jardins botânicos estão ligadas à conservação ambiental e à educação e sensibilização dos visitantes para a importância da proteção à biodiversidade. Em consonância com as orientações internacionais para gestão de jardins botânicos, a missão institucional do JBB, expressa em seu Plano Diretor, envolve a criação e gestão de coleções botânicas, desenvolvimento de pesquisa, educação ambiental e lazer.

O JBB possui como missão institucional a de *desenvolver pesquisas e tecnologia; promover a educação ambiental e lazer orientado para a conservação e preservação do Bioma Cerrado*. E como visão a de *Ser um centro de excelência do Bioma Cerrado* (Brasília, 2017).

As representações sobre lazer dos visitantes do JBB estão organizadas em três categorias analíticas: perfil dos visitantes, JBB como espaço de lazer e comunicação com o Jardim. Como essas representações dialogam com as funções institucionais do Jardim Botânico de Brasília?

O público do JBB possui acesso a uma diversidade de formas de lazer, dadas as condições socioeconômicas. Entretanto, compreendemos que renda não é o elemento predominante para interpretar esse contexto. A variável escolaridade, em se tratando desta pesquisa, desvela muito mais sobre os visitantes e sua relação com o JBB.

O público espontâneo entrevistado é formado por sujeitos com acesso à educação formal. Ao pensar nesse público, observamos que a função institucional de educação é pouco ou nada trabalhada. A Educação Ambiental

(EA), como uma das funções institucionais de jardins botânicos, tanto como campo teórico quanto na motivação para práticas cotidianas é apropriada de diferentes formas por sujeitos e grupos.

O Plano Diretor JBB (2010) apresenta o Programa de EA como uma proposta de educação não-formal, que adota como diretrizes a transdisciplinariedade, a práxica e ecoformação, a sustentabilidade socioambiental e a ecoeficiência. *Suas ações destinam-se no âmbito educativo à integração de saberes e participação social para proteção e conservação deste Jardim Ecológico* (Brasília, 2010b, p. 19).

Entende-se transdisciplinariedade como um diálogo entre diferentes tipos de saberes, apoiado por elementos lúdicos, afetivos e criativos. A práxica e a ecoformação tratam de formação de multiplicadores para a transformação social. A sustentabilidade ambiental pautada na ecoeficiência refere-se à aplicação dos princípios e práticas de gestão ambiental nas atividades institucionais.

A função institucional de educar para a conservação por meio da EA atinge apenas o público orientado/guiado do JBB. Não existem programas, projetos ou atividades desenvolvidas para o visitante espontâneo. De acordo com dados do Relatório Anual de Prestação de Contas do Governador do ano de 2016 o JBB atendeu em torno de 35.000 crianças e adolescentes nas ações de EA.

O mesmo documento informa que em 2016 o público espontâneo do JBB, com base na arrecadação de bilheteria, foi de 108.927 visitantes espontâneos, uma média de 9.000 visitantes por mês, concentrados nos finais de semana sem nenhum tipo de suporte ou monitoramento. Os espaços de visitação da área central encontram-se abertos. Entretanto, não há qualquer tipo de mediação junto ao público.

É por meio da função institucional de educação que os jardins botânicos se mostram para a sociedade como instituições únicas, peculiares. Quando essa função não alcança a visibilidade necessária nem os diferentes públicos para a qual foi – ou deveria – ser destinada, as funções de conservação e pesquisa tornam-se invisíveis.

Nenhuma estratégia mediadora é adotada na relação com o público espontâneo durante sua estada no JBB: não há monitoria para visitantes, não há material informativo, não há um sistema de placas adequado a uma linguagem leiga, não existem propostas de interpretação para as coleções e os espaços de visitação.

Essa ausência de interação pode ser observada na pesquisa de Silva (2017) sobre os espaços expositivos do JBB, tomando como exemplo a leitura dos visitantes sobre o Orquidário. *As informações não deixam claro o que representa aquele espaço e quais são as plantas que estão nele inseridas* (p.127).

Essa questão já havia sido observada por Troncoso (2003) na pesquisa desenvolvida para avaliar o sistema de sinalização gráfica da área de visitação e trilhas do JBB. Ao estudar a linguagem visual gráfica existente nos espaços de visitação, verificou-se a incompatibilidade entre os modelos já consolidados em áreas protegidas e o sistema implantado.

Verifica-se que o problema se repete em jardins botânicos de grande visibilidade. O estudo comparado realizado por Florez *et all* (2012) para analisar as linguagens utilizadas na comunicação com o público do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ e do Jardim Botânico José Celestino Mutis, em Bogotá – Colômbia revela o conflito comunicativo vivido entre essas instituições e seus visitantes, ao privilegiar o saber científico e sua linguagem sobre qualquer outra expressão do saber.

(...) apresenta-se o conflito dos jardins botânicos para comunicar seus conteúdos através do acervo e da expografia, especialmente com uma organização espacial das coleções que privilegia a linguagem científica sobre o saber leigo (p. 3).

Heywood (1987) aponta que com o tempo, muitos jardins botânicos ao assumir funções científicas como o incremento, a organização e a pesquisa laboratorial - coleções botânicas herborizadas - relegaram as coleções botânicas vivas, que são os atrativos para a visitação, a um segundo plano.

Acreditamos que essa característica ainda é fruto do passado recente dos jardins botânicos, que tinham suas funções institucionais vinculadas à produção científica - um típico espaço de ciência, com linguagem hermética e

preocupada com a produção de conhecimento, não com o seu compartilhamento.

Há certo grau de entendimento entre os visitantes de que os jardins botânicos são espaços de produção de pesquisa. Mas não há nenhum acesso à rotina da pesquisa, aos métodos, instrumentos e aos ambientes nos quais ela possa ser compartilhada com o público. A função institucional de pesquisa e sua linguagem estão em toda parte do JBB. A interação com essa forma de saber, não.

Gastal e Rocha (2016) desenvolveram pesquisa sobre o perfil do frequentador do Jardim Botânico de Caxias do Sul (RS). Os resultados obtidos apontaram para uma invisibilidade da função científica. Não é um problema isolado, mas uma questão a ser discutida nos processos de gestão de jardins botânicos.

Esse público espontâneo que frequenta o JBB aos finais de semana possui razoável conhecimento acerca das atividades desenvolvidas na instituição, apesar de expressar desconhecer os canais de comunicação, divulgação e de mediação existentes, sejam mecanismos de comunicação pública ou institucional.

Assim sendo, a categoria *Comunicação com o público* apresenta-se como um paradoxo, pois os visitantes conhecem os serviços sem conhecer/utilizar os canais de comunicação e divulgação que a instituição possui. O fator escolaridade pode explicar essa aparente contradição.

Esses visitantes expressaram conhecer as atividades desenvolvidas no JBB como a visita ao herbário (46%), a gestão de coleções botânicas (21%), visita orientada da EA (26%), pesquisa (16%) e lazer (12%). Entretanto, não possuem acesso a esses serviços pelo fato de que só estão disponíveis ao público durante a semana.

Os visitantes não foram questionados quanto ao conhecimento prévio sobre jardins botânicos nesta pesquisa. Entretanto, o perfil socioeconômico aponta que possuem acesso à educação formal, a outras modalidades de lazer como passeios e viagens e conseqüentemente, acesso à informação, o que

pode explicar o fato de trazerem algum conhecimento prévio sobre essas instituições.

Ao pensar o JBB como espaço de lazer, verificamos que os visitantes abordados nesta pesquisa possuem razoável conhecimento sobre o que é e qual é a finalidade dos jardins botânicos como ambientes de preservação, conservação e contato com a natureza e a diversidade botânica.

Há algo que é claro para os visitantes do JBB: a motivação para as visitas é o lazer. Ao reunir as opções lazer (35%) e lazer e contato com a natureza (33%), temos 68% dos respondentes abarcados nessas escolhas de resposta à questão *Porque você vai ao JBB?* A função institucional de lazer é reconhecida por seus visitantes.

Nas respostas dos visitantes acerca de sua compreensão sobre o que é lazer estão inseridas as várias concepções teóricas que permitem explicar o fenômeno: lazer como escolha, satisfação e prazer; como compensação para a rotina; como lugar da intimidade, do cultivo de si, lazer como necessidade humana, experiência vivida e significada, marcada por um tempo e um contexto sócio-histórico.

Questão 31: O que é lazer para você?

Momento de descanso e relaxamento (Visitante, Questionário 2).

Atividades prazerosas que não se fazem por obrigação (Visitante, Questionário 6).

Descanso do stress da cidade. ócio (Visitante, Questionário 9).

É tempo de qualidade para descanso da alma, não necessariamente do corpo também (Visitante, Questionário 16).

É descansar e mudar o foco mental para atividades relaxantes e prazerosas (Visitante, Questionário 22).

Passar um tempo livre fazendo o que dá prazer (Visitante, Questionário 26).

Ter momentos afastados da realidade do dia-a-dia em um local agradável (Visitante, Questionário 73).

Sair da rotina diária (Visitante, Questionário 84).

Se pensarmos nos sentidos adquiridos pelo lazer ao longo de sua trajetória histórica de formação como fenômeno, descansar e relaxar junto à natureza teriam o significado de contemplação. No contexto do JBB especificamente, descansar/relaxar possui forte aproximação com a ideia de sociabilidade. Ao serem questionados sobre o que fazem durante a visita, 25% dos entrevistados deram respostas que se referem a algum tipo de interação social.

Questão 33: O que você faz durante sua visita ao JBB?

Fui ao bistrô tomar café da manhã com os amigos (Visitante, Questionário 12).

Almoço e converso com as pessoas (Visitante, Questionário 13).

Brinco com minhas crianças; faço caminhadas e fazemos piquenique (Visitante, Questionário 17).

Piquenique com os amigos (Visitante, Questionário 18).

Conversa e piquenique com amigas (Visitante, Questionário 44).

Prestigio o aniversário de uma amiga (Visitante, Questionário 46).

Café da manhã com a família e levar as crianças no parque e no lago (Visitante, Questionário 47).

Tomo café da manhã nas mesinhas próximas ao solo, como um piquenique. Levo minhas filhas às áreas de parquinho. Elas amam brincar no parquinho e ficar entre as árvores (Visitante, Questionário 52).

Geralmente vou ao restaurante tomar café da manhã com minha família (Visitante, Questionário 71).

Piquenique, trilhas e levo meu filho ao parque infantil (Visitante, Questionário 72).

Pedalo, curto a família e amigos (Visitante, Questionário 75).

Os dados obtidos nesta pesquisa informam que os visitantes têm nas relações de sociabilidade o modo de fruir do lazer no JBB. Pronovost (2011) observa que a valorização das práticas ditas ativas, tais como as atividades

culturais, esportivas e de interação social são as que prevalecem nos dias atuais.

Ao fazer uma observação panorâmica desses dados e colocá-los em perspectiva com a condição na qual se encontram os espaços destinados à visitação nos finais de semana, de algum modo espera-se que os visitantes tenham uma atitude contemplativa, meditativa diante do contexto, o que justificaria a total ausência de mediação nos espaços de visitação.

A fruição do lazer no JBB dá-se por meio da interação social entre seus visitantes. É um espaço para aprimoramento das relações sociais, manutenção e fortalecimento de vínculos. Assim, continuamos na questão do diálogo entre o JBB e seus visitantes. Como se estabelece o diálogo entre as funções institucionais do JBB e as representações do lazer produzidas na visitação?

Apesar de ter algumas características em comum com outras modalidades de áreas verdes em centros urbanos, os jardins botânicos diferem-se deles porque mantêm um sistematizado acervo de flora local e exótica, com finalidades científicas, educacionais e de conservação da biodiversidade (Willison, 2006).

Essa especificidade nos leva a concluir que a fruição do lazer em jardins botânicos está diretamente ligada a outros aspectos da vida, como a educação. Marcellino (1995) aponta que essas manifestações devem ser entendidas como tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem às mudanças de ordem moral e cultural, atendendo a um duplo processo educativo - veículo e objeto de educação.

Nessa perspectiva, os jardins botânicos são instituições que se propõem a ressignificar valores e atitudes da moderna sociedade urbano-industrial ao sensibilizar os sujeitos a repensar suas práticas sociais para com a natureza. Esse processo é dialógico, mediado pela educação ambiental. O lazer como experiência pessoal viva e significativa acontece no JBB. O pleno desenvolvimento das funções institucionais do JBB encontra-se debilitado pelas limitações de comunicação e mediação da instituição junto a seu público.

Historicamente, o lazer em parques e jardins esteve ligado ao ócio e à contemplação da natureza enquanto lugares de sociabilidade das elites. Com a

criação dos parques urbanos, esses espaços tiveram seu acesso democratizado. Instituições híbridas como os jardins botânicos oferecem essas duas dimensões de vivência lúdica.

Ao delegar aos visitantes de final de semana o espaço desprovido dos elementos mediadores entre público e instituição, oferece-se a possibilidade dessa experiência contemplativa como alternativa a ser vivida. Entretanto, esses visitantes optam pelas interações sociais como elemento predominante da fruição do lazer no JBB. Não sabemos se fariam outras escolhas, pois outras possibilidades não estão disponíveis.

Ao colocar em perspectiva os dados coletados, a comunicação com o público e ao analisar o conteúdo de instrumentos como Facebook e Instagram, que apresentam fotos da flora e da fauna, sem nenhum tipo de texto orientador ou informativo sobre a visita, acreditamos que o não diálogo é decorrente de crenças fundamentadas na visão de que a natureza deve ser apreciada como se aprecia uma pintura, uma experiência estética e espiritual. Um cenário para contemplar.

Essa concepção choca-se com as diretrizes contemporâneas para a gestão de jardins botânicos. A visita a jardins botânicos, do ponto de vista institucional, tem como finalidade inserir o visitante em um processo de imersão na educação para a sustentabilidade (Willison, 2006). O Programa de Educação Ambiental do JBB, constante no Plano Diretor Tomo 6, reconhece que a EA

(...) faz parte de uma fase contemporânea marcada pela percepção singular da necessidade de transformação de um ambiente contemplativo para um lugar que possibilite também, a interação e inter-relação do visitante com a natureza e com outros diálogos de saberes, numa tentativa de ampliar o horizonte de descobertas para mudanças de atitudes e encontro de novos valores (p. 17 -18).

Com base nos documentos que estabelecem as modernas diretrizes para jardins botânicos, podemos entender que o significado do lazer em jardins botânicos é a educação voltada para a sustentabilidade. Daí a íntima relação entre lazer e educação nos jardins botânicos.

A conservação é função de diversas instituições como herbários, universidades, áreas protegidas de vários tipos, sociedades científicas, organizações não governamentais e outras. Os jardins botânicos são laboratórios de experiências urbanas em educação para a sustentabilidade. Em jardins botânicos, é por meio do lazer que se educa. Na relação entre educação e conservação, *o lazer faz o elo* (Moesch, 2015, p. 61).

Para além dos momentos de prazer pessoal, as áreas verdes podem se apresentar às sociedades urbanas como lugares de reconstrução de vínculos entre natureza e sociedade, ressignificando a visão de mundo e as sensibilidades coletivas. Esse é o papel da EA nos jardins botânicos. E a fruição dos lazeres nesses espaços pode contribuir para o amplo desempenho de suas funções institucionais.

A função institucional de educação é a característica que define os jardins botânicos na atualidade. É por meio dela que as funções de pesquisa e de conservação são projetadas à sociedade. Dentre os muitos entendimentos que perpassam o que seja a EA, a proposta pedagógica do JBB é ativa, política e interventiva (Brasília, 2010b). Propõe-se multiplicadora. E transformadora. Mas não chega a se concretizar na relação com os visitantes espontâneos.

Diante dos dados apresentados, concluímos que o lazer no JBB é amplamente vivenciado por seu público espontâneo, que usufrui do espaço e da companhia de amigos e familiares. Entretanto, sua fruição ocorre desvinculada das funções institucionais que caracterizam o JBB como um jardim botânico.

CONSIDERAÇÕES

Os jardins botânicos são áreas verdes protegidas que visam conservar fragmentos de ecossistemas naturais, constituir coleções botânicas, promover pesquisa, educação científica, educação ambiental e lazer. Ainda desempenham o importante papel de prestação de serviços ecossistêmicos à cidade, como a manutenção do microclima, a proteção de mananciais e barreiras naturais para o processo de ocupação desordenada do solo.

Ao longo do tempo, assumiram diferentes funções institucionais: nasceram como escolas para a formação de médicos, boticários, botânicos e agrônomos; constituíram-se em laboratórios para o desenvolvimento de técnicas de cultivo, cruzamento de espécies, melhoramento e aclimatação de recursos botânicos; tornaram-se centros de pesquisa e desenvolvimento científico; hoje assumem importante papel na conservação da diversidade biológica do planeta.

Atualmente os jardins botânicos ampliaram seu alcance de abrangência como instituição ao assumir funções que estavam destinadas a outras áreas verdes. Jardins botânicos não são jardins paisagísticos, mas possuem coleções de alto valor estético. Não são parques, mas são áreas verdes destinadas entre outras funções ao lazer. Não são museus de ciência, mas gerem coleções especializadas. Em alguns casos são bens tombados, patrimonializados, o que os coloca no circuito turístico de suas cidades, outra função de lazer.

Propomos um estudo de caso acerca das representações do lazer entre os visitantes do Jardim Botânico de Brasília – JBB, a fim de compreender seus significados e em que medida dialogam com as finalidades institucionais de jardins botânicos. Essa área protegida destinada à conservação ambiental encontra-se localizada na cidade, é também área verde destinada ao lazer urbano. O JBB é gestor de uma unidade de conservação de proteção integral em área urbana, servindo como zona de amortecimento da mesma.

A pesquisa foi direcionada aos visitantes espontâneos que freqüentam o JBB aos finais de semana, sem agendamento prévio ou acompanhamento orientado. Os dados apresentaram um paradoxo na relação entre lazer e

conservação: os visitantes vivenciam o lazer sob a perspectiva da interação social, como uma experiência de fortalecimento dos vínculos sociais. Como a instituição não disponibiliza nenhuma forma de mediação junto ao público de final de semana nos espaços de visitação, esses locais tornam-se cenários para as vivências de sociabilidade, sem qualquer tipo de aproximação do público com as funções institucionais de educação, pesquisa e conservação.

Apesar de as representações do lazer produzidas pelos visitantes do JBB apontarem que eles conhecem jardins botânicos e seu papel nos processos de conservação e educação para a sustentabilidade, não têm acesso aos serviços que o caracterizam como um jardim botânico. O lazer entre seus visitantes espontâneos é vivido e significado sem os elementos estruturantes das modernas funções institucionais de jardins botânicos.

Essa limitação institucional provoca o que chamamos de não diálogo entre o JBB e seus visitantes. A ausência de estrutura para a visitação espontânea, que corresponde à maioria do público, frustra suas expectativas, já que eles têm conhecimento prévio acerca do que seja um jardim botânico e uma expectativa sobre o que devem encontrar na visita, mas não está disponível.

O crescimento da visitação continua em expansão, como apontam os dados sobre o alto percentual de freqüentadores que visitam o JBB pela primeira vez, pressionando cada vez mais a instituição a se articular para desenvolver ações que atendam a essa demanda, sem descaracterizar as funções institucionais que cabem aos modernos jardins botânicos. O crescimento da visitação de modo desordenado, desarticulado, não planejado e inconsequente coloca em risco o próprio funcionamento do JBB.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, outro não diálogo chamou nossa atenção: o não diálogo entre urbanistas, geógrafos, arquitetos, ecólogos, biólogos, cientistas sociais e turismólogos, especificamente no que tange à discussão sobre os espaços naturais localizados em zona urbana.

A área verde destinada ao lazer urbano e a área protegida destinada à conservação se entrelaçam, compartilhando funções e representações junto a seus visitantes. Lazer e conservação são funções contemporâneas

compartilhadas por diferentes modalidades de espaços naturais, fundamentados na educação para a sustentabilidade.

O avanço nessa discussão depende de um diálogo interdisciplinar entre as áreas de conhecimento que se dedicam a estudar o fenômeno urbano em todas as suas facetas e com os atores envolvidos. A distinção tradicional entre estudar a natureza na cidade ou fora dela já não cabe após o advento do ambientalismo como paradigma orientador para a gestão de parques e jardins urbanos.

O JBB é reconhecido por seus visitantes como espaço de lazer na cidade de Brasília. Entretanto, sua participação nos processos de gestão é inexistente. Apesar de ser recomendada tanto pelos normativos legais quanto pelos documentos técnicos que orientam a gestão de áreas protegidas em nível nacional e internacional (unidades de conservação e jardins botânicos), na prática ela não ocorre.

Durante o período em que esta pesquisadora esteve cedida ao JBB, pôde observar grande resistência da equipe de gestão em aceitar a presença e a participação de visitantes na elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão (Brasília, 2015), um documento feito para os frequentadores, com recomendação expressa de sua participação, o que não ocorreu por conta do veto da Diretoria Executiva à época.

Esse envolvimento com a gestão do JBB é fundamental no processo de apropriação da instituição pelos seus visitantes. Daí a importância do investimento nos canais e instrumentos de comunicação entre visitantes e instituição. A pesquisa mostrou que nenhum deles é conhecido/reconhecido e que não há estrutura mínima de atendimento. As motivações por trás dessa omissão institucional são questões a serem investigadas em profundidade por futuros pesquisadores.

A história da criação do JBB é um aspecto ignorado pelos visitantes e não utilizado pela instituição. O JBB está intimamente ligado ao projeto de construção de Brasília e à formação das comunidades científicas do Distrito Federal, que participaram ativamente de sua implantação. Ao resgatar e

compartilhar essa história, a auto-intitulação 'Jardim do Cerrado' poderia ter algum significado para além do mero marketing vazio.

Outra questão a ser discutida é a simbiose administrativa entre o Jardim Botânico de Brasília – JBB e a Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília - EEJBB. A fusão do orçamento e do quadro de pessoal na administração das duas áreas protegidas é um problema real, que afeta a ambas, inviabilizando o desenvolvimento das funções institucionais do JBB e da EEJBB. Como estratégia de gestão, trata-se o JBB como zona de uso público da EEJBB, o que afeta diretamente a visitação, delegada a um segundo plano por conta do foco na preservação da EEJBB.

Talvez esse seja o maior dilema vivido pelo JBB na atualidade: proteger para proteger, proteger para apreciar ou compartilhar o envolvimento e a responsabilidade de proteger? Os documentos normativos para a gestão do JBB e da EEJBB estão desatualizados. Recomenda-se a atualização do Plano Diretor do JBB e do Plano de Manejo da EEJBB a cada cinco anos. A Carta de Serviços ao Cidadão deve ser atualizada sempre que houver modificações institucionais. A resposta à questão acima será norteadora da atualização desses documentos.

Com a visitação ainda em crescimento, entendemos que se faz necessária a criação de uma área específica para o planejamento, a execução o monitoramento e a avaliação das ações referentes aos visitantes no JBB, unificando a gestão da visitação - guiada e espontânea - com a elaboração de instrumentos específicos ao atendimento das necessidades institucionais de aprimoramento do serviço de visitação.

A fim de costurar as vivências de lazer do público espontâneo do JBB com suas funções institucionais, propomos uma educação pelo e para o lazer em jardins botânicos, pois o valor pessoal e social que as vivências na natureza têm para os visitantes ocorre pela aquisição de conhecimentos. *Todo mundo ama o Jardim!* Entretanto, a maior parte dos visitantes não goza do JBB como um jardim botânico contemporâneo se propõe a ser desfrutado.

É importante registrar que as questões discutidas no estudo de caso sobre o JBB – desconhecimento sobre quem é seu visitante, falta de

comunicação com o público, ausência de participação social, linguagem inadequada nos espaços expositivos, orçamento incompatível com as necessidades de gestão, quadro de pessoal insuficiente - revelam-se como problemas característicos dos jardins botânicos contemporâneos, presentes nos trabalhos de outros pesquisadores (Côrrea, 2007; Gastal e Rocha, 2016; Bye, 1994; Cerati, 2006; Cardoso, 2013; Souza, 2009; Florez *et AL*, 2012; Heywwod, 1987; Koptcke, 2005; Troncoso, 2003; Barroso e Mesquita, 2014; Silva, 2017).

Para concluir, desejamos que esta pesquisa contribua ao aprimoramento da relação dos jardins botânicos com seus visitantes espontâneos. Em especial, desejamos que seja apropriada ao desenho de uma gestão mais colaborativa e inclusiva para o Jardim Botânico de Brasília – JBB como espaço de lazer, fortalecendo seu papel na conservação da biodiversidade, produção e disseminação de conhecimento sobre o Bioma Cerrado.

A título de sugestão, elencamos algumas propostas para o aprimoramento da gestão do Jardim Botânico de Brasília – JBB.

1. Separação dos orçamentos e das equipes de gestão do JBB e da EEJBB;
2. Criação da Superintendência de Visitação, estrutura institucional dedicada à gestão da visitação, com articulação entre visita guiada e espontânea;
3. Elaboração de estudo de capacidade de carga para a visitação ao JBB;
4. Criação de aplicativo para os visitantes, destinado a apresentar a área de visitação, rotas de visita, espaços expositivos, coleções temáticas, mapas para interpretação dos espaços, acesso às regras de visitação e aos canais de comunicação com o JBB;
5. Formação de equipes para atendimento ao público nos finais de semana;
6. Reorganização dos materiais institucionais para distribuição ao público nos espaços expositivos;

7. Utilização do espaço de exposições do Centro de Visitantes para exposição permanente sobre a história dos jardins botânicos e do JBB em especial, com posto de acolhimento aos visitantes e Ouvidoria;
8. Redesenho dos processos de comunicação do JBB;
9. Participação da sociedade nos processos de gestão do JBB;
10. Investimento na infraestrutura administrativa;
11. Ampliação do quadro de servidores.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª edição. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **JBB usa criatividade e parcerias como estratégia de gestão**. Disponível em: <http://www.sema.df.gov.br/jbb-usa-criatividade-e-parcerias-como-estrategia-de-gestao/>. Acesso em 17 jun 2017.

ALBUQUERQUE E MOURA, Allana Barcelos de. **Públicos Espontâneos no museu universitário de Arte: um estudo sobre a relação dialógica em uma exposição**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Artes/Mestrado da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

AQUINO, Cássio Adriano B. e MARTINS, José Clerton O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. Em **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, Vol. II, Nº 2, Set 2007.

AYRES, Bey. **Parques públicos urbanos: a síntese entre proteção ambiental e lazer público**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Brasília, espaços de lazer e culturas jovens: o caso de bares**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2006.

BARROSO, Ana Lúcia Fernandes e MESQUITA, Rita de Cássia Guimarães. Subsídios para a gestão de jardins botânicos no Brasil – O caso do Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus. Em: **Rodriguésia**, 65(3): 791 – 805, 2014.

BECKER, Howard Saul. Sobre metodologia. Em: **Metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BEDIAGA, Bergonha *et all*. Da aclimatação à conservação: as atividades científicas durante dois séculos. Em: **Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008** / [Organizado por] Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. p. 84-91. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BGCI. BOTANICAL GARDENS CONSERVATION INTERNATIONAL. <<http://www.bgci.org/>> Acesso em 24 jun 2017.

Normas internacionais de conservação para jardins botânicos/Rede Brasileira de Jardins Botânicos/Botanic Gardens Conservation International. Tradução: Isabela da Costa Moreira. 2ª edição. Rio de Janeiro: EMC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Edusc, 2003.

BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. Em: **Licere**, V. 1, Nº 1, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Presidência da República (2000). **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em 2 jun 2017.

BRASIL. Presidência da República (1957). Lei Federal nº 2.874, de 1956.

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília**, versão completa, 2015 (a).

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Carta de Serviços ao Cidadão do Jardim Botânico de Brasília**, versão resumida, 2015 (b).

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. <<http://www.jardimbotanico.df.gov.br>> Acesso em 2017.

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Instrução Normativa nº 1, de 28 de setembro de 2016.**

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Ordem de Serviço nº 47, de 17 de outubro de 2003.**

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Ordem de Serviço nº 26, de 24 de julho de 2015 (c).**

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Plano de Manejo do Jardim Botânico de Brasília.** Brasília, 2010 (a).

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Plano Diretor do Jardim Botânico de Brasília.** Brasília, 2010 (b).

BRASÍLIA. JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **Relatório de Transição de Governo – período 2011 a 2014.**

BRUHNS, Heloísa Turini. **O corpo parceiro e o corpo adversário.** Campinas: Papyrus, 1993.

BRUHNS, Heloisa Turini (org). **Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes.** São Paulo: Chronos, 2002.

_____ e MARINHO, Alcyane (org). **Turismo, lazer e natureza.** Barueri, SP: Manole, 2003.

BYE, R. **Historia de los jardines botanicos: evolucion de estilos, ideas y funciones.** Chapingo, v.2, p.43-53, 1994. (Série Horticultura).

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens.** Lisboa: Portugal, 1990.

CAMARGO, Luiz Otavio de Lima. **O que é lazer?** São Paulo: Braziliense, 1986.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** *Rev. bras. enferm.* [online]. 2004, vol.57, n.5, pp.611-614. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>.

CARDOSO. Vinicius Sementili. **O programa de Educação Ambiental do Jardim Botânico Municipal de Bauru (Bauru - SP): a busca por uma**

identidade. 154 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013.

CARTA de Florença. Relativo à salvaguarda dos jardins históricos. UNESCO, maio de 1981.

CARTA dos Jardins Históricos Brasileiros – dita Carta de Juiz de Fora, outubro de 2010.

CARTA Internacional de Educação para o lazer. World Leisure and Recreation Association – WLRA, 1993.

CASTELNOU NETO, A. M. N. **Ecotopias Urbanas: imagem e consumo dos Parques Curitibanos.** 2005. 470 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR. 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:800//dspace/handle/1884/3521>>. Acesso em: 14 abr 2017.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Por que a geografia do Turismo? In **Turismo: nove propostas para um saber-fazer.** Susana Gastal (org). Porto Alegre: EDIPUC, 2001.

CAVALHEIRO, F. & DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: **Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana**, I, Vitória/ES. **Anais I e II.** 1992. P.29-35.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL - CRIA. **Projeto Flora Brasiliensis.** <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/index/>> Acesso em 24 fev 2017.

CERATI, Tânia Maria. **Jardins botânicos e a biodiversidade.** Instituto de Botânica – Instituto de Botânica, Jardim Botânico de São Paulo, 2006.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo.** Trad. Dafne N. Rodrigues. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.

COMITÊ INTERNACIONAL PARA MUSEOLOGIA DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Conclusiones y Recomendaciones. Encuentro del Comitê Regional para Encuentro del Comitê Regional para a América Latina y Caribe. Buenos Aires. In: **El pensamiento museológico latinoamericano – los documentos del ICOFOM LAM.** Córdoba: ICOFOM LAM, 2006.

CODEPLAN. COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. <<http://www.codeplan.df.gov.br/>> Acesso em 22 fev 2016.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 339, de 25 de setembro de 2003**. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB. Recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 2/1994. In: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf Acesso em 17 out 2016.

CORIOLOANO, Luzia Neide e VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. Em: **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Vol. 1, Nº 2, ago 2014.

CORRÊA, Homero Vilar. **A representação social de áreas verdes em cidades: o caso do Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia**. 141 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Geociências, 2007.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Governo do Distrito Federal, 1991.

Cuenca, Manuel. **Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio** (Documentos de Estudios de Ocio, Num.16). Bilbao, España: Instituto de Estudios de Ócio/ Universidad de Deusto, 2003.

DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial**. <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf/>> Acesso em 12 mai 2017.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. Teorias do lazer e modernidade: problemas e definições. Em **Licere**, Belo Horizonte, V. 12, Nº 2, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'anna. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora Hucitec, 2004.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 37.231, 6 abril 2016**. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Jardim Botânico de Brasília, que especifica e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal nº 66, 7 abril 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 38.289, 22 junho 2017.** Aprova o Regimento Interno do Jardim Botânico de Brasília - JBB e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, 2017 nº 119, 23 jun 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 528, 3 setembro 1993.** Transforma o Jardim Botânico de Brasília em Órgão Relativamente Autônomo e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, 1993.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 14.422, de 26 de novembro de 1992.** Cria a Estação ecológica Jardim Botânico de Brasília. Alterado pelo Decreto nº 17.277, de 11 de abril de 1996.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 265, de 14 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal. Disponível em <http://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Lei-Complementar-Distrital-n%C2%BA-265-de-1999.pdf> Acesso em 2 ago 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010.** Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal nº 141, 23 jul 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Plano Plurianual 2012- 2015.** SEPLAG/DF, 2016. Disponível em: <http://www.seplag.df.gov.br/plano-plurianual-ppa/> Acesso em 17 mai 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Plano Plurianual 2016 - 2019.** SEPLAG/DF, 2016. Disponível em: <http://www.seplag.df.gov.br/plano-plurianual-ppa/> Acesso em 17 mai 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Relatório de Prestação de Contas do Governador – SEPLAG/DF, 2016.** Disponível em: http://www.seplag.df.gov.br/images/planejamento_governamental/Relatorio_de_Atividades_2016_compressed.pdf Acesso em 4 mai 2017.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre.** Trad. Luiz Octávio de Lima Camargo e Marília Ansarah. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1994.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. Trad. Sílvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva – SESC, 1999.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional**. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

FELIPPE, Gil e ZAIDAN, Lilian Penteado. **Do Éden ao Éden: jardins botânicos e a aventura das plantas**. Editora Senac: São Paulo, 2008.

FLOREZ, Lilian Suescun *et all.* Qual o discurso privilegiado nos jardins botânicos? tensões e aproximações entre linguagem científica e linguagem leiga. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG---PMUS** Unirio | MAST - vol. 5 no 1 – 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Observatório Juventude C&T. <<http://www.juventudect.fiocruz.br/botanica/>> Acesso em 10 ago 2017.

FUREGATO, Maria Cecília H. Parque urbano orquidário municipal de Santos/SP: equipamento de lazer e turismo. **Revista Patrimônio, lazer e cultura**. Santos, 2005.

GASTAL, Susana de Araújo e SILVA, Aline Valéria Fagundes da. Jardins e jardim histórico: espaços de memória e possibilidades para o turismo. **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, Número especial, p. 63 – 85, Out, 2015. In: <http://www.seer.ufal.br/index.php.ritur> Acesso em 18 mai 2016.

_____ e MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

_____ e ROCHA, Viviane. Turismo, interpretação patrimonial e jardins botânicos: o freqüentador do Jardim Botânico de Caxias do Sul. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**. Itapetininga, V. 3, Nº 3, 2016.

_____. Imagem, paisagem e turismo: a construção do olhar romântico. In: **Pasos**, Vol. 11, Nº 3, p.123 - 133, 2013.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Vol.1, nº 1, jan – abr 2014. In: <https://seer.lcc.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/327> Acesso em 12 ago 2016.

_____. Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades. **Revista Itinerarium**. Vol. I, 2008. In: <http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/issue/view/17> Acesso em 23 dez 2014.

_____. Relações históricas – o processo de constituição do lazer no mundo ocidental. In: **Lazer, trabalho e educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. Em: **A pesquisa qualitativa**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

HEYWOOD, Vernon H. The changing role of the botanic garden. In: BRAMWELL, D. et al (ed.) **Botanic Gardens and the World Conservation Strategy**. London: Academic Press, 1987. p. 3 - 18.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ICOM. International Council of Museums. Estatuto do Conselho Internacional de Museus. Art.2º (2001). Disponível em http://icom.museum/definition_spa.html Acesso em 22 set 2016.

IUCN. **The Conservation Strategy**. IUCN, Gland, 1980.

IUCN-BGCS,WWF. **Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação**/ Vernon H. Heywood, Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1989.

IBRAM-DF. INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. <<http://www.ibram.df.gov.br>> Acesso em 22 set 2017.

IBRAM-DF. INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Guia de parques do Distrito Federal**, 2013.

SÃO PAULO. JARDIM BOTÂNICO PLANTARUM <<http://www.plantarum.org.br/>> Acesso em 10 fev 2016.

JACKSON, W.P.S.; PETER, S.; LUCY, S.A. International Agenda for Botanic Gardens in Conservation. **BGCNews**, Richmond, UK: Botanic Gardens Conservation International, 2000.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, Denise. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOVCHELOVITCH, S. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Interpretação e Mediação nos Jardins Botânicos. In: XIV Reunião de Jardins Botânicos, 2005, Curitiba. Anais da **XIV Reunião de Jardins Botânicos: as plantas e o homem**. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

KURY, L. B. & CAMENIETZKI, C. Z. Ordem e Natureza: Coleções e Cultura Científica na Europa Moderna. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 29, 1997. Ministério da Cultura, IPHAN, Rio de Janeiro.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LEADLAY, Etelka e GREENE, Jane. **Manual Técnico Darwin para Jardins Botânicos**. Tradução: Mônica Stawntzer. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 1999.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A.L.B.; FIALHO, N.O; DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na Conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. Em: **Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana**, 2, São Luiz/MA, 1994. **Anais**. p. 539-550.

LISPECTOR, Clarice. Amor. Em: **Clarice na cabeceira**. Org. Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro, Ed. Atlântida, 2004.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Estudos do Lazer: Uma introdução**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **Lazer e humanização**. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2002.

MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. Em: **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, V. 22, Nº 2, Jan 2001, p. 143 – 153.

MARINHO, Alcyane e PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. Pimentel, Giuliano G. A. (org.). **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010.

MARTINS, L. C. **A relação museu/escola: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP**. 2001. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____ e ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 17ª edição. Ed. Paz e Terra, 1998.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: tese acerca da anatomia do lazer**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representação social dentro da sociologia clássica. In: Guareschi, Pedro; Jovchelovitch, S. (Org.). **Texto em representações sociais**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

_____. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil – MCTI. **Guia de Centros e Museus de Ciência do Brasil**, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Ministério do Meio Ambiente. Em: www.mma.gov.br. Acesso em 17 fev 2017.

MOESCH, Marutschka Martini. O lazer faz o elo: reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. Em: **O direito social ao lazer no Brasil**. Christiane L. Gomes e Helder F. Isayama (org). Campinas: Autores Associados, 2015.

_____. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. Em: **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, S. S. e SIANI, A. C. A conservação de exsicatas em herbários: contribuição ao manejo e preservação. **Revista Fitos**. Vol. 4, Nº 2, Dez 2009.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, Denise. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNNÉ, Frederic. **Psicosociologia del tiempo libre: um enfoque critico**. México: Trilas, 1980.

NEIVA, Artur Hehl. **Esboço histórico sobre a botânica e zoologia no Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1989.

NOGUEIRA, E. **Uma história brasileira da Botânica**. São Paulo: Marco Zero, 2000.

NOVACAP. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Disponível em <http://www.novacap.df.gov.br> Acesso em 12 ago 2016.

OLIVEIRA, Cristina de. **Debaixo do bloco: o pilotis e seu significado em Brasília**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade Arquitetura e Urbanismo, 2014.

OLIVEIRA, Fátima O. WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Livro-texto. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 104 -115.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Ed. Zahar, 1978.

PAVIANI, Aldo. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. **Revista Território**, Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13. Set –Out 2003. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/11_12_13_5_brasilia.pdf Acesso em 13 set 2017.

PEIXOTO, Ariane Luna; GUEDES-BRUNI, Rejan R. Apresentação: Jardins Botânicos. **Ciência & Cultura**. São Paulo, V. 62, Nº 1, 2010.

PEIXOTO, Ariane (org.) e MAIA, Leonor Costa (org.). **Manual de Procedimentos para Herbários**. Editora UFPE, 2013.

PEREIRA SILVA, Susana Maria. A dimensão patrimonial e o potencial turístico dos jardins históricos: o caso de Portugal. **Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, nº 1053, 2013. Acesso 16 out 2014. In: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1053.htm> Acesso em 27/10/2016.

PIMENTEL, Douglas de Souza. **Os parques de papel e o papel social dos parques**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Piracicaba, 2008. 254 p.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. **Sentidos e significados de tempos de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2004.

PRONOVOST, Gilles. **Introdução à Sociologia do Lazer**. Tradução: Marcelo Gomes. São Paulo: Editora Senac, 2011.

QUINTANERO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**. 2ª edição. Editora UFMG, 2003.

RAMOS, A; MUNHOZ, C.B.R. O Herbário Ezechias Paulo Heringer no Jardim Botânico de Brasília. **Boletim Herbário Ezechias Paulo Heringer**, V. 1, p. 6 a 8, 1994.

REDE BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS. **Quadro dos jardins botânicos brasileiros e instituições congêneres**. Set 2015.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda e BELLINI, Marta. Representações sociais: procedimentos metodológicos e educação ambiental. Em: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá – PR, V. 33, Nº 02, 2011. P. 149 – 159.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SAÍSSE, Maryane V. e RUEDA, Maria Manuela. Educação ambiental em jardins botânicos: um caso brasileiro. **ambientALMENTEsustentable**. julho-dezembro 2008, ano III, vol. II, núm. 6, p. 7 – 19.

SANCHOTENE, M. do C.C. Conceitos e Composição do índice de áreas verdes. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, n.1, p.4-9, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 6ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: USP, 2008. 6ª Edição.

_____. 1992: A redescoberta da natureza. In: **Estudos Avançados**, 6 (14), 1992.

_____. Lazer popular e geração de empregos. Em: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SCALISE, Walnyce. Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002.

Disponível em: <http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm>. Acesso em 12 jun 2017.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEGETH-DF. SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. <<http://www.segeth.df.gov.br/>>. Acesso em 12 mai 2016.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Stúdio Nobel, FAPESP, 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Andressa de Araújo. **Jardim Botânico de Brasília: análise da relação do público espontâneo com o discurso e espaço expositivos**. 176fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2017.

SILVA, Luciene de Jesus M. da. **Parques urbanos: a natureza na cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos**. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB/CDS, 2003.

SILVA, Renata L.; RAPAHEL, Maria Luiza; SANTOS, Fernanda S. Carta Internacional de Educação para o Lazer como ferramenta de intervenção pedagógica efetiva no campo do saber. Em: **Pensar a prática**, Jan – Jun 2006, p. 117 – 131.

SILVA, Susana; CARVALHO, Paulo; TOMÁS, Paulo Manoel de Carvalho. Os jardins no contexto do turismo pós-moderno: o caso de Portugal. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 11, Nº 4, 2013. In: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88128724010> Acesso em 1.º out 2016.

SILVA, S. M. P; CARVALHO, P. Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico . **Turismo & Sociedade**, v. 6, n. 3, p.605-625, 2013.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, Maria Paula Correia de. **O papel educativo dos jardins botânicos: análise das ações educativas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

TOLEDO, Fabiane dos Santos e SANTOS, Douglas Gomes dos. Espaços livres de construção. Em **Revista Sociedade Brasileira de Arquitetura e Urbanismo**, Piracicaba, Vol. 3, Nº 1, Mar 2008.

TRIBE, John. **A indisciplina do turismo**. Reino Unido: Buckinghamshire College, 1997.

TRONCOSO, Susan Portilho. **Análise do sistema de sinalização visual no Jardim Botânico de Brasília**. Centro de Excelência em Turismo (especialização), Universidade de Brasília – UnB, 2003.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições**. Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Ática, 1974.

VICIO DA POESIA. **Os jardins na poesia de Sophia**. <<https://viciodapoesia.com/2013/11/18/os-jardins-na-poesia-de-sophia/>> Acesso em 17 set 2017.

VIEIRA, Maria Elena Merege. **O jardim e a paisagem: espaço, arte, lugar**. São Paulo: Annablume, 2007.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método em pesquisa das Representações Sociais. In: Guareschi, Pedro; Jovchelovitch, S. (Org.). **Texto em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 149-185.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

WILLISON, Júlia. **Educação para o desenvolvimento sustentável: diretrizes para a atuação de jardins botânicos**. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, BGCI, 2006.

WRLA. WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. **Carta de Educação para o Lazer**. Jerusalém, Israel, 1993. Disponível em http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=195 Acesso em 2 out 2017.

WWF. WORLD WILD LIFE. <<http://www.wwf.org/>> Acesso em 9 mai 2017.

WPCA/IUCN. World Commission on Protected Areas. **Áreas protegidas urbanas: perfis e diretrizes para melhores práticas**. Série Diretrizes para melhores práticas em áreas protegidas, Nº 22, 2014.

Yin, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª Edição. Ed. Bookman, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Idade

1. () 15 a 20 anos
2. () 21 a 25 anos
3. () 26 a 30 anos
4. () 31 a 35 anos
5. () 36 a 40 anos
6. () 41 a 45 anos
7. () 46 a 50 anos
8. () 51 a 55 anos
9. () 56 a 60anos
9. () Acima de 60 anos

2. Gênero

1. () Feminino
2. () Masculino
3. () Outros

3. Escolaridade

1. () Ensino fundamental
2. () Ensino médio
3. () Ensino superior
4. () Especialização
5. () Mestrado
6. () Doutorado
7. () Pós-Doutorado

4. Local de residência

1. () RA I – Brasília
2. () RA II - Gama
3. () RA III - Taguatinga
4. () RA IV - Brazlândia
5. () RA V - Sobradinho
6. () RA VI - Planaltina
7. () RA VII - Paranoá
8. () RA VIII – Núcleo Bandeirante
9. () RA IX - Ceilândia
10. () RA X – Guará
11. () RA XI - Cruzeiro
12. () RA XII - Samambaia
13. () RA XIII – Santa Maria
14. () RA XIV – São Sebastião
15. () RA XV – Recanto das Emas
16. () RA XVI – Lago Sul
17. () RA XVII – Riacho Fundo I
18. () RA XVIII – Lago Norte
19. () RA XIX - Candangolândia
20. () RA XX – Águas Claras
21. () RA XXI – Riacho Fundo II
22. () RA XXII – Sudoeste/Octogonal
23. () RA XXIII - Varjão

24. () RA XXIV – Park Way
25. () RA XXV – SCIA/Estrutural
26. () RA XXVI – Sobradinho II
27. () RA XXVII - Jardim Botânico
28. () RA XXVIII - Itapoã
29. () RA XXIX - SIA
30. () RA XXX – Vicente Pires
31. () RA XXXI – Fercal
32. () Fora do DF_____

5. Se você mora fora do DF, informe local de residência.

6. Ocupação/Profissão

1. () Autônomo (a)
2. () Servidor público
3. () Profissional liberal
4. () Estudante
5. () Não trabalha
6. () Outros

7. Renda com base no salário mínimo (s/m) de 2017 (\$ 937,00)

1. () Até R\$ 937,00
2. () De R\$ 937,00 a R\$ 2.811,00

3. () De R\$ 2.811,00 a R\$ 4.685,00

4. () De R\$ 4.685,00 a R\$ 6.559,00

5. () De R\$ 6.559,00 a R\$ 8.433,00

6. () De R\$ 8.433,00 a R\$ 10.307,00

7. () De R\$ 10.307,00 a R\$ 12.181,00

8. () De R\$ 12.181,00 a R\$ 14.055,00

9. () De R\$ 14.055,00 a R\$ 16.866,00

10. () Acima de R\$ 16.866,00

8. Com que frequência vem ao JBB?

1. () Primeira vez

2. () Todo dia

3. () Uma vez por semana

4. () Duas vezes por semana

5. () Três vezes por semana

6. () Uma vez por mês

7. () Uma vez por semestre

8. () Uma vez por ano

9. ()
Outros _____

—

9. Costuma ir

1. () Durante a semana

2. () Aos finais de semana

10. Meio de transporte que utiliza para ir ao JBB (pode escolher mais de uma resposta).

1. () Carro

2. () Ônibus

3. () Bicicleta

4. () A pé

5. () Moto

6. () Outros

11. Com quem costuma ir JBB?

1. () Sozinho (a)

2. () Amigos

3. () Parentes

4. () Outros

12. Como soube da existência do JBB? (pode escolher mais de uma resposta).

1. () Mídias sociais

2. () Site do JBB

3. () Sites governamentais

4. () Propaganda de turismo

5. () Amigos

6. () Parentes

7. () Televisão

8. () Jornais e revistas

9. ()
Outros _____

—

13. Você procurou informação prévia sobre o JBB antes de fazer a visita?

1. () Sim 2. () Não

14. Caso precisasse de informação, onde procuraria?

R. _____

15. Você conhece o site do JBB?

1. () Sim 2. () Não

16. Você conhece a comunidade do JBB no Facebook?

1. () Sim 2. () Não

17. Você conhece a Carta de Serviços ao Cidadão do JBB?

1. () Sim 2. () Não

18. Você conhece as Normas de Conduta para Visitação ao JBB?

1. () Sim 2. () Não

19. Você já utilizou a Ouvidoria do JBB?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) visitante,

Prazer em conhecê-lo (a)! Sou mestranda em Turismo pela Universidade de Brasília – UnB. Estou desenvolvendo estudo sobre lazer em áreas protegidas cujo título é *Dilemas do lazer em áreas protegidas – o caso do Jardim Botânico de Brasília – JBB*.

Sob a orientação do Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os significados atribuídos ao lazer em jardins botânicos, a fim de compreender em que medida essas representações dialogam com suas funções institucionais. Convido-o (a) a responder ao questionário de pesquisa, sem qualquer necessidade de identificação. Informo que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você pode desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não causará prejuízos.

A participação não é remunerada nem implicará em custos de qualquer tipo. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico sobre lazer em áreas protegidas.

Os resultados serão tornados públicos e ficarão a sua disposição para conhecimento e quem sabe, incentive novos pesquisadores a se aprofundar no tema. Para sanar qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, contate-me pelo endereço eletrônico vanessita.bsb@gmail.com ou entre em contato com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília pelo número 3107-5952.

Atenciosamente,

Vanessa Sousa de Oliveira.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Participante

Local e data

APÊNDICE C – BANCO DE DADOS

Questão 1: Idade.

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
21 a 25	8	10,3%
26 a 30	10	12,8%
31 a 35	22	28,2%
36 a 40	20	25,6%
41 a 45	8	10,3%
46 a 50	4	5,1%
51 a 55	3	3,8%
56 a 60	1	1,3%
Acima de 60	2	2,6%

Questão 2. Gênero

Gênero	Frequência absoluta	Frequência relativa
Feminino	46	59%
Masculino	32	41%

Questão 3. Escolaridade

Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Ensino fundamental	0	0
Ensino médio	3	3,8%
Ensino superior	23	29,5%
Especialização	33	42,3%
Mestrado	14	17,9%
Doutorado	5	6,4%
Pós-doutorado	0	0

Questão 4. Local de Residência

Local de residência	Frequência absoluta	Frequência relativa
Plano Piloto	23	29,4%
Jardim Botânico	9	11,5%
Águas Claras	9	11,5%
Sudoeste/Octogonal	7	9%
São Sebastião	6	7,7%
Parkway	5	6,4%
Guará	4	5,1%
Cruzeiro	3	3,8%
Taguatinga	3	3,8%
Lago Norte	2	2,6%
Gama	1	1,3%
Samambaia	1	1,3%
Sobradinho	1	1,3%
Brazlândia	1	1,3%
Recanto das Emas	1	1,3%
Riacho Fundo	1	1,3%
Fora do DF	2	1,3%

Questão 6. Ocupação/Profissão

Ocupação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Autônomo (a)	8	10,3%

Servidor (a) público (a)	41	52,6%
Profissional liberal	10	12,8%
Estudante	4	5,1%
Não trabalha	0	0
Outros	15	19,2%

Questão 7. Renda (S/M R\$ 937,00)

Renda (R\$)	S/M	F. A.	F. R.
Até 937,00	Até 1	1	1,3%
De 937,00 a 2.811,00	De 1 a 3	14	17,9%
De 2.811,00 a 4.685,00	De 3 a 5	14	17,9%
De 4.685,00 a 6.559,00	De 5 a 7	7	9%
De 6.559,00 a 8.433,00	De 7 a 9	12	15,4%
De 8.433,00 a 10.307,00	De 9 a 11	10	12,8%
De 10.307,00 a 12.181,00	De 11 a 13	7	9%
De 12.181,00 a 14.055,00	De 13 a 15	1	1,3%
De 14.055,00 a 16.866,00	De 15 a 17	3	3,8%
Acima de 16.866,00	Acima 17	9	11,5%

Questão 8. Com que frequência vai ao JBB?

Periodicidade visita	Frequência absoluta	Frequência relativa
Primeira vez	20	25,6%
Todo dia	0	0
Uma vez p/ semana	2	2,6%
Duas vezes p/ semana	0	0
Três vezes p/ semana	0	0
Uma vez por mês	12	15,4%
Uma vez por semestre	21	26,9%
Uma vez por ano	23	29,5%

Questão 9. Costuma ir

Período de visitas	Frequência absoluta	Frequência relative
Durante a semana	8	12%
Final de semana	70	88%

Questão 10. Meio de transporte que utiliza para ir ao JBB

Transporte	Frequência absoluta	Frequência relative
Carro	74	94,9%
Ônibus	0	0
Bicicleta	2	2,6%
A pé	0	0
Moto	2	2,6%
Outros	0	0

Questão 11. Com quem costuma ir ao JBB?

Tipo de companhia	Frequência absoluta	Frequência relative
Sozinho (a)	1	1,3%
Com amigos	22	28 %
Com parentes	52	66%
Outros	3	3,8%

Questão 12. Como soube da existência do JBB?

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Mídias sociais	6	7,6%
Site JBB	4	5,1%
Sites governamentais	2	2,5%
Propaganda de turismo	2	2,5%
Amigos	35	44,8 %
Parentes	12	15,3%
Televisão	0	0
Jornais e revistas	3	3,8 %
Outros	14	17 %

Questão 13. Você procurou informação prévia sobre o JBB antes de fazer a visita?

Informação prévia	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	26	33,3%
Não	52	66,7%

Questões 15 a 20

Conhece o site do JBB?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	19	24,4%
Não	59	75,6%

Conhece a comunidade do JBB no Facebook?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	1	1,3%
Não	77	98,7%

Conhece a Carta de Serviços do JBB?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	0	0
Não	78	100%

Conhece as normas de conduta para visita?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	19	24,4%
Não	59	75,6%

Já utilizou a Ouvidoria JBB?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	0	0
Não	78	100%

Recebeu material informativo ou recomendação para a visita?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	8	10,3%
Não	70	89,7%

Questão 22. Como você tem acesso às informações sobre a programação de atividades do JBB?

Acesso à informação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Televisão	3	3%
Mídias sociais	15	18%
Jornais e revistas	1	1,3%
Sites governamentais	0	0
Site JBB	2	2,6%

Amigos	16	20%
Parentes	2	2,6%
Outros	2	2,6%
Não tenho acesso	37	47,4%

Questão 23. Assinale quais das atividades ou serviços desenvolvidos no JBB você conhece.

Atividades JBB	Frequência absoluta	Frequência relativa
Biblioteca digital do Cerrado	12	15,1%
Gestão de coleções botânicas	17	21,5%
Visitação ao herbário	37	46,8%
Hospedagem de pesquisadores	1	1%
Revista Heringeriana	0	0
Projeto Saberes do Cerrado	9	11,3%
Projeto Banco Verde	6	7,5%
Visita orientada Educação Ambiental	20	25,3%

Questão 24. Você já utilizou algum desses serviços ou participou das atividades?

Serviços/Atividades	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	5	6,4%
Não	73	93,6%

Questão 26. Por que você vai ao JBB?

Motivação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Lazer	28	35,9%
Educação	0	0
Pesquisa científica	0	0
Interesse botânico	0	0
Contato com a natureza	3	3,8 %
Turismo		
Lazer, contato com a natureza.	26	33,3%
Lazer, contato com a natureza, turismo.	3	3,8%
Lazer, participação em eventos, feira e exposições.	5	6,4 %
Lazer, participação em eventos, feiras e exposições, contato com a natureza, turismo.	5	6,4 %
Lazer, participação em eventos, feiras e exposições, contato com a natureza.	8	10,2 %

Questão 27. Quais são os espaços de visitação do JBB que você conhece?

Espaços visitação	Frequência absoluta	Frequência relativa
Alameda das Nações	21	26,9%
Anfiteatro	17	21,7 %
Bosque de Kioto	8	10,2 %
Centro de Visitantes	24	30,7%
Biblioteca da Natureza	17	21,7%

Jardim de Cheiros	17	21,7
Cactário	22	28,2%
Orquidário	46	59%
Área de Piquenique	69	88%
Restaurante	58	74,5%
Parque Infantil	37	47%
Herbário	17	21,7%
Jardim Evolutivo	8	10,2 %
Jardim Japonês	47	25,6%
Jardins de Contemplação	20	25,6%
Centro de Excelência	6	7,6%
Trilhas	23	29,4%

Questão 28. Para você, o que é um jardim botânico?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
JARDIM BOTÂNICO	parque	3	3%
	pesquisa	5	5%
	preservação/conservação da natureza	25	22%
	lazer	9	9%
	descanso	3	3%
	coleção de plantas	3	3%
	diversidade de plantas	7	6%
	contemplação/contato com a natureza	11	10%
	jardim	3	3%
	visitação	3	3%
	espécies vegetais/plantas	24	22%
	área protegida	6	5,5%
	flora/fauna	3	3%
educação/conhecimento	4	3,6%	

Questão 29. Qual a finalidade da existência de jardins botânicos?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
FINALIDADE	pesquisa/estudos científicos	17	16%
	catálogo/inventário	2	2%
	preservação/conservação	40	39%
	contemplação/contato	5	5%
	lazer	12	11%
	contato com a natureza	8	8%
	conscientização	5	5%

	educação/educação ambiental	7	6,80%
	visitação	4	3,90%
	divulgação	2	2%

Questão 30. O que você sabe sobre o JBB?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
INFORMAÇÃO	Nada	7	10%
	Pouco	24	30%
	Pesquisa	2	3%
	Cerrado	8	11%
	lazer/turismo/visitação	20	25%
	preservação/conservação	15	19%
	Educação	2	2,80%

Questão 31. O que é lazer para você?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
LAZER	descanso/relaxamento	29	35%
	ausência de obrigações/ócio/prazer	22	27%
	sociabilidade	13	16%
	Diversão	6	7,6%
	contato/contemplação da natureza	4	5,1%
	entretenimento	2	2,40%
	tempo livre	2	2,40%

Questão 32. O que você faz nos seus momentos de lazer?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
PREFERÊNCIAS	Parque	15	13%
	amigos/família	23	21%
	filmes	17	15%
	livros	10	9,20%
	música	7	6,40%
	passeios e viagens	11	10%
	esportes	10	9,20%
	descanso	8	7,40%
	trilhas	7	6,40%

Questão 33. O que você faz durante sua visita ao JBB?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
---------------	---------------	------------	------------

VISITA	trilha	4	4%
	piquenique	27	25%
	contemplação	9	9%
	passeio/caminhada	16	15%
	restaurante	13	12%
	interação social	22	21%
	observação de plantas	3	2,80%
	jardins	6	5,70%
	parquinho	4	4%

Questão 34. Quais são seus espaços preferidos no JBB?

Palavra-chave	Co-ocorrência	Frequência	Percentual
ESPAÇOS PREFERIDOS	trilha	13	13%
	piquenique	33	33%
	teatro de arena	3	3%
	jardim japonês	16	16%
	ponte do lago	3	3%
	restaurante	13	13%
	orquidário	7	7%
	cactário	2	2%
	jardim de contemplação	2	2%
	parquinho	5	5%
	jardim de cheiros	1	1%

ANEXO A – SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA NO JBB.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Meio Ambiente
Jardim Botânico de Brasília



SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA Nº		/2017
Pesquisador(a) / Orientador(a) NEIO Lúcio DE OLIVEIRA CAMPOS		
RG 01257131-85	Órgão Expedidor/ Data Expedição SSP/BA	
Endereço Residencial S 044091 Bl M 205		
Telefone Fixo (61) 3107 5983	Telefone Celular (61) 999040055	
E-mail neiocamp@umb.br		
Instituição Educacional UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		
Instituto/ Faculdade/Centro CENTRO DE EXCELENCIA EM TURISMO		
Titulação (especificar) DOUTOR EM PLANEJAMENTO URBANO		
Tema de Pesquisa		
Equipe de Pesquisa (nomes completos e RG)		
Orientando (a) VANESSA SOUSA DE OLIVEIRA		
Telefone Fixo/Celular (61) 99635-7550	E-mail VANESSITA.BSB@gmail.com	
Curso TURISMO	Matrícula 45/0099398	Semestre 4º
Escolaridade <input type="checkbox"/> Graduação <input checked="" type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado		

DADOS DE PESQUISA	
Título da Pesquisa DILEMAS DO LAZER EM JARDINS BOTÂNICOS: O CASO DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA-JBB	
Descrição O ESTUDO CONSTITUI-SE EM UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE VISITAÇÃO A JARDINS BOTÂNICOS. PROPONHO UM ESTUDO ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES DO LAZER ENTRE OS VISITANTES DO JBB, A FIM DE COMPREENDER SEUS SIGNIFICADOS E SEU DIÁLOGO COM AS FINALIDADES INSTITUCIONAIS DE JARDINS BOTÂNICOS.	
Espaço de realização <input checked="" type="checkbox"/> Jardim Botânico de Brasília <input type="checkbox"/> Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília	Período (data início - fim) 7/7 a 7/12/2017.
Dias da Semana <input type="checkbox"/> segunda-feira <input checked="" type="checkbox"/> terça-feira <input checked="" type="checkbox"/> quarta-feira <input checked="" type="checkbox"/> quinta-feira <input checked="" type="checkbox"/> sexta-feira <input checked="" type="checkbox"/> sábado <input checked="" type="checkbox"/> domingo	
Caso necessite de coleta, descreva o material e a quantidade a ser coletada. NÃO HÁ NECESSIDADE DE COLETA DE MATERIAL BOTÂNICO.	

Brasília - Distrito Federal.

Data: ____ / ____ / ____.


 Assinatura Pesquisador(a)/Orientador(a)
 MAT. 751855

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA NO JBB.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Meio Ambiente
Jardim Botânico de Brasília



AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 19/2017 (REN)	
Pesquisador (a): ORIENTADOR: NEIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS – RG 01257131-85 SSP/BA Pesquisador: VANESSA SOUZA DE OLIVEIRA	
Equipe de Apoio:	
INSTITUIÇÃO Universidade de Brasília – CENTRO DE EXCELENCIA EM TURISMO	
Período 17/07/2017 à 16/01/2018	Renovação Não cabe
Dias da Semana (X) Segunda-feira (X) Terça-feira (X) Quarta-feira (X) Quinta-feira (X) Sexta-feira (X) Sábado (X) Domingo	
OBSERVAÇÕES	
1. Pesquisadores estão isentos do pagamento da taxa de visitação pública durante o período da pesquisa e estão autorizados a adentrar o JBB somente pela Portaria Privativa.	
Brasília - DF, 13/07/2017.	
 Vânia de Araújo Soares Superintendente Técnico-Científica Jardim Botânico de Brasília – JBB	
NORMAS DE CONDUTA JBB e EEJBB	
1. As pesquisas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira no horário de 8h30 às 17h30, exceto nos casos específicos que necessitem de autorização especial.	
2. Não é permitido perseguir, caçar, pescar ou capturar animais da fauna silvestre nas dependências do JBB e EEJBB.	
3. Estudos e pesquisas que, por sua natureza, considerem imprescindíveis quaisquer desses procedimentos, necessariamente, deverão fazer menção no corpo do projeto apresentado para avaliação e autorização por parte do Diretor do JBB, devendo também estar autorizado pelo IBAMA.	
4. A extração de madeira, coleta de plantas, frutos, sementes, ou qualquer tipo de material	

1. Apresentar documento de identidade juntamente com a autorização para adentrar o JBB.
2. Durante o período de estadia no espaço do JBB e/ou da EEJBB, manter uma autorização em seu poder e outra visível no vidro do carro. A autorização de pesquisa pode ser solicitada a qualquer tempo, por qualquer servidor em exercício na instituição.

botânico nas dependências do JBB e EEJBB apenas será possível mediante autorização expressa da Direção do JBB, nos casos permitidos em lei.

5. Não é permitida a deposição de entulhos ou lixo, de qualquer natureza, nas dependências do JBB e EEJBB, e o material utilizado na pesquisa deverá ser retirado ao final do projeto.
6. Não é permitida a entrada e circulação de animais domésticos dentro das dependências do JBB e EEJBB.
7. A circulação de pessoas nas dependências do JBB fora do horário de serviço, somente será admitida nas condições previstas na lei nº 9 985/2000, em situação de emergência, ou quando expressamente autorizado pela Diretoria.
8. A velocidade máxima permitida em circulação nas vias internas do JBB está limitada a 40km/h. A utilização dos acessos especiais às áreas do JBB e EEJBB será permitida somente nos casos de necessidade de serviços, situações de emergências ou pesquisa mediante a autorização da unidade responsável pela fiscalização ou pela direção do JBB.
9. Não é permitido acender fogueiras ou provocar qualquer tipo de combustão na área do JBB e EEJBB.
10. Para fins desta norma, a área da EEJBB está classificada como de uso restrito, visando à preservação da natureza e a realização de pesquisa científica (Decreto nº 14.422/92; alterado pelo Decreto nº 17.277/96).
11. Intervenções nos ecossistemas presentes na área da EEJBB serão admitidas somente nos casos previstos na legislação específica.
12. Ao pesquisador cadastrado e autorizado a realizar a atividade de pesquisa, é permitido o acesso às áreas de uso restrito, respeitadas a legislação ambiental e as condições impostas na autorização de pesquisa.
13. Os casos omissos serão analisados pela Diretoria.

Fonte: Ordem de Serviço JBB nº 47, de 17 de outubro de 2003.

Orientações Gerais:

- Manter as cancelas fechadas.
- Não ultrapassar a velocidade permitida de 40 km/h na área do Jardim e Estação Ecológica.
- Para sua segurança registre sua estrada na portaria e deixe um telefone de contato para qualquer eventualidade.
- Comunique a direção ou a fiscalização do JBB qualquer ocorrência de atitude ou evento suspeito que identificar (animais mortos, matilha de cães, lançamento de lixo, ciclistas, queima de podas nas propriedades vizinhas, etc).
- Em caso de emergência solicitar auxílio pelos telefones: 3366 3121, 8116 6113 ou 190
- Verifique a data de vencimento de sua autorização para não ser abordado pela fiscalização.
- Ao finalizar os experimentos, retire todo o material, sinalização e equipamento utilizado em campo.

1. Apresentar documento de identidade juntamente com a autorização para adentrar o JBB.
2. Durante o período de estadia no espaço do JBB e/ou da EEJBB, manter uma autorização em seu poder e outra visível no vidro do carro. A autorização de pesquisa pode ser solicitada a qualquer tempo, por qualquer servidor em exercício na instituição.